

# Adusp

Associação dos Docentes da USP  
Seção Sindical da Andes-SN - Março de 2001 - Nº22



Íntegra do debate  
sobre Avaliação  
de 5/12/00

**DÓSSIÊ**

## Fundações privadas na USP

Negócios lucrativos, orçamentos milionários



O vasto telhado de vidro da CERT



## A propósito do 4º Congresso da USP

6

A Greve de 2000  
Lembranças emocionadas e um balanço crítico  
**Flávio Aguiar**

15

Democracia e poder na Universidade  
**Dilma de Melo e Silva e Jair Borin**

19

Novo estatuto para a UFRJ, meio século de retrocesso  
**José Antonio Martins Simões**

## CERT & Avaliação

23

Publicações, CERT e o Reitor:  
avaliação ilegítima, ilegal e persecutória  
**Antônio Biondi, Ciro Teixeira Correia,  
Luiz Menna-Barreto e Pedro Estevam da Rocha Pomar**

33

### DEBATE

Avaliação da docência, uma questão-chave

34

“Não existe no Estatuto ou Regimento da USP  
procedimento que defina avaliação”  
**Hernan Chaimovitch**

39

“Os formuladores da reforma da Universidade  
são funcionários do Banco Mundial”  
**Miriam Limoeiro**

43

“A atuação da CERT está em descompasso  
com as regras jurídicas da própria USP”  
**Lara Lorena**

47

“O atual processo de avaliação produz alienação  
e heteronomia e concebe o ensino como treinamento”  
**Francisco Miraglia**

51

Contrapontos

## Dossiê Fundações

67

Fundações demais, transparência de menos  
**Alice Castanheira, Antônio Biondi  
e Pedro Estevam da Rocha Pomar**

75

Mapa das fundações privadas

76

Fusp e Fuvest nasceram ligadas à Reitoria  
**Alice Castanheira**

78

Uma empresa chamada FIA  
**Alice Castanheira, Antônio Biondi  
e Pedro Estevam da Rocha Pomar**

85

“Uma estrutura que se deformou”  
**Elizabeth Lorenzotti**

### **DIRETORIA**

Marcos Nascimento Magalhães, Márcia Regina Car, Francisco Miraglia Netto,  
Norberto Luiz Guarinello, Suzana Salém Vasconcelos, Lighia B. Horodynski-Matsushigue,  
Flávio Finardi Filho, Marcos Sorrentino, João Alberto Negrão, Clarice Sumi Kawasaki

### **Comissão Editorial**

Adilson Odair Citelli, Amilton Sinatora, Ciro Teixeira Correia, Flávio Wolff Aguiar,  
Jair Borin, Luiz Menna-Barreto, Paulo Eduardo Mangeon Elias, Renato Queiroz

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Assistente de redação: Antônio Biondi

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Secretaria: Alexandra M. Carillo e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Capa: Luís Ricardo Câmara

Ilustração da capa: Ohi

Fotografias: Daniel Garcia

Ilustrações: Ohi e Maringoni

Fotolitos: Bureau OESP

Impressão: Gráfica Chesterman

Tiragem: 6 000 exemplares

### **Adusp - S. Sind.**

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br>

E-mail: [imprensa@adusp.org.br](mailto:imprensa@adusp.org.br)

Telefones: (011) 3813-5573/3818-4465/3818-4466

Fax: (011) 3814-1715

A **Revista Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo - S. Sind., destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da diretoria da entidade e são de responsabilidade dos autores. Contribuições serão aceitas, desde que os textos, inéditos, sejam entregues em disquete e tenham, no mínimo, 10 mil e, no máximo, 20 mil caracteres. Os artigos serão avaliados pela Comissão Editorial, que decidirá sobre seu aproveitamento.

# Negócios privados, dinheiro público

A partir desta edição, a *Revista Adusp* passa a publicar uma série de reportagens sobre o complexo fundacional privado na USP. O dossiê, baseado principalmente em documentos oficiais das fundações registrados nos cartórios de títulos e na Curadoria das Fundações do Ministério Público Estadual, pretende traçar um retrato fiel dessas instituições e do papel que desempenham hoje na USP.

Na primeira reportagem da série, o leitor terá acesso a uma visão panorâmica das fundações privadas vinculadas às diferentes unidades. Também poderá conhecer a mais rica e importante das instituições ligadas à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-SP): a Fundação Instituto de Administração, FIA.

Verifica-se, já de início, que o patrimônio público constitui o elemento fundador do sucesso de alguns desses empreendimentos. O uso da marca “USP” e de dependências da universidade, bem como a isenção de impostos concedida às fundações privadas (que configura renúncia fiscal), bastam para caracterizar a sustentação do privado pelo público. Mas junta-se a tais regalias, ainda, a celebração de contratos milionários com o setor público, surpreendentes pela ampla variedade de áreas envolvidas e de serviços prestados.

Diversamente do que apregoam os dirigentes das fundações privadas que vendem projetos de consultoria, pesquisas e cursos, a quase totalidade das verbas auferidas não se destina às unidades da USP. Vai para o bolso dos sócios e para o caixa das fundações, na forma de *overhead*, para alavancar novos negócios privados.

\*\*\*

Voltamos aos temas CERT e Avaliação, com novos e pujantes elementos de reflexão.

O texto *Publicações, CERT e o Reitor: avaliação ilegítima, ilegal e persecutória* questiona o caráter punitivo dessa comissão e os parâmetros que utiliza, centrados na contagem de trabalhos publicados em revistas estrangeiras. Ao “picar a cobra com seu próprio veneno”, aplicando ao Reitor e aos membros da CERT as normas impostas a todos os docentes, a *Revista Adusp* deparou-se com dados que poderão causar algum espanto.

Publicamos também a transcrição, praticamente integral, do instigante debate sobre Avaliação realizado pela Adusp em fins do ano passado. Trata-se de um longo documento, porém optamos por publicá-lo, em razão da qualidade das intervenções. Vale a pena conferir.

\*\*\*

Os demais artigos da edição representam uma contribuição a temas que estão na ordem do dia da universidade brasileira, e são especialmente pertinentes na USP, às vésperas da realização do seu 4º Congresso.

Dilma de Melo e Silva e Jair Borin escrevem sobre democracia e poder na USP, assinalando o espesso conservadorismo desta universidade. José Simões denuncia a escalada autoritária comandada pelo reitor da UFRJ (“interventor-reitor”, lembra o autor), que introduz a toque de caixa as reformas sonhadas pelo MEC. Flávio Aguiar, por seu turno, enfrentou a tarefa de registrar a memória da greve de 2000, que recuperou identidades, “para nós mesmos e para a sociedade: somos trabalhadores universitários, temos nossos padrões, direito à democracia, direito à autonomia”.

*O Editor*



# A GREVE DE 2000

## LEMBRANÇAS EMOCIONADAS E UM BALANÇO CRÍTICO

**Flávio Aguiar**

Professor da FFLCH-USP, ex-presidente da Adusp  
e membro do Conselho Editorial da Revista Adusp

Fotografias: Daniel Garcia

**A** greve do ano passado — a frase não é minha — foi uma greve de ficar para a história. Em que pese ter havido momentos terrivelmente tensos, dramáticos, amargos, foi uma greve cuja lembrança traz uma sensação de bom humor e bem-estar. Não apenas porque o movimento venceu, e venceu em todos os campos: econômico, político e cultural. Mas também porque foi uma greve cheia de alegria. Foi uma greve que deu certo num momento difícil para o movimento sindical em São Paulo, no Brasil e no mundo inteiro. É uma greve de dar orgulho a quem com ela se envolveu e que deve ser lembrada como referência — não apenas por nós, das universidades estaduais paulistas, mas por todo o movimento sindical brasileiro.

Mas... há sempre a hora do “mas”. Desta vez não é aquele do advogado do diabo, de dizer “sim, o santo é santo, mas...”. Este “mas” aqui é o de lembrar que, ao lado da lembrança emocionada, deve haver também o balanço crítico, ou melhor dizendo, analítico. Quanto aos motivos da greve, seus objetivos, a argumentação política, os boletins e as páginas na Internet, publicados pelas entidades envolvidas, as entrevistas dos diretores e lideranças do Fórum das Seis nos deram farto material a considerar, e no calor mesmo da hora, enquanto a greve começava, prosseguia e depois terminava vitoriosa. Quero agora, um ano depois, considerar a nossa greve de um ponto de vista pragmático: por

que, afinal, ela foi vitoriosa? Por que o movimento *venceu*?

Isso mesmo: na greve do ano passado, se cavocarmos bem na lembrança, desentranharemos a sensação de que expressões (tão usuais em outros casos) como “*é, conseguimos alguma coisa*”, ou “*tivemos vantagens organizativas*”, desta vez não se aplicam, embora seja verdade que tenhamos conseguido alguma coisa, pois a greve não obteve tudo o que pedíamos, e também que tenhamos avanços na organização. Mas as expressões permanecem insuficientes. A sensação é de que o movimento, de fato, *venceu*.

Explico agora o que quero dizer com “ponto de vista pragmático”. Para ilustrar esse aspecto, vou recorrer a um exemplo histórico — e cinematográfico. Imagino que os leitores destas linhas conheçam o episódio da revolta de gladiadores na antiga Roma, liderada por Spartaco, e tenham visto ou pelo menos ouvido falar do filme *Spartacus*, de Stanley Kubrick, com Kirk Douglas, Tony Curtis e Charles Laughton. Não, não quero dizer que o Cruesp, Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas, fosse o Império Romano e nós os seus escravos. Quero ater-me à situação, ao jogo complexo, que evocamos da história ou vemos no filme.

Quem vê o filme põe-se ao lado dos escravos em revolta, pois eles têm todas as razões deste mundo: lutam pela própria vida e pela liberdade, querem tornar-se sujeitos e deixar a condição de objetos, querem obter justas retribuições pelo trabalho que executem. Pois

bem, mas acontece — e aqui o “mas” é grave — que o Exército Romano, em favor do desígnio político de seus chefes, tem melhores generais, tem soldados absolutamente disciplinados, tem melhor conhecimento do terreno, melhor equipamento, está numa posição vantajosa e seja lá por que meios forem, ganha o apoio de exércitos de suas províncias, da África à Ibéria, além do apoio do Senado e da plebe romana, contra os escravos e os gladiadores que os chefiavam.

Os escravos lutam com ardor, paixão e coragem comoventes, mas estão isolados, apertados de encontro ao mar, traídos pelos comerciantes fenícios que os deveriam transportar para a África. O desfecho é inevitável, por mais razões que a nossa razão reconheça e o nosso coração apóie. Há um detalhe particularmente doloroso nisso: o que levou os escravos àquela posição foi também o seu próprio objetivo, que não era o de se contrapor ao Exército, mas o de fugir para a África. Isolaram-se na fuga — inclusive dos outros escravos.

Voltemos a São Paulo, Brasil. Penso que a vitória da greve de 2000 começou na verdade na greve também histórica mas derrotada de 1979. Lá, *in illo tempore*, como no caso dos escravos de Roma, o objetivo da greve — 70% mais dois mil — também contribuiu para a derrota do movimento. Maluf, que era o governador, deu os dois mil e ficou com os 70%, e com isso isolou a parcela mais aguerrida dos grevistas de uma outra parcela, menos aguerrida, mais frágil e não raro mais pobre, rachando o movimento.



As condições políticas, econômicas e administrativas daqueles tempos eram muito diferentes: não havia o decreto da autonomia concedendo o percentual do ICMS às universidades, a ditadura militar começava a declinar mas ainda imperava, não havia Constituição de 1988, as universidades dependiam diretamente do gabinete do governador etc. Mas desde então, a partir daquela derrota, o movimento nas universidades, através de suas entidades representativas e lideranças, em suas sucessivas vicissitudes e formas de luta, foi aprendendo com os erros, coletando informa-

ções, refinando instrumentos de análise, consolidando pautas reivindicatórias, foi em suma acumulando uma *memória* que instrua o presente. No caso da nossa Adusp isto é tão evidente que no correr da greve do ano passado surgiram até brincadeiras como a de que um dia ainda haverá uma tese de doutorado defendida na Faculdade de Economia e Administração, *A arrecadação no Estado de São Paulo segundo a Adusp de 1979 a 2000 e não sei quanto*. No caso das administrações universitárias, por alguma curiosa razão, isso não aconteceu.

Isto criou, a meu ver, a primeira

condição de vitória do movimento. Havia um descontentamento enorme e amplo, individual e coletivo, com a situação salarial. E havia uma massa informativa acumulada durante anos, e mobilizada em função da situação presente pelas direções das entidades, que mostravam com bons argumentos e metodologia sofisticada porém acessível, mesmo para leigos em astrologia numérica como eu, que *era possível obter uma melhoria salarial significativa e ampla para as três universidades*. Do outro lado, do lado do Cruesp, os argumentos não só não convenciam; pareciam toscos, des-

***“Após a derrota da greve de 1979 o movimento nas universidades foi aprendendo com os erros, coletando informações, refinando instrumentos de análise e acumulando uma memória instrutiva”***



tituídos de poder analítico. Não eram argumentos: eram afirmações que buscavam convencer e impor-se pela brevidade e pelo *a priori*. Isto criou ou consolidou uma barreira logo de início entre os comunicados do Cruesp e aqueles a quem eles visavam convencer, os diretamente interessados, professores e funcionários das universidades.

A segunda condição de vitória do movimento nasceu da coesão entre as partes, de um lado, e o isolamento entre as partes, do outro. No caso do movimento, a coesão começou a nascer com a qualidade da pauta de reivindicações definidas: ao contrário de outras vezes, esta não era quilométrica, abrangia poucos pontos, fundamentais é verdade, e sobretudo compreensíveis, objetivos e *universais*. Não estou rasgando seda para as direções dos movimentos, embora elas tenham méritos de sobra na sua condução.

Neste ponto, para quem acompanhou as assembléias, ficou claro que o trabalho *da base* foi fundamental (não somente aquele que a militância chama *de base*). Nossas bases têm saber acumulado. Ele pode ser desigual, pode estar dormitando por vezes, mas quando em parágrafo anterior eu falava de uma *memória*, estava falando de uma memória preservada nos arquivos e direções, mas também preservada pelas bases.

Olhando-se para o outro lado, a impressão evidente era muito outra. Era claro desde sempre que não havia coesão no Cruesp. Cada reitoria tinha uma política própria, com propósitos próprios, a que os comunicados lacônicos e inconvincentes sobre a impossibilidade de dar melhor reajuste imediato não davam liga. Aqui, o caso da Universidade de São Paulo merece consideração particular. A propos-

ta, então acenada, de reajustes diferenciados conforme produtividade e desempenho, ao contrário de sustar, fortaleceu o movimento. Devo registrar que a considero equivocada do ponto de vista conceitual, mas além disso ela demonstrou ser absolutamente inadequada, naquele momento, como alternativa à proposta unificada do Fórum. Porque, entre outras coisas, a *memória* que se guardava dos últimos anos era extremamente amarga, com uma união perversa de baixos salários com condições de trabalho em franca piora, multiplicando-se os encargos, as salas de aula transbordando de gente, graças à série de aposentadorias não repostas e a outros fatores.

Aqui entrou em cena outro fator decisivo. Em que pesem as tensões e a diversidade de estilo e proposições entre diferentes setores do movimento, as bases em sua



esmagadora maioria apostaram no Fórum construído ao longo dos anos, como instância organizativa, de discussão política e de encaminhamento das reivindicações e propostas de ação. E bases e direções concentraram-se, também em esmagadora maioria, numa estratégia consistente e insistente de negociação, pondo como objetivo central a obtenção de uma política salarial que cobrisse o ano e servisse de base para o futuro. Fez-se de tudo pela negociação, de soltar balão em frente à Reitoria a reunir a comissão de professores notáveis, quando a situação parecia desesperadora, já no final do movimento. Mas a adoção da estratégia rendeu frutos.

Do outro lado, via-se o oposto. O Cruesp não exalava entendimento interno. E a forma lacônica e pontual de tratar toda a questão expunha uma aposta contrária, uma recusa à negociação. Uma negociação, afinal, não é apenas lançar um número, esperando que ele “pegue”, ou “cole”. Uma negociação é aquilo que no final acabou acontecendo: é um processo, implica na adoção de parâmetros aceitos pelas partes e de definições atendendo aos conflitos e convergências dos interesses em questão. As negociações, como se sabe, vararam as noites, e as de 2000 acabaram varando, como deveria ter acontecido desde o início.



Por que não aconteceu? Estava no ar, a partir do Palácio do Planalto, uma interpretação de que as greves de 2000 tinham caráter “político” porque o ano era eleitoral, e que os movimentos tinham assim datas previamente marcadas para começar e terminar e que então não adiantava negociar ou oferecer mais antes do dia *x* (não me lembro mais qual) porque as propostas seriam sempre recusadas. De alguma forma esta interpreta-

ção veio a aterrisar no nosso pedaço. E aliou-se à idéia de que o que se poupasse na negociação direta poderia ser utilizado na implantação de outros tipos de projeto — como o dos reajustes diferenciados que, no início, excluía inclusive os inativos. Ou seja: o outro lado não conseguiu reconhecer a natureza do movimento, que era político sim, como mais adiante espero mostrar, mas nada tinha de eleitoral, nem mesmo eleitoral. **O Pro-**

*“Estava no ar a interpretação de que as greves de 2000 tinham caráter ‘político’ porque o ano era eleitoral, e de que então não adiantava negociar ou oferecer mais antes do dia *x*”*



**blema**, assim com maiúscula, era mesmo o salário de todo mundo. O Fórum conseguiu de fato organizar este sentimento, através de uma política de comunicação transparente e muito eficiente.

Aqui novamente levanta-se um fator em que a situação da USP merece um comentário à parte. À medida em que o movimento prosseguia, se ampliava, se consolidava e depois de algum tempo, é verdade, dava sinais de cansaço, a sua situação real e as implicações políticas que ele levantava eram amplamente discutidas em todos os cantos. Criaram-se as Aulas na Greve, grande fator de debate e congraçamento: a universidade, em plena

greve, parecia de fato uma universidade. Veio a repercussão na imprensa que, desta vez, deu uma certa acolhida ao movimento, talvez de olho na gravidade da coisa e em sua credibilidade junto a parte significativa de seus leitores. Passeatas, músicas, espetáculos de teatro, dança, alegria, tudo ajudava, em meio ao cansaço, a criar uma atmosfera de proximidade e comunicação.

Enquanto isso, a Reitoria se isolava e a política de comunicação simplesmente não funcionava. As discussões provocadas pela greve demonstraram, já de início, o isolamento da administração de instâncias de sua própria universidade. Subitamente a Comissão de

Orçamento e Patrimônio veio a entrar em cena, numa discussão que ela deveria ter acompanhado desde sempre. Diretores de unidade reuniam-se buscando propor alternativas à administração e ao movimento. Os boletins da administração, procurando ser uma alternativa de informação, provocavam o efeito contrário: levantavam manifestações de repúdio por todo lado, ou seja, contribuíam para o isolamento.

Depois vieram as medidas repressivas: cortes de ponto seletivos (e sobre a parcela mais pobre do campus), pedidos de listagens. Resultado: mais isolamento. O argumento principal para negar-se à negociação era o controvertido piquete em frente à Reitoria — fator de tensão, sem dúvida, entre os próprios grevistas. Mas assim a administração recusou, semanas a fio, o único caminho que podia de fato flexibilizar ou até levantar de vez o piquete: a abertura de um processo de negociação que tivesse de fato, por horizonte, um acordo.

Esse isolamento e o confronto chegaram ao auge na sexta-feira, dia 9 de junho, quando, conforme deliberação da assembléia de 8 de junho, reunida uma comissão de professores notáveis na sede da Adusp, ela não foi recebida na Reitoria. Quem esteve presente nestes momentos, e naquele fim de semana, lembra-se do pasmo e da consternação. Pasmo: como era isso possível? Consternação: o que restava fazer então? Não sei o que aconteceu naquele fim de semana. Acho que alguém se deu conta na Reitoria de que a administração



podia até levar um movimento tão amplo e consolidado a um impasse e a uma derrota salarial, mas ia ficar falando sozinha pelos próximos dois anos. Na segunda-feira a Comissão fez um depoimento extraordinário na assembléia da Adusp, do qual a credibilidade da direção do movimento e seu empenho em negociar de fato saíram intactos. A greve, que parecia derrotada no fim de semana, reanimava-se na semana que se abria, e em clima de vitória: a comissão, afinal, cumprira seu papel, o Cruesp reabria as reuniões, a semana era de negociação, esta houve, e as três universidades paulistas conquistaram uma política salarial para 2000-2001 e, esperamos, para o futuro.

Já falei da proposta, da coesão, da comunicação e de uma série de outras coisas. Mas não falei ainda do mais importante: a entrada em

cena dos estudantes. Não estou menosprezando os outros fatores. Digo o mais importante porque inesperado — assim como a intensidade da greve também foi inesperada.

No longínquo ano de 1979, lá pelo décimo-quinto dia de greve, alguém no Comando teve a luminar (e ali, trágica) lembrança: onde estão os estudantes? A universidade estava vazia, essa era a verdade, de um de seus elementos primordiais, e potencial aliado dos movimentos então em luta. Sem pensar no assunto, mais por omissão do que de propósito, nós, daquele movimento, simplesmente mandáramos nossos aliados para casa. Desta vez não. Desta vez eles entraram em cena com uma presença tão marcante como nunca houve em movimentos semelhantes nas universidades, nos últimos anos. Entraram em cena com suas reivindicações, seu estilo,

conseguiram reuniões com a administração, insistiram na política de contratação e transformaram, assim, o que poderia ter sido a vitória — significativa, sem dúvida — de duas categorias numa vitória das universidades como um todo.

Tudo isso, lembremo-nos também, num contexto que já disse difícil para o sindicalismo e os movimentos coletivos, e conturbado no caso de São Paulo, onde o governo do Estado reprimia com truculência patética manifestações na Avenida Paulista — o que nos lembrou da greve de 1988, dos anos de chumbo de 1968, e também aumentou o teor de coesão.

Disse no começo do artigo que a greve fora vencedora nos planos econômico, político e cultural. Que o foi no plano econômico, confesso que sinto a cada mês, embora nossos salários ainda sejam indeseja-

***“Os estudantes entraram em cena com presença marcante como nunca houve nos últimos anos, e transformaram a possível vitória de duas categorias na vitória das universidades como um todo”***



velmente baixos. Mas a principal conquista da greve foi a de provar que é possível construir uma política racional de recuperação do poder aquisitivo dos salários, e conjunta para as três universidades, aliada a uma política de reposição de quadros, coisa que a entrada em cena dos estudantes favoreceu decisivamente. Basta que se assente a negociação como modo de relacionamento entre as partes, e no espaço construído para tanto, que é a reunião entre o Fórum e o Cruesp.

No plano político (e toda a greve tem um caráter político — que não se confunde com eleitoral) a greve abriu, em todas as universidades, novos patamares de diálogo institucional, e entre a instituição e os movimentos. No caso da USP, a greve abriu o caminho para a realização do 4º Congresso de estudantes, funcionários e docentes. A Reitoria

abriu seu próprio Fórum de debates sobre a universidade, reagindo ao isolamento em que ficara. E os estudantes, ao final do ano, conquistaram — ainda que não exatamente da forma inicialmente reivindicada — o direito à autonomia na escolha de seus representantes institucionais. Pelo menos a legitimidade da reivindicação foi amplamente reconhecida, podendo-se vir a discutir as formas de compatibilizar o princípio com estatutos e regimentos, e estes com aquele: o 4º Congresso está aí também para isso.

No plano cultural também houve uma vitória extremamente significativa. Para expor o que tenho em mente, vou tomar por base o corpo docente. Tenho dito em algumas discussões que estamos assistindo a uma mudança de paradigma no que se refere aos referenciais do trabalho universitário.

Antigamente, *in illo tempore*, a figura central era o catedrático, plenipotenciário e absoluto. O catedrático, como o nome dizia, dava aulas e escrevia artigos ou livros. Não é que não houvesse pesquisa. Mas o perfil do trabalho universitário era definido pela cátedra.

Depois, veio a minha geração, a dos pesquisadores que dão aula. Houve tempo até em que o trabalho de dar aulas caiu para segundo plano — pelo menos nos esquemas de avaliação institucional, mas acho que mesmo entre muitos professores. Isto coincidiu também com uma política de terra arrasada, sobretudo depois de 1964, em relação aos ensinamentos fundamental e médio — o público e gratuito, naturalmente. E de privatização intensa do ensino superior. Ou seja, a figura do professor ficou desprestigiada.

***“Houve uma recuperação de identidade, para nós mesmos e para a sociedade: somos trabalhadores universitários, temos nossos padrões, temos direito à democracia, direito à autonomia”***



Hoje, nos nossos tempos de políticas neoliberais galopantes, os pesquisadores que dão aula vêm enfrentando novo e sutil paradigma, que os transforma em gerentes de recursos, e gerentes inclusive de recursos humanos. Gerem-se bolsas, dão-se pareceres sobre reservas técnicas, disputam-se ferozmente verbas de pós-graduação, captam-se financiamentos, delineiam-se convênios. Nem tudo nisso é necessariamente ruim, mas a pouco e pouco são essas atividades — aliadas à carga administrativa — que vão definindo o perfil do vínculo à universidade. De modos variados, essas mudanças tocam também os estudantes, vistos progressivamente como consumidores ao invés de cidadãos, e aos funcionários técnicos e administrativos,


vistos como coadjuvantes de uma ópera de insumos.

Neste sentido, a greve foi um basta, e um alerta. Não é à toa que o símbolo maior desta greve de 2000 tenha sido as Aulas na Greve. Houve uma recuperação de identidade, para nós mesmos e para a sociedade em geral: somos trabalhadores (nisto incluo os estudantes) universitários, temos nossos padrões, temos direito à democracia, temos direito à autonomia, e a autonomia de uma universidade é um bem público, cuja utilização e sentido devem ser discutidos de público, em praça pública, como foi durante estas Aulas na Greve, como foi já nas primeiras manifestações e lutas pela autonomia das universidades, em Paris e Bolonha, quase um milênio atrás.

Espero que os leitores das pri-

meiras linhas deste artigo, se até aqui resistiram, não pensem, pelo exemplo de Espartaco, estar eu dizendo que apenas as causas com perspectiva de vitória devam ser defendidas. Quem lutou contra a ditadura sabe que, como no caso aventado, por vezes é necessário lutar em posição desesperada confiando em que o futuro resgate o que passou. Mas isso não elimina a necessidade de pensar e aquilatar o que, de fato, tenha se passado.

A greve ajudou a recuperar o espaço coletivo de pensamento e ação. Ela provou ser, além de um instrumento legítimo e útil de luta, uma espécie de transformador, que capta energias do passado e com elas reabre caminhos de futuro.

Em se tratando de energia, sabendo usar, não vai faltar. 

# DEMOCRACIA E PODER NA UNIVERSIDADE

Dilma de Melo e Silva e Jair Borin

Professores da ECA-USP

*Conservadora, elitizada, a USP  
está distante de uma proposta que  
venha a estabelecer*

*uma relação de  
poder mais  
democrática.*

*Os interesses de alguns  
falam mais alto do que os  
anseios da sociedade.*

*A USP não tem proposta  
para sequer adotar a eleição  
proporcional na escolha do*

*Reitor. Tampouco existe a  
prática respeitada de  
eleição de diretores*

*mediante votação de  
todos os professores,  
funcionários e alunos*



**O**s princípios que dão sustentação aos atuais regimes democráticos foram sendo definidos e consolidados ao longo de séculos. As práticas democráticas, porém, nem sempre acompanharam a evolução de seu suporte teórico, estando confinadas, ainda neste início de um novo milênio, a alguns poucos países ou estratos de classe. Em determinados momentos cruciais da história, o novo suplanta o velho, em partos por vezes violentos, construindo uma nova ordem na qual os valores idealizados se materializam num novo conjunto de leis e de garantias aos indivíduos. Entretanto, a nova ordem só passa a ser realidade objetiva quando todos os seus valores se convertem numa práxis dinâmica por meio da qual a grande maioria da população, consciente dos novos direitos e deveres, passa a vivenciá-los nas suas relações cotidianas.

Antes da consolidação das atuais matrizes democráticas, as lutas travadas pelos setores burgueses das sociedades modernas, ora em alianças estratégicas com o campesinato (como nas guerras camponesas na Alemanha do século XVI), ora com os trabalhadores e artesãos (como os *sans-culottes* na França) possibilitaram o surgimento tanto de uma teoria sobre o Estado Liberal, de uma teoria econômica, como de uma moral burguesa. Portanto, esta nova ordem não surge ao acaso, e torna-se velha, quando o proletariado dos grandes centros urbanos se cons-

cientiza da sua exploração e da sua força e passa a questioná-la. Entretanto, mesmo com o surgimento de respostas revolucionárias em todo o mundo, a mais notável sendo a Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, o proletariado não logrou uma vitória que viesse a consolidar de forma definitiva uma nova ordem que substituiria, em caráter definitivo, a velha ordem burguesa, hoje mascarada sob o disfarce anacrônico do neoliberalismo.

Esta velha ordem, que serviu e serve aos interesses de um grupo reduzido de indivíduos detentores dos meios de produção, por paroxismo, se prestou à consolidação de alguns princípios fundamentais à emancipação dos trabalhadores, como o direito de reunião, de expressão, de informação, e ao ensino em todos os seus matizes. A sociedade burguesa, ao substituir o clero e a nobreza nos estamentos do poder, necessitou de um longo aprendizado, que a levou a defender e a abraçar novas formas de conhecimento e de difusão desse conhecimento para todos. A partir da maré napoleônica, que destrona quase todas as monarquias absolutistas da Europa e impõe os novos valores da burguesia, multiplicam-se as escolas, os liceus, as universidades, em escala sem precedente em toda a história.

Uma nova base de difusão do conhecimento e de geração de saberes possibilitará um ritmo acelerado de descobertas científicas que consolidarão as bases da química orgânica e inorgânica, da física pós-newtoniana, da biologia e de outras ciências. Esses novos sabe-

res, infelizmente, ficaram restritos aos Estados que conseguiram realizar a revolução burguesa consoante com a sua expansão econômica em escala mundial, sendo, portanto, os beneficiários daquela nova ordem, até os dias atuais.

País retardatário na adoção da ordem burguesa, o Brasil se situa à margem do desenvolvimento social e econômico do século XIX, figurando como mero fornecedor de matérias-primas. A preocupação em dotar o Brasil com um sistema educacional moderno, a exemplo do que ocorreu no Japão com as reformas sociais e econômicas da Era Meiji, iniciadas em 1867 (leia nota final), as quais possibilitaram àquele país superar séculos de defasagem de desenvolvimento em apenas três décadas, jamais mereceu o interesse da nossa aristocracia agrário-exportadora escravocrata.

Tanto o ensino básico (hoje fundamental e médio), como o superior, só entraram na pauta dos governantes nacionais no século XX e, com algum destaque, na Era Vargas. Datam dos anos 30 as primeiras universidades brasileiras, enquanto a América Hispânica já as conhecia desde o século XVI. Entretanto, a simples presença de universidades não constitui, por si mesma, um instrumento cabal de desenvolvimento cultural e tecnológico. É necessário que o país some condições produtivas objetivas para o ingresso em uma nova etapa de desenvolvimento econômico, e faça uma opção clara pelo novo, por meio de suas forças sociais representativas. Sem



operar estas mudanças, o velho se traveste de novo e tudo permanece como nos velhos tempos.

Nos anos 40 se fortalecem, pela primeira vez na história do país, os movimentos estudantis, tanto no ensino secundário, como no ensino superior seja nas poucas universidades existentes então, seja nas unidades isoladas. Somente a partir dessas mobilizações é que a estrutura de poder nas escolas passa a ser objeto de reflexão e de interesse por um público ávido por transformações estruturais.

As condições objetivas que imprimiam um novo ânimo ao movimento estudantil eram dadas por cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, com o seu operariado florescente. O movimento operário, já amadurecido por algumas grandes greves, como a de 1917, que chegou a mobilizar cerca de 100 mil trabalhadores, numa São Paulo com apenas 600 mil habitantes, estimulava, com sua força, a formação de um pensamento voltado para a reflexão política sobre a realidade nacional, embora ainda em bases transpostas por justaposição de matrizes marxistas europeias.

Nas universidades, o sistema de cátedra adotado da matriz francesa de ensino superior, responsável pela formação de nossos primeiros pesquisadores e docentes, impedia uma ascensão mais democrática dos que efetivamente tinham uma

identidade com os problemas sociais do país. Para ser admitido no clube fechado do círculo acadêmico, reservado aos oriundos da alta classe média ou aos filhos de famílias tradicionais, era indispensável um alinhamento integral com o dono da cátedra.

Por ironia, esta estrutura de poder interno nas faculdades viria a ser mudada durante a ditadura militar. Truculenta, mas atrelada

zações de 1967/68, pressionando pelo retorno à democracia.

Nas universidades públicas, então responsáveis por mais da metade das vagas oferecidas nos cursos superiores do país, foram introduzidas novas carreiras funcionais e administrativas. Os departamentos foram valorizados como unidades básicas, enquanto as Congregações e os Conselhos Técnicos Administrativos passaram a ter um peso maior na organicidade universitária. Estas reformas, que se deram mais no plano burocrático, proporcionavam a ascensão na carreira por meio de uma escala de funções e cargos formulada com base na evolução acadêmica do docente.

Apesar de ter possibilitado uma ascensão funcional mais aberta, uma vez que cabia ao docente programar suas atividades e vinculá-las ao seu interesse imediato pela qualificação na pesquisa (leia-se pós-graduação), estas reformas deram origem a uma esfera de poder concentrado nas mãos de poucos. Das chefias departamentais até a participação nas congregações, nas direções de unidades e no Conselho Universitário, órgão máximo de decisão da USP, todo o poder ficou concentrado no professor-titular, último posto na hierarquia funcional.

Na prática, a busca da titulação máxima, uma vez que ela assegura a possibilidade de acesso ao poder

***As reformas introduzidas pela ditadura militar deram origem a uma esfera de poder concentrado nas mãos de poucos.***

***Das chefias departamentais às congregações, direções de unidades e Conselho Universitário, todo poder ficou concentrado no professor-titular, último posto na hierarquia***

na Guerra Fria à política externa dos Estados Unidos, a ditadura acabou por impulsionar algumas reformas na estrutura de poder das universidades, copiando o modelo americano. Estas reformas visavam a despolitizar o ensino e a desmobilizar o movimento estudantil, único setor de massa em condições de fazer uma oposição em escala nacional aos militares. Após o golpe de 1964, com a prisão dos principais dirigentes do movimento sindical trabalhista e sua substituição pelos pelegos interventores, restou ao movimento estudantil fazer as grandes mobili-

interno da universidade, converteu-se num objetivo em si. Nesta batalha, onde vale tudo, tornaram-se comuns manobras espúrias de diretores e de grupos nefandos, vinculados ao poder da unidade, para a constituição de uma banca montada para beneficiar um determinado candidato, membro da panelinha. O mérito acadêmico, a capacitação administrativa, a vinculação com a extensão são atributos que menos pesam nesses embates sórdidos, onde o interesse grupal fala mais alto.

Da mesma forma que premiou o professor-titular no esquema de poder da Universidade, o sistema resultante das reformas dos anos 60 ainda vige na USP, baluarte maior do conservadorismo no ensino superior do país.

Apesar de aprovada pelo Congresso Nacional, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases do Ensino Superior (sancionada pelo presidente da República), a USP não tem sequer uma proposta para adotar a votação proporcional no colégio eleitoral para escolha do reitor. Tampouco existe uma prática respeitada de eleição de diretores e de chefias departamentais mediante votação dos três segmentos que compõem o conjunto social responsável pela vida da Universidade: seus professores, seus funcionários e seus alunos.

Enquanto a Universidade de São Paulo se fecha numa redoma infensa a qualquer renovação,

mantendo práticas que não condizem com nenhuma proposta democrática, reservando a um colégio restrito os destinos de suas unidades e o seu próprio destino, ela também se fecha para as demandas sociais mais emergentes, ou seja, processos mais democráticos e capazes de estimular o ingresso de jovens dos setores mais pobres da população. O número de vagas ofertadas em seus cursos de graduação é praticamente inelástico. Na última década cresceu menos de um por cento ao ano. Num país carente de bons cursos,

***Enquanto a USP se fecha numa redoma infensa a qualquer renovação, ela também se fecha para as demandas sociais emergentes, processos mais democráticos e capazes de estimular o ingresso dos setores mais pobres***

a universidade mantida por recursos públicos escassos só privilegiou a formação acadêmica, investindo na pós-graduação.

Ela sequer cumpre, na maioria de seus cursos, o preceito constitucional paulista que determina a oferta de pelo menos um terço do total de vagas, em todo o ensino superior público de graduação para turmas noturnas, visando a proporcionar condições de acesso aos jovens que trabalham. E o que é pior, apesar do registro de alguns avanços na divulgação das contas gerais da Universidade, por parte da Reitoria, quase to-

das as suas unidades de ensino e pesquisa não tornam público quanto recebem de verbas institucionais, nem divulgam, tampouco, quanto recebem de outras doações, via pesquisa, convênios e fundações. Estas últimas se apoiam da marca e do prestígio USP, patrimônio que a universidade forjou ao longo de quase noventa anos, em benefício privado de um grupo reduzido de professores.

Elitizada, conservadora, distante de uma proposta que venha a estabelecer uma nova relação de poder mais democrática e representativa, a USP segue uma trajetória perigosa, onde os interesses privados de alguns falam mais alto do que os anseios de toda a sociedade. Na composição do poder interno, grupos minoritários, antidemocráticos, usam um falso discurso,

construído a partir de matrizes importadas, em nome de uma pretensa modernidade, para negar a luta dos que querem uma universidade pluralista, responsável e ética, aberta para a sociedade que a mantém. RA

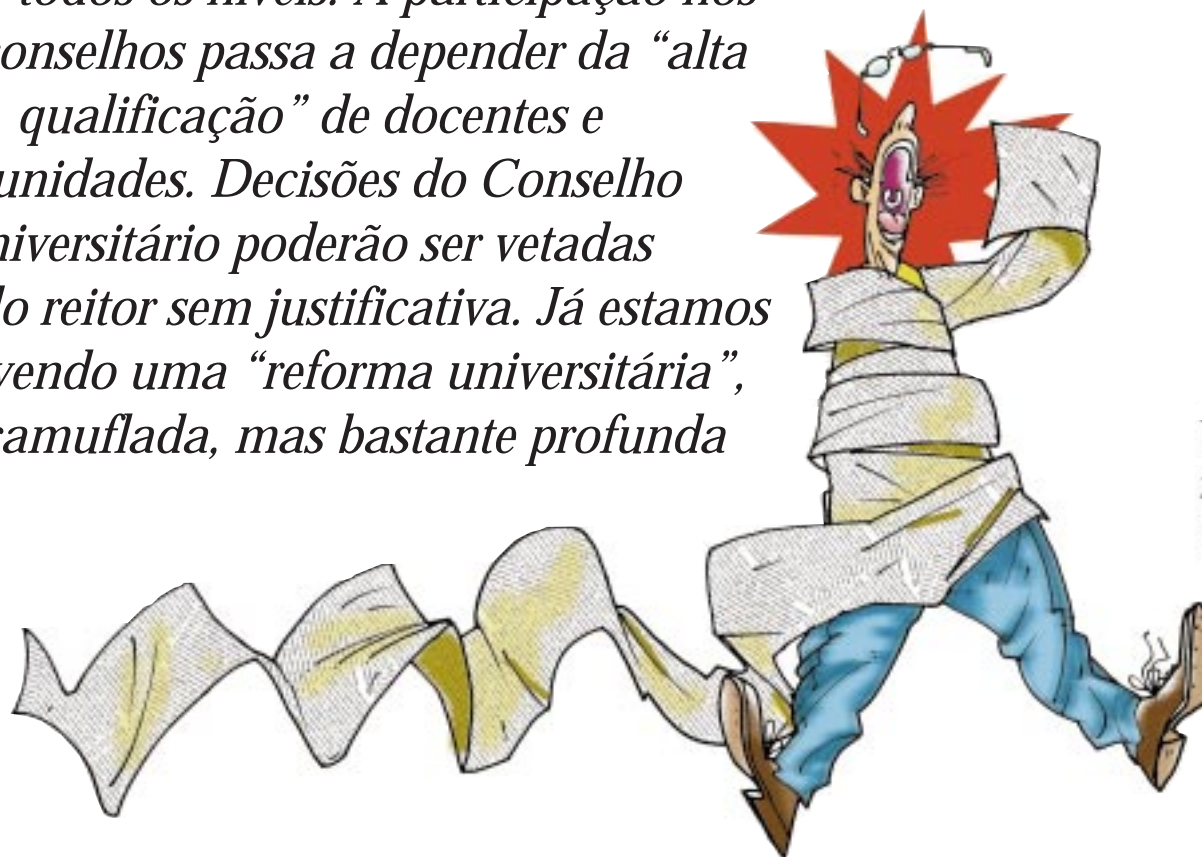
**(\*) Na área educacional o governo imperial japonês estabeleceu em 1872 a obrigatoriedade do ensino fundamental público e gratuito para todas as crianças, a partir dos seis anos, e sua integração com os cursos superiores. Em 1880, 90% das crianças frequentavam as escolas públicas. In *Japão, terra e povo*, São Paulo, Ed. Seleções Econômicas, 1984**

# NOVO ESTATUTO PARA A UFRJ, MEIO SÉCULO DE RETROCESSO

José Antonio Martins Simões

Docente do Instituto de Física da UFRJ e ex-presidente da Adufrj

*A proposta do interventor-reitor cria duas carreiras, uma “Acadêmica” e outra “Profissional”, separando as atividades de pesquisa e ensino, e introduz dois regimes de trabalho (temporário e permanente). O regime de Dedicção Exclusiva é extinto em quase todos os níveis. A participação nos conselhos passa a depender da “alta qualificação” de docentes e unidades. Decisões do Conselho Universitário poderão ser vetadas pelo reitor sem justificativa. Já estamos vivendo uma “reforma universitária”, camuflada, mas bastante profunda*



**L**ogo após a intervenção do MEC na UFRJ, uma das primeiras iniciativas do interventor-reitor foi divulgar uma proposta de estatuto, já em dezembro de 1998. Neste documento, encontramos a expressão mais clara das intenções do governo FHC para a Universidade brasileira. Versões posteriores, saídas do MEC, como a recente proposta de emprego público, estão inseridas na mesma linha de pensamento.

Meio século de retrocesso — foi minha primeira impressão ao ler a proposta elaborada pela atual administração superior da UFRJ. Fatos recentes corroboram esta impressão. O interventor-reitor, sem a aprovação do Conselho Universitário, mudou o nome da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro para a antiga denominação Universidade do Brasil. A moda está pegando e a Escola de Engenharia já ressuscitou sua antiga denominação de Escola Politécnica (não sei se com “y” e “h”).

O que torna esta proposta singular é o fato de que sua implantação já começou a ser colocada em prática, mesmo que nenhuma decisão formal, seja nos conselhos superiores da UFRJ, seja no âmbito do MEC, tenha sido tomada. Outro ponto importante é o de que, em sua elaboração, participaram professores de reconhecidos méritos acadêmicos, alguns publi-

camente na oposição ao governo atual. Isto revela que, dentro da própria Universidade, temos divergências profundas quanto à sua natureza, seus objetivos e seu funcionamento.

Nosso principal propósito neste artigo é chamar a atenção para o fato de que já estamos vivendo uma “reforma universitária”, meio disfarçada e camuflada, mas bastante profunda. Destacaremos alguns pontos deste debate, que

***O primeiro ponto é a abertura da UFRJ aos chamados “cursos seqüenciais”, de curta duração. As universidades públicas têm resistido às tentativas de implantação deste absurdo, mas sofrem pressões para adotá-lo. A intervenção na UFRJ parece ser um caminho rápido para atingir este objetivo***

nos parecem significativos, sem a pretensão de exaurir o assunto.

O primeiro ponto é a abertura da UFRJ aos chamados “cursos seqüenciais”. No artigo 5, esta é a primeira modalidade de cursos oferecidos, antes dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão. Há mais de duas décadas, as universidades americanas, atendendo às “demandas de mercado”, começaram a oferecer cur-

sos de nível universitário, de curta duração, altamente especializados. Em pouco tempo, o resultado foi desastroso. Além de subtrair, na prática, o direito a uma formação integral, os norte-americanos chegaram à conclusão de que cursos limitados e insuficientes não preparam bons profissionais. No Brasil, as escolas privadas copiaram o sistema, forçando seu reconhecimento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no espírito do “o que é bom para os EUA é bom para o Brasil”. Hoje, vemos páginas inteiras dos grandes jornais oferecendo diplomas de quinta categoria a preços exorbitantes. As universidades públicas têm resistido às tentativas de implantação deste absurdo, mas sofrem pressões constantes para adotá-lo. A intervenção na UFRJ parece ser um caminho rápido para atingir este objetivo.

O segundo ponto que destacamos diz respeito a uma nova carreira docente, contida no Título VI da proposta. No artigo 9, cria duas carreiras, uma “Acadêmica” e outra “Profissional”, separando claramente as atividades de pesquisa e ensino. A partir do artigo 10, introduz dois regimes de trabalho: um temporário e outro permanente, este último reservado apenas para os níveis mais altos da carreira. O ingresso nas diferentes carreiras e regimes é feito por “processos seletivos públicos”, sendo novamente reservado o con-

curso público para alguns níveis superiores. Finalmente, o regime de Dedicção Exclusiva é extinto em quase todos os níveis. A filosofia que orienta esta proposta já é bem conhecida e amplamente aplicada: a precarização das relações de trabalho e sua regulamentação pelo mercado.

Na verdade, a orientação básica para o ensino superior na América Latina já está dada pelo Banco Mundial desde 1995, no conhecido documento “La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia” (Banco Mundial, Washington D.C., 1995). Sua implementação traria profundas e nefastas consequências para a universidade brasileira e para o país. Concordamos com a necessidade de mudanças na atual carreira docente. Temos críticas profundas a alguns aspectos da universidade pública atual. Mas não podemos deixar de ressaltar que, mesmo com deficiências, é nas instituições públicas que encontramos os melhores cursos do país e o pouco que conseguimos realizar em pesquisa. E o fator fundamental que faz esta diferença é a qualificação de seus docentes, fruto de uma carreira conseguida através da luta de várias gerações.

Somente após a Constituição de 1988 foi possível um quadro institucional que garantisse o crescimento e a melhoria de qualidade nas universidades públicas. O ingresso mediante concurso público afastou a ingerência dire-

ta das pressões políticas. O regime de Dedicção Exclusiva permitiu um crescimento e o fortalecimento da pesquisa, do ensino e da extensão. Quantos jovens recém-formados esperaram anos até a abertura de um concurso público? Quantos investiram anos de estudo em sua formação, certos de que no futuro teriam um lugar na universidade? Isto foi, em grande parte, o resultado de uma política clara, contida na car-

***A definição de elegibilidade é elitista e autoritária. Exclui não só os docentes menos qualificados academicamente: as próprias unidades e cursos que não estiverem no “quartil superior” não terão direito à participação nos conselhos. Tudo isso definido por “avaliações externas”***

reira atual. Certamente, muitos aspectos mudaram e precisamos reabrir a discussão sobre sua atualização. Mas temos a certeza de que, com a simples volta ao antigo sistema das cátedras, não avançaremos.

Outro ponto que merece destaque é o caráter elitista e autoritário da proposta apresentada à UFRJ. Reproduzimos o segundo parágrafo do artigo 4: “Para fins

de elegibilidade à participação em conselhos e outros órgãos, conforme requisitos deste Estatuto e do Regimento Geral, definem-se como ‘altamente qualificados’ os Docentes, as Unidades, os Cursos e os Programas que se situem no quartil superior das avaliações externas...”. Não só os docentes menos qualificados academicamente estão excluídos, mas também as próprias unidades e cursos que não estiverem no “quartil superior” não terão direito à participação nos conselhos superiores. Tudo isto, definido por umas tais “avaliações externas”. Como este sistema não seria fácil de gerenciar, o artigo 23 reserva ao Reitor o direito de vetar resoluções do Conselho Universitário, sem qualquer justificativa. O veto só poderia ser levantado com o voto de dois terços do Conselho. Certamente, não é esta a escola de cidadania e democracia que muitos de nós desejamos para a universidade brasileira. O mérito acadêmico deve ser valorizado em nossas instituições, as autoridades respeitadas, mas nunca imposto pelas conveniências de governantes e nem confundido com privilégios de castas.

Nossa conclusão é a de que a proposta apresentada pela direção da UFRJ não abre um horizonte mais amplo para a crise que vive atualmente a universidade brasileira. Pelo contrário, submeter a universidade pública à política pratica-

da pelo governo Fernando Henrique só aprofundará esta crise. Felizmente, existem outras visões de universidade pública que apontam numa direção mais generosa, mais ampla, como é o caso da Proposta da Andes-SN para a Universidade Brasileira (*Cadernos 2*, 1996).

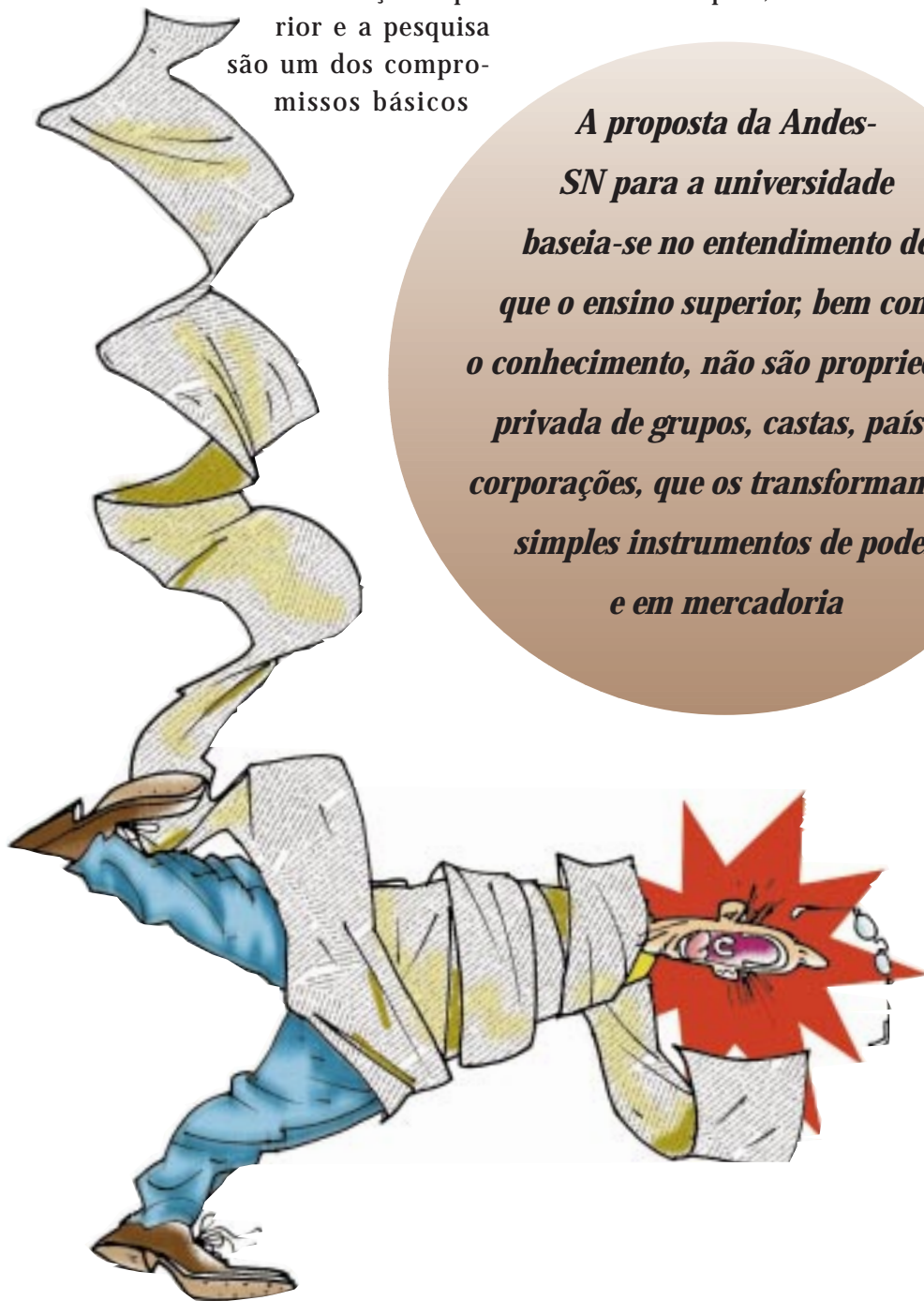
Partindo da premissa de que a educação superior e a pesquisa são um dos compromissos básicos

do Estado brasileiro com toda a população, apontamos para uma Universidade democrática, voltada para as necessidades de nossa nação, autônoma na sua gestão, responsável pela qualidade de suas atividades. Esta condição é fundamental para atender à crescente demanda pelo ensino superior em nosso país, atualmente

nas mãos dos comerciantes em educação. Nesta proposta, está colocada claramente a defesa da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma carreira docente onde o ingresso e a progressão estão baseados no mérito acadêmico, através de concursos públicos e avaliações com critérios transparentes e um regime de trabalho compatível com a dedicação exclusiva às atividades acadêmicas.

Também apontamos para a necessidade de se implementar um padrão unitário de qualidade no ensino superior, que deve servir de orientação não apenas para as universidades federais, mas ser extensivo a todas as instituições públicas e privadas no país. A questão fundamental que caracteriza a proposta elaborada pelos docentes é a de que o ensino superior, bem como o conhecimento, em geral, são patrimônio da humanidade e pertencem, portanto, a todos os cidadãos do planeta. Não são propriedade privada de grupos, castas, países, corporações, que transformam o conhecimento acumulado pela humanidade ao longo dos séculos em simples instrumentos de poder, de dominação, em mercadoria, e que perpetuam o estado lamentável em que vemos hoje nosso mundo: riquezas e facilidades nunca antes sonhadas convivendo com miséria e opressão nunca antes imaginados. **RA**

***A proposta da Andes-SN para a universidade baseia-se no entendimento de que o ensino superior, bem como o conhecimento, não são propriedade privada de grupos, castas, países, corporações, que os transformam em simples instrumentos de poder e em mercadoria***



# PUBLICAÇÕES, CERT E O REITOR: AVALIAÇÃO ILEGÍTIMA, ILEGAL E PERSECUTÓRIA

**Antônio Biondi**

Da Redação da Revista Adusp

**Ciro Teixeira Correia**

Professor do IG, membro do Conselho Editorial da Revista Adusp

**Luiz Menna-Barreto**

Professor do ICB, membro do Conselho Editorial da Revista Adusp

**Pedro Estevam da Rocha Pomar**

Editor da Revista Adusp

*Exorbitantes, os critérios  
de avaliação impostos  
pela CERT têm mais  
a ver com a “nova ordem”  
mercadológica do que  
com o desenvolvimento  
da ciência e da educação.*

*Membros atuais da própria  
CERT seriam reprovados  
se fossem avaliados com  
base em tais critérios,  
e nem o reitor sairia ileso*



**A** Comissão Especial de Regimes de Trabalho, ou CERT, foi criada em 1982, como resultado da fusão de três outras comissões existentes na USP. Sua finalidade maior era evitar eventuais abusos contra as normas que regem o exercício do RTC e do RDIDP. Na última década, especialmente a partir de 1992, a CERT ganhou novas funções, que lhe foram conferidas diretamente pelos reitores. Ela anexou o órgão ao qual deveria formalmente estar subordinada — a Comissão Permanente de Avaliação, ou CPA — e passou a ditar normas para o corpo docente, à revelia dos departamentos e unidades,

e impor punições aos docentes cujo desempenho considera fraco ou inadequado.

A transformação da CERT em órgão disciplinador do corpo docente coincide com a progressiva adoção, pela Reitoria da USP, dos paradigmas que norteiam as reformas em curso na educação superior brasileira, dentro dos quais a avaliação adquire papel central. Seus membros são nomeados exclusivamente pelo Reitor, e alguns setores da hierarquia universitária têm defendido a tese de que só a ele a CERT deve se reportar.

Entre 1995 e julho de 2000, segundo seus próprios dados, disponíveis no *site* da USP,

a CERT promoveu vinte e oito “desligamentos do RDIDP”, eufemismo que designa o rebaixamento do docente, com drástica redução de vencimentos. Um desses docentes recorreu à Justiça e obteve mandado de segurança, que assegurou seu direito de permanecer no RDIDP. Outra sentença recente assinalou ter havido “grosseira violação” do direito à ampla defesa previsto na Constituição Federal, quando uma docente teve seu salário parcialmente confiscado por simples ordem da CERT, sem qualquer processo administrativo.

Há evidências de sobra de que, entre os critérios que nortearam esses “desligamentos”, predominou o da mera contagem de artigos e trabalhos científicos, preferencialmente em revistas estrangeiras. Critério mecânico que, independentemente do seu viés





ideológico produtivista, certamente simplifica o controle do desempenho dos docentes. Afinal, como explicar que os onze atuais membros da CERT (entre os quais há vários pesquisadores de projeção pública com evidente sobrecarga de trabalho) tenham encontrado tempo para analisar de maneira séria e refletida, entre janeiro de 1999 e julho de 2000, nada menos do que *1820 pedidos de avaliação periódica*, além de 813 pedidos de assessoria e 15 pedidos de regime de maior dedicação?

Pior: não há qualquer fundamentação, legal ou normativa, para que a CERT proceda à avaliação individual dos docentes. Não é de se estranhar,

portanto, que essa prática venha sendo cada vez mais questionada no meio acadêmico, como se pôde constatar na reunião do Conselho Universitário (CO) do dia 5 de dezembro de 2000, que examinou os recursos de dois docentes contra decisões da CERT e do Reitor. Embora o CO, órgão controlado pela burocracia universitária e que tende a acompanhar as decisões do Reitor, tenha rejeitado os recursos, as intervenções contrárias à CERT foram muitas — e muito duras.

Criticou-se o caráter individual e punitivo da avaliação, o desrespeito à diversidade, a me-

diocridade padronizadora, a fragilidade do critério do “índice de impacto” das publicações, a falta de representatividade de uma comissão escolhida a dedo pelo Reitor. O resultado da votação configurou uma maioria relativamente escassa: 40 votos contra os recursos dos docentes, 27 a favor e uma abstenção, sinalizando a insatisfação existente (leia excertos das falas do CO nas laterais das páginas).

O placar seria certamente ainda mais apertado, se os oito representantes dos alunos de graduação não tivessem sido impedidos de votar, por terem sido eleitos na eleição organizada pelo DCE e não naquela convo-

cada pela Reitoria.

A avaliação nos moldes praticados pela CERT é incapaz de compreender as realidades das diferentes áreas e, também, de encarar o professor como um cidadão com direitos historicamente conquistados, estabelecidos na legislação do país, e que a Universidade não pode atropelar. Em função das disparidades e injustiças fartamente documentadas, a USP deve reiterar que a avaliação centralizada, além de burlar as definições do CO e de ser ilegal, é um instrumento não de correção de erros e aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa,

***Ilegítima, usurpadora de funções, a CERT é também prepotente, por julgar-se acima dos direitos elementares das pessoas cujo destino decide com uma simples canetada***

“NEM SEMPRE SOMOS CRIATIVOS”

“A CERT avalia no varejo. Examina indivíduos, examina a produtividade de um professor e se baseia, quase sempre, na tal produtividade científica, publicações e revistas comparando o impacto, e isso é muito duvidoso. As atividades de um docente na unidade são muito variadas: um docente pode ser extremamente útil durante um certo período de sua carreira para a produtividade da unidade, sem ter publicado muito ou sem sequer ter publicado. Para aqueles que pensam em ciência, chamo a atenção para o fato de que a produtividade está ligada à criatividade. Nem sempre a criatividade nos acompanha; muitas vezes temos períodos improdutivos em que não criamos. Agora, quem tem de decidir como essas coisas vão é a unidade, pois ela conhece seu docente.”

**Conselheiro José Roberto Leite** (Departamento de Física dos Materiais e Mecânica do Instituto de Física), na reunião do CO de 5/12/2000

“NÃO HÁ COMPETÊNCIA PARA AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS”

“Entendo que não se deve fazer avaliações individuais no nível superior, da Reitoria, da CERT, pois não há competência para fazê-las. Essa avaliação depende de um conhecimento multifacetado do docente, das várias atuações. O fato



de um docente não publicar por três anos não significa nada. Se ele fez um trabalho que, para o departamento, foi útil, reconhecido, e que permitiu a outros quatro ou cinco docentes publicarem muito, é o departamento que vai avaliar. Vocês perguntarão: e o corporativismo? Criaremos mecanismos para evitar o corporativismo. Se for necessário punir, punese o departamento, não vamos usar bodes expiatórios. Mas é sempre mais fácil ter um bode expiatório do que enfrentar uma unidade inteira.”

**Conselheiro Carlos Alberto Dantas** (Departamento de Estatística do Instituto de Matemática e Estatística), na reunião do CO de 5/12/2000

“COMO EXAMINAR 4.500 DOCENTES?”

“Nós somos 4.500 professores; se os senhores lembrarem o elenco de atividades que a CERT tem de cumprir, como é possível examinar 4.500 docentes em todos aqueles itens? É impossível, então a CERT acaba examinando alguns, e cria uma assimetria, cria um desconforto. Em minha concepção, a CPA avalia os departamentos e a unidade. Se ela não estiver progredindo, não estiver no padrão que exigimos da USP, padrão internacional, essa unidade tem de ser examinada, não punitivamente. Não se trata de punir a unidade, não se trata por exemplo de deixar de dar

mas de *controle burocrático e ideológico do corpo docente*.

Ilegítima, por não dispor de representatividade; usurpadora, por esbulhar funções que pertencem aos departamentos e à CPA; destruidora, por praticar uma avaliação predatória, que tem levado docentes dedicados a abandonar voluntariamente a USP, por se sentirem incapazes de enfrentar uma sanha persecutória que não conseguem entender. A CERT é tudo isso, mas é também prepotente, por julgar-se acima dos direitos elementares das pessoas cujo destino decide com uma simples canetada.

As primeiras sentenças judiciais favoráveis aos docentes da USP que recorreram contra as arbitrariedades praticadas pela CERT e pelo Reitor revelam em que medida a comissão tem atropelado garantias consolidadas dos

servidores públicos, como o direito à irredutibilidade dos vencimentos e o direito à ampla defesa nos processos administrativos.

“Os argumentos tecidos pela autoridade impetrada, o Senhor Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, não merecem guarida, pois (...) decaem de premissa lógica e, até mesmo, demonstram contra-senso de conduta, no que toca à justificação da contratação pelo Regime de Turno Parcial e os termos do edital”, sentenciou o juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, ao conceder mandado de segurança contra um dos “desligamentos do RDIDP” conduzidos pela comissão (processo 777/95, de 12 de setembro de 1995).

Ao rejeitar, nesse mesmo caso, a apelação da USP contra a decisão de primeira instância, o Tribunal



de Justiça do Estado (TJE) entendeu ter havido “violação a direito líquido e certo” do docente que moveu a ação: “Tendo o edital, incontroversamente, previsto o provimento de cargos em RDIDP (...) uma vez aprovado no respectivo Concurso o autor jamais poderia ter sido nomeado em RTP” (acórdão de 14 de setembro de 1998).

Em outro caso, a CERT inacreditavelmente mandou deduzir valores do contracheque de uma docente da USP de Ribeirão Preto, sem aviso sequer à interessada, e o juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública considerou que essa decisão unilateral “invadiu a esfera de direitos da impetrante”. A sentença, que de-

***Casa de ferreiro, espeto de pau: basta olhar o número de publicações, de autoria do Reitor e dos membros atuais da CERT, registradas na Web of Science***

clara nulo um parecer da CERT (149/98), chama atenção para o cerceamento do direito de defesa, pois a decisão foi tomada “à revelia da interessada e sem que lhe fosse permitida a defesa no processo administrativo de contagem de tempo”, o que violou o artigo 5º da Constituição Federal, “pois no conceito de devido processo legal, cujo significado é o de um processo fundamentalmente justo, está incluído o direito de ampla defesa”.

Outro desdobramento importante desse julgamento foi o fato de o juiz pedir abertura de inqué-

rito contra o então presidente da CERT, alegando que este omitiu informações necessárias ao julgamento: “Sem prejuízo, remeta-se ao Ministério Público cópia autenticada dos documentos de fls. 2/10, 103, 104, 106/116 e desta sentença, para que seja apurada a eventual responsabilidade penal de Marco Antonio Zago, pela omissão de prestar as informações requisitadas” (trechos das páginas 3, 4 e 5 da sentença proferida em 21 de setembro de 1998, no processo 862/98, da 6ª Vara da Fazenda Pública. Os grifos são nossos). Em setembro de 2000 o TJE confirmou a decisão de primeira instância.

Os métodos da CERT incluem o segredo, o que diz muito sobre seu caráter burocrático. Exemplo 1: a composição da comissão não consta da própria página da CERT no site da USP. Deveria ter treze membros, de acordo com a resolução que a criou, mas tem apenas onze atualmente. Exemplo 2: um parecer da Consultoria Jurídica da USP (CJ), favorável a docentes que recorreram contra a CERT, foi literalmente mantido na gaveta para evitar que o CO dele tomasse conhecimento antes da reunião, já mencionada, de dezembro último, que julgou recurso semelhante impetrado por dois outros professores (Informativo Adusp 91).

docentes para a unidade, porque, aí, o que acontece? O ótimo se torna ótimo, e o ruim se torna pior.”

**Conselheiro José Roberto Leite** (Departamento de Física dos Materiais e Mecânica do Instituto de Física), na reunião do CO de 5/12/2000

“AVALIAÇÃO DE PUNIÇÃO É PRÉ-MEDIEVAL”

“Nesta nossa Universidade, nós temos grupos de pesquisa que estudam como avaliar docentes, como avaliar o ensino, e nenhum desses grupos jamais participou de avaliação na USP. Dois colegas nossos tiveram a coragem de trazer para o CO este problema para uma discussão mais ampla. A avaliação é uma ferramenta de qualidade e não de punição. Avaliação de punição é pré-época medieval. O chinês que fazia a porcelana errada tinha a mão cortada — não tinha o RDIDP para cortar, cortava a mão. Estamos usando a avaliação de uma maneira errônea sob o ponto de vista técnico. Usar o mesmo instrumento de medida para avaliar 35 unidades com características diferentes é de uma mediocridade que não cabe em uma Universidade como a USP.”

**Conselheiro Vahan Agopyan** (Departamento de Engenharia de Construção Civil da Escola Politécnica), na reunião do CO de 5/12/2000

Na comunidade científica nacional e internacional, tem-se firmado cada vez mais a compreensão de que fixar critérios quantitativos de publicações é não somente inadequado para se avaliar a importância, abrangência e competência de um docente ou pesquisador, como também causa profundas distorções no processo de produção do saber e nas relações éticas que devem reger as relações humanas em geral e o com-

portamento dos cientistas em particular.

Uma das principais mazelas geradas pela política de publicar a qualquer custo é a “indústria” de *papers* ou “participação cruzada”. Pesquisadores trocam entre si a inclusão de seus nomes em artigos, embora não tenham necessariamente participado dos respectivos trabalhos. Esse expediente lamentável garante melhores posições nas contagens e, como conse-

quência, currículos e rendimentos mais alentados. Outro subproduto daquela política: o procedimento de subdividir em vários artigos os resultados que deveriam ser divulgados de modo orgânico em uma única publicação, tornando, assim, mais complexa a tarefa de sistematização do conhecimento e do estágio de evolução em uma determinada área.

Por outro lado, verifica-se a publicação dos mesmos resultados

## QUE COMISSÃO É ESSA?

Afinal, qual o caráter da CERT? O artigo 91 do Estatuto da USP atribui-lhe caráter meramente consultivo, ao determinar que à CERT “incumbe analisar as admissões de docentes, opinar acerca do regime de trabalho, orientar e coordenar a aplicação da legislação pertinente, bem como zelar pelo cumprimento das respectivas obrigações”.

Adicionalmente, o artigo 6º da resolução 3531, de 22 de julho de 1989, que baixa o Regimento Interno da CERT, estabelece que compete à comissão:

“I- Interpretar, aplicar e determinar a aplicação das normas relativas aos regimes de trabalho docente, zelando pelo seu fiel cumprimento e execução; II- propor ao Reitor a edição de normas que disciplinem a aplicação da legislação relativa aos regimes de trabalho; III- adotar providências no sentido de aprimorar os regimes de trabalho, em particular o RTC e o RDIDP; IV- opinar sobre ingressos, reingressos, permanências, exclusões, licenças, afastamentos, transferências, comissionamentos, nomeações, admissões, contratos, renovações de contratos e alterações de regimes de trabalho do pessoal docente da Universidade; V- Zelar pelo cumprimento do RTC e do RDIDP; VI- julgar relatórios no âmbito de suas atribuições; VII- apurar, mediante sindicâncias instauradas pelo Presidente, infringências à legislação relativa a regime de trabalho e, quando for o caso,

propor ao Reitor a abertura de processo administrativo; VIII- exercer as demais atribuições inerentes a natureza de sua competência.”

Embora nenhum desses itens atribua à CERT qualquer função relativa à avaliação individual dos docentes, muito menos por meio da contagem das publicações que os docentes produzam, estranhamente é a essa tarefa que a comissão mais tem-se dedicado.

Chega a causar perplexidade a ousada e ilegítima ação da CERT, quando se sabe que, mesmo em desacordo com as normas constitucionais que garantem a irredutibilidade dos salários, qualquer proposição de mudança no regime de trabalho dos docentes são de competência das unidades, uma vez que o artigo 201 do Estatuto, prevê “decisão prévia do Conselho do Departamento, ouvido o CTA, com anuência da CERT” e, principalmente, quando se percebe que o capítulo IV do Regimento Geral estabelece que a avaliação da produção dos docentes é competência da Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e não da CERT.

O desrespeito às normas e deliberações dos órgãos colegiados da USP, por parte do Reitor e da CERT, vai além. A desenvoltura e desinibição atuais da CERT transgridem frontalmente, com respaldo dos reitores, uma decisão do CO de março de 1992,

em vários artigos, com acréscimos insignificantes ou mesmo sem acréscimos. É preciso lembrar, finalmente, os procedimentos aéticos de apropriação intelectual de resultados de bolsistas, orientandos ou *research fellows*, por parte de orientadores, coordenadores ou responsáveis por projetos de pesquisa. É verdade que essas distorções não derivam unicamente da idéia do *publish or perish*, mas

sua vigência plena certamente as agravou.

Para demonstrar o quanto o critério da contagem de *papers* é inadequado para avaliar desempenho ou competência de qualquer



ainda em plena vigência. Trata-se de uma crucial definição sobre a natureza do processo de avaliação e sobre os organismos aos quais cabe realizar a avaliação. Ao criar a CPA, em sua 799ª reunião, o CO definiu sua composição e normas com o seguinte entendimento:

“A comissão composta por três membros da CERT e três da CAA, mais um representante discente estudaram (*sic*) esta questão, chegando à conclusão que o mais interessante é fazer uma avaliação departamental, e que inserida nesta auto-avaliação estaria inserida (*sic*) avaliação individual de cada docente, pois se perderia a perspectiva e o panorama daquele docente que trabalha integrado a um setor que é o Departamento. Portanto a proposta é que haja uma avaliação departamental e que a Comissão, composta pelos membros da CERT e da CAA, em sua totalidade, coordenariam os trabalhos dessa avaliação (*sic*).”

A decisão, votada e aprovada pelo CO, é bem clara apesar dos deslizes gramaticais da ata: quer-se uma **avaliação departamental**, e não uma “avaliação individual de cada docente, pois se perderia a perspectiva e o panorama daquele docente que trabalha integrado a um setor que é o Departamento”.

Ora, que fez o Reitor? Ao dispor sobre a constituição da CPA, baixou uma resolução (GR-3920, de 7/4/92) que anulou na prática os poderes da comissão nascente, determinando sua subordinação à CERT:

“O REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, tendo em vista o deliberado pelo Conselho Universitário em sessão de 17 de março de 1992, baixa a seguinte Resolução:

**Art. 1º** - A Comissão Permanente de Avaliação (-CPA), mencionada no art. 202 do Regimento Geral, será constituída pelos membros da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) e da Comissão de Atividades Acadêmicas (CAA).

**Art. 2º** - No desenvolvimento de seus trabalhos a CPA utilizará a infra-estrutura administrativa da CERT. Parágrafo único - A CPA será coordenada pelo presidente da CERT.

**Art. 3º** - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.”

Como se vê, na concretização do que foi decidido pelo principal colegiado da Universidade simplesmente desapareceu o entendimento de que não se pode avaliar os docentes fora do contexto dos departamentos. E atrelou-se a CPA (comissão maior e menos arbitrária, por incluir os membros da CAA que são, ao menos, eleitos pelo CO) à infra-estrutura da CERT e, ainda mais grave, ao comando do presidente da CERT.

Dava-se aí, portanto, um passo decisivo para desviar a comissão de suas funções originais. Aos poucos, ela ganharia novos poderes, bafejada pelos ventos da mercantilização do ensino e do pensamento centralizador e autoritário.

“O MODELO É HOMOGÊNEO E EQUIVOCADO”

“Atualmente, o modelo de avaliação utilizado na USP tem as seguintes características: 1) é homogêneo, tanto intra e inter-unidades quanto intra e inter-departamentos; 2) é aplicado indistintamente a todos os docentes; 3) é baseado essencialmente em um critério quantitativo, único, que é a produção de artigos em periódicos de circulação internacional de impacto; 4) não consegue levar em conta as práticas e os tempos acadêmicos e científicos distintos dos trabalhos realizados nas diversas unidades e departamentos que compõem a USP; 5) não consegue ainda levar em conta a heterogeneidade interna dos departamentos, onde é mais do que salutar haver uma complementação de competências e saberes; 6) esta avaliação tem um caráter binário, ou seja, existem duas classes de docentes: os que obedecem ao critério citado acima e, assim, fariam jus a serem mantidos como docentes em RDIDP e RTC da USP e os que não o obedecem, que deveriam necessariamente modificar sua conduta profissional de modo a serem enquadrados na classe anterior numa próxima avaliação; 7) estas características tornam o modelo atual no mínimo incompleto e equivocado em certos casos, quanto aos resultados por ele produzidos.



docente ou conjunto de docentes, e o quanto a CERT se equivoca ao utilizar para esses fins ferramentas concebidas com propósitos puramente científicos, basta olhar o número de publicações, de autoria do grupo composto pelo Reitor e pelos onze membros atuais da CERT, registradas nos bancos de dados do *Institute for Scientific Information (ISI)*, na *Web of Science*: o *Science Citation Index*, o *Social Citation Index* e o *Arts and Humanities Index*. O *ISI* é uma instituição privada que compila a maioria dos artigos e citações publicadas em revistas indexadas internacionalmente.

Surpresa: três membros da CERT, quase um terço da comissão, não contam com um único artigo indexado nos bancos do *ISI*.

Outra surpresa: o reitor Jacques Marcovitch, o homem que nomeia os integrantes da CERT, defende e dá respaldo às suas ações, tem duas publicações registradas no *ISI* ao longo de toda a sua carreira acadêmica, tão distantes no tempo que ele não poderia escapar às sanções da comissão, se fosse parar em suas malhas.

Surpresa? Nem tanto. Como dissemos, os bancos do *ISI* não se

prestam a fins de avaliação. Trata-se de importante ferramenta, tornada disponível por meio de convênio entre a USP e a Fapesp, para se pesquisar a respeito do “estado da arte” do conhecimento em determinada área, ou sobre um tópico específico qualquer, ou ainda sobre quem são os pesquisadores atuantes em um determinado tema.

Seria inadmissível desqualificar o Reitor ou qualquer membro da CERT com base nessas informações. Menos ainda, cogitar de mo-

dificar seus regimes de trabalho pelo mesmo motivo. O que causa estranheza e indignação é o fato de uma comissão central da Universidade, composta na sua maioria por professores experientes e renomados, não ter consciência das distorções provocadas pelo uso de quaisquer in-

dexadores de publicações como critérios prioritários de avaliação, bem como das mazelas que se multiplicam em função da política de *publish or perish*.

Uma das principais regras não-escritas da CERT, explicitadas somente nos pareceres, é a de que os docentes devem publicar todo ano em revistas estrangeiras. Imposição tão absurda que não pode ser respeitada nem mesmo por

***Tudo suscita a dúvida sobre o tempo que os membros da CERT realmente dedicam a ela e sobre como vem-se dando o trabalho efetivo na comissão. Todos têm efetivamente participado?***

seus executores. O presidente da comissão, professor Carlos Humes Jr., do Instituto de Matemática e Estatística, passou doze anos (de 1980 a 1991) sem ter qualquer artigo catalogado no *ISI*.

Por outro lado, a análise desses dados reforça uma crítica sempre feita à política de “avaliação” da CERT, que se recusa a entender que a questão da avaliação é diferenciada nas diversas áreas do saber e das artes. A quantidade de artigos publicados varia de tal forma que uma só integrante da comissão, do Instituto de Biociências,

possui simplesmente mais artigos catalogados no *ISI* (290) do que todos os outros membros da CERT juntos. No outro extremo, sem nenhum artigo listado, encontram-se três docentes da área de Humanas.

Nos últimos três anos, dois dos membros da CERT tiveram indexados no *ISI* 54 e 56 artigos respectivamente, o que resulta nas médias de 18 e 19 artigos por ano, em números arredondados.

Isso nos leva a perguntar: como é possível obter tais números? Se pensarmos de que



Os docentes da USP, e em particular os professores assistentes doutores (MS-3), maior contingente da Universidade, também devem se repartir entre as atividades didáticas, de pesquisa, de extensão e administrativas. De acordo com o perfil de cada um, e dada a heterogeneidade anteriormente mencionada, é evidente que alguns irão se dedicar mais a algumas dessas atividades do que a outras.”

**Conselheiro Jaime Simão Sichman** (representante dos docentes assistentes e doutores [MS-3] do Departamento de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica), na reunião do CO de 5/12/2000

“A CERT NÃO TEM REPRESENTATIVIDADE”

“Quando eu era recém-diretor, fui procurado por um docente lívido e com os olhos esbugalhados. Esse docente descobriu, ao receber seu holerite, que havia saído do RDIDP para o RTP, porque alguém na CERT não gostou do seu relatório, pois sua principal atividade (era um mestre que recentemente havia se tornado doutor) era a tese de doutorado, que foi uma excelente tese para a Faculdade

de Saúde Pública, mas alguém da CERT, um químico, achou que os processos químicos que envolviam aquele assunto de tratamento de esgoto não eram os melhores e, portanto, o coitado foi para o RTP assim, sem mais.

Questionei os procedimentos da CERT e a absoluta falta de competência que tinha aquele determinado professor de julgar aquela tese e que, por conta disso, desqualificou um professor; eu me baseei na idéia de que a graça da USP é sua heterogeneidade e que algo que algum eminente químico não gostou, podia ser um procedimento razoável e aplicável em tratamento de esgoto na Saúde Pública, o que não desmerece a Saúde Pública, são coisas diferentes.

Aprendi, naquela ocasião, que a CERT tem o azar de não ter — não sei como me expressar sem ofender a cada membro da CERT aqui presente — representatividade, pois é uma comissão nomeada pelo Magnífico Reitor. Não está resolvido como é que 13 pessoas podem avaliar peculiaridades de 5 mil professores, de 35 unidades e de 300 departamentos. É isso o que precisamos discutir.”

*Conselheiro Arnaldo Augusto F. de Siqueira (Departamento de Saúde Materno-infantil da Faculdade de Saúde Pública), na reunião do CO de 5/12/2000*

modo um docente consegue tal índice de produtividade medida em artigos, e como isso se relaciona com o tempo e a energia dedicados a suas outras atividades (aulas na graduação, orientação de alunos na pós-graduação, envolvimento na administração de departamentos e unidades, direção de entidades de pesquisa etc.), seria natural cogitar-se de que se tende a relegar a segundo plano outras tarefas.

Qual seria, por exemplo, a participação efetiva, nas atividades da CERT, dos membros que apresentam tão grande produção de artigos? Custa crer que esses docentes, cujo número de publicações supõe um alto grau de envolvimento com pesquisa e dedicação a projetos (e que além disso devem cumprir obrigações junto a cursos de suas unidades), encontrem tempo para participar de reuniões da comissão nas quais se discute a sorte deste ou daquele docente. Vários deles desenvolvem atividades de chefia ou participam dos conselhos de seus departamentos ou escolas. Não são poucos os que ocupam algum cargo em associações, ou que prestam consultoria à Fapesp, CNPq ou Capes.

Tudo isso suscita a dúvida sobre o tempo que os membros da CERT realmente dedicam a ela e sobre como vem-se dando o trabalho efetivo no âmbito da comissão. Todos têm efetivamente participado das reuniões, dos julgamentos, da formulação e aplicação da política de avaliação? Ou, como parece mais provável, isso

vem ocorrendo ao sabor da vontade de quem ocupa a presidência da comissão? Mais: é-lhes possível analisar criteriosamente as questões referentes a 4500 docentes, a toda uma universidade, a um sem-número de áreas de conhecimento?

A despeito de tais incoerências dentro da própria CERT, a comissão continua estimulando e exigindo a publicação em revistas estrangeiras, de modo a privilegiar a “avaliação” por meio da contagem desses artigos. Ademais, é preciso que as publicações tenham alto “índice de impacto”, quer dizer, tenham gerado um determinado número de citações considerado satisfatório. É com base nos resultados de tais estatísticas que a CERT, à revelia da legislação vigente no país, no Estado e freqüentemente ferindo as próprias normas da USP, tem proposto mudanças no regime de trabalho de docentes e a não renovação de contratos, em muitos casos.

É preciso que a CERT retome suas estritas funções regimentais, entre elas a de zelar pelo cumprimento dos regimes de trabalho — cada vez mais descaracterizados em função das diversas espécies de “consultorias” e serviços prestados por meio das fundações privadas — em lugar de se dedicar ao controle policesco do corpo docente, instituído por meio da avaliação individual. RA

**Nota: os dados do ISI dizem respeito aos períodos de 1945-2000, no caso do *Science C.I.*; 1956-2000, no caso do *Social Sc. C.I.* e 1975-2000 para *Arts&Humanities C.I.***



## DEBATE

AVALIAÇÃO DA DOCÊNCIA,  
UMA QUESTÃO-CHAVE

*O debate sobre Avaliação da Docência realizado no dia 6/12/2001, no Instituto de Física, por iniciativa da Adusp, trouxe importantes pontos de vista a uma discussão que se torna mais e mais imperiosa na vida da USP e de seus docentes.*

*Os debatedores — os professores Francisco Miraglia, do IME e da Adusp, Miriam Limoeiro, da Universidade Federal Fluminense, Hernan Chaimovitch, pró-reitor de Pesquisa da USP, e a advogada Lara Lorena, da assessoria jurídica da Adusp — não fugiram aos contrapontos, ao diálogo, à crítica, e a platéia tratou de enriquecer o tema com várias intervenções.*

*A origem do projeto de avaliação ora em curso nas universidades brasileiras (inclusive a USP), o conteúdo e a natureza do processo inquisitorial imposto pela CERT, as premissas necessárias a um processo democrático de avaliação, as distorções produzidas pela supremacia da contagem de papers sobre quaisquer outros critérios de avaliação foram alguns dos pontos marcantes do debate, cujos principais trechos reproduzimos a seguir, incluídas as intervenções dos professores Ciro Teixeira Correia (IG), Marcos Magalhães (IME), Otaviano Helene (IF) e Osvaldo Coggiola (FFLCH). Atuou como mediador o professor Jair Borin (ECA).*

# HERNAN CHAIMOVITCH

## “NÃO EXISTE NO ESTATUTO OU REGIMENTO DA USP PROCEDIMENTO QUE DEFINA AVALIAÇÃO”



**M**uito obrigado à Adusp, muito obrigado aos companheiros da mesa, é um prazer estar aqui. A primeira coisa que eu tenho que dizer é que recebi uma carta da Adusp dizendo que eu estava sendo indicado pela Reitoria. Na verdade não fui indicado pela Reitoria, e isto tem que ser muito bem clarificado “de cara”. Eu estou aqui por vários motivos. Primeiro estou aqui na minha qualidade de antigo diretor da Adusp. Eu estava conversando com os colegas, antes, que parcela importante da responsabilidade de a Adusp ter a estru-

tura que tem hoje foi instalada em nossa diretoria, há quase vinte anos, quando, sob a presidência do Ernesto Hamburger, instalou-se um novo sistema de cobrança, em que os professores eram descontados. Então estou aqui como diretor da Adusp, não sou representante da Reitoria, não fui nomeado como representante por ninguém. Também estou aqui porque sou professor titular da Qui-

mica. Também estou aqui porque sou membro da diretoria da Academia Brasileira de Ciências. E também estou aqui porque sou pró-reitor de Pesquisa da USP. Agora, separar as coisinhas, dizer que um dia eu visto uma ca-

miseta e outro dia visto outra, é uma questão que a gente não faz, especialmente quando não tenho uma representação oficial da Reitoria da USP. Posto isso, vou fazer uma introdução curta, vou tentar falar durante quinze minutos, às vezes não consigo, me avisem se estou excedendo o tempo. Então vamos pensar, e a intenção é, num ambiente como esses, ao qual estou absolutamente acostumado —

ambiente em que o debate acadêmico é fundamental, e em geral rico —, começar pensando em que é liberdade acadêmica, porque me parece que isso tem a ver com o tema da avaliação. E vou ler um pouquinho, porque às vezes eu esqueço e ocupo mais tempo, mas vocês me permitem ler só um pouquinho.

Para mim a liberdade acadêmica na Universidade tem origem no direito da Humanidade de prosseguir, em toda parte, na busca de verdades sem constrangimento. Não é, portanto, um privilégio de casta, de instituições, ou dos professores ou estudantes ou funcionários. Não é um direito de perceber uma remuneração justa por exercer um trabalho prazeroso, que acho que é um direito natural de todos. Não é, também, um direito de extraterritorialidade, que permita a estudantes, funcionários e professores se subtraírem ao direito comum. A liberdade acadêmica não assegura nem imunidade, nem impunidade a respeito das leis. Também não poderia se reduzir a um privilégio de casta, permitindo a uma oligarquia qualquer se perpetuar na Universidade sem controle. O direito de professores, estudantes e funcionários se baseia na sua relação com a verdade, e qualquer direito da Humanidade não é anárquico, nem oligárquico, nem corporativo. A liberdade acadêmica, portanto, pode ser defini-

***“O processo de avaliação numa Universidade deve ter objetivos claros, metodologias definidas, conseqüências muito bem definidas, e sobretudo aceitação interna prévia. O objetivo aceito da avaliação é alcançar objetivos previamente pactuados dentro da organização”***

da positivamente pela responsabilidade, transferida à Universidade pela sociedade, de uma forma de organizar conhecimento, estender o conhecimento e transmiti-lo. A pesquisa, o ensino, a extensão, o saber crítico, a liberdade de cátedra e a autonomia são simplesmente expressões dessa responsabilidade. A Universidade é portanto um espaço, criado por uma sociedade, onde a liberdade acadêmica deve ser exercida no contexto da responsabilidade social transferida.

Dito isso, é interessante ler algumas frases de um autor que eu gosto, quando ele escreve sobre a Universidade, que é o Cristóvam Buarque. Vou ler quatro frases, só: “A idéia de competência como sinônimo de sabedoria, de inteligência para responder aos desafios intelectuais, de capacidade para realizar a finalidade que a Universidade propõe: no atual momento,

ser competente é ter, ou procurar ter, sabedoria diante da crise intelectual, social, cultural, econômica e ecológica que o mundo atravessa”. Segunda frase: “- Não existe Universidade provinciana. Sem a percepção do permanente compromisso universal, um centro de ensino não é universitário. No Brasil, para cumprir seu papel social de formar o saber necessário para a construção da sociedade desejada, a Universidade não deve perder de vista seu compromisso de servir o social com o saber que gera”. Por último, estou citando sempre o Cristóvam Buarque: “No ensino, o problema não é a relação professor-aluno, mas a falta de uma avaliação rígida sobre cada professor. Mesmo não havendo muitos, são muitos os professores que não produzem na Universidade”. Isso coloca o tema. Isso posto, vamos falar de avaliação.

O processo de avaliação numa Universidade, como qualquer outra instituição, deve ter objetivos claros, metodologias definidas, conseqüências muito bem definidas, e sobretudo aceitação interna prévia. O objetivo aceito da avaliação é alcançar objetivos previamente pactuados dentro da organização que, numa instituição pública, devem corresponder também aos objetivos que a sociedade propõe ao fundar e financiar a instituição. Os resultados do processo de avaliação devem ser conse-

qüentes com o objetivo, isto é, classificar o objeto avaliado com relação ao objetivo que se busca; fornecer instrumentos de fomento quando os objetivos não são alcançados; e sobretudo estímulo para aqueles que alcançam os objetivos pré-definidos. Pensando nesse marco, o Estatuto de fundação da USP, em 1934, definia como objetivos da USP: “a) promover a pesquisa científica e estimular a criação literária e artística; b) transferir através do ensino conhecimento ou valor cultural; c) preparar profissionais com base científica, literária ou artística; d) propagar as ciências, as letras e as artes; e) estimular a cooperação no trabalho intelectual”. Quando a gente pula para 1988, os fins da USP mudam. São: “1) promover e desenvolver todas as formas de conhecimento por meio do ensino e da pesquisa; 2) ministrar o ensino superior, visando a formação de pessoas capacitadas ao exercício da investigação e do magistério em todas as áreas do conhecimento, bem como a qualificação para as atividades profissionais; 3) estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino e pesquisa”. Agora, com os objetivos da Universidade estabelecidos, tanto no ano 1934 como no ano 1988, o Estatuto da USP de 1988 diz o seguinte: “compete ao Conselho Universitário planejar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento de todas as atividades da Universidade, provendo meios para o seu aperfeiçoamento”. No artigo 104: “O regimento de cada unidade disporá sobre a reavalia-



ção quinzenal de todos os docentes, no que se refere às atividades de ensino, de pesquisa e de extensão de serviços, respeitando o disposto no Regimento Geral”. Aí a gente procura a palavra avaliação no Regimento Geral, e não acha, porque o Regimento Geral diz: “A avaliação da produção dos docentes será feita pela Comissão Permanente de Avaliação, cuja composição e normas serão fixadas pelo CO”. Conclui-se, portanto, que apesar de que a Universidade fixa com certa clareza, que depois a gente pode discutir, objetivos, não existe no Estatuto ou Regimento da USP um procedimento que defina avaliação no sentido que eu defini anteriormente.

Agora, quando a gente pensa avaliação na Universidade, pode pensar em vários níveis. Você pode pensar numa avaliação institucional. Essa avaliação na verdade é muito recente, foi definida neste ano pelo Conselho Estadual de Educação, esse processo está em

andamento e deve se completar em um ciclo de cinco anos. Pode-se definir avaliação em um nível departamental também. E a USP na verdade tem experiência no exercício da avaliação departamental conduzida pela Comissão Permanente de Avaliação. Um dos comentários que têm que ser feitos a respeito começa pela observação de que, apesar de ter sido um instrumento de alguma forma bem conduzido, sofreu de muitos acidentes de percurso. Primeiro: faltou uma definição clara dos efeitos da avaliação, sobretudo quanto ao fomento, mas também como esse instrumento de avaliação, que media a distância entre posição presente e objetivos, ia servir como estímulo. Segunda observação: foi um processo extremamente lento. O processo de avaliação departamental pela CPA começa no ano 1992 e termina no ano 2000. Avaliar desta forma de departamentos, é óbvio, se começa em 1992 e termina em 2000, e só

depois de 2000 vem os efeitos, que vamos fazer com a avaliação de 1992? Os resultados do processo não foram até hoje analisados de uma forma que seja compatível com a imensa riqueza do material coletado. Apesar disso, quando se olham os dados referentes à pesquisa e ensino (e aqui acho absolutamente conveniente adicionar que os dados de extensão, por uma falta de clareza interna sobre a natureza da extensão nesta Universidade, não podem ser incluídos na análise de jeito algum), e comparando com uma outra avaliação que não tem nada a ver com a avaliação da CPA, que é a avaliação que a Capes faz sobre os cursos de pós-graduação da Universidade de São Paulo, e fazendo as correções necessárias, se vê (e cada um de vocês pode ver, porque isso está publicado na *home-page* da Pró-Reitoria de Pesquisa há mais de dois anos) que o ritmo das avaliações, isto é, a posição relativa das unidades com respeito à avaliação departamental e à avaliação pela Capes, é idêntico.

São instrumentos muito diferentes, um avalia a pós-graduação, o outro avalia pesquisa e ensino, contudo as unidades, quando convenientemente corrigidas, se colocam na mesma ordem. Alguém pode dizer: “Qual é a graça? Avaliação de pós-graduação não tem nada a ver com graduação”. Os dados internacionais

***“A gente não pode reinventar a roda. A única forma de avaliação que tem dado certo no mundo inteiro, aceita internamente, com mecanismos definidos e com resultados conhecidos, é a avaliação do docente individual no seu departamento. Não existem exceções no mundo”***

mostram que esse é um erro profundo. Quando, nos países que avaliam qualquer coisa, se coloca, num gráfico qualquer, posição relativa do curso na graduação, posição relativa do curso na pós-graduação, existe uma correspondência absoluta. Cursos de pós-graduação muito bem colocados numa ordem qualquer têm o curso de graduação igualmente colocado. Portanto, a correspondência entre a avaliação da CPA dos departamentos e a avaliação da Capes deveria levar a gente a pensar que essa experiência é rica e pode servir de base a uma avaliação departamental conseqüente. Conseqüente quer dizer o seguinte: objetivos bem definidos, muito bem aceita pela estrutura interna, e resultados que sejam compatíveis com a discussão inicial dos objetivos, mantendo sob observação todos os mecanismos de avaliação. Por último, a gente chega a anali-

sar o tipo de avaliação que, sem existir na USP, tem causado no mínimo espécie e problema político na Universidade, que é a avaliação individual. De novo, se a gente olha o Estatuto ou o Regimento, não existe, insisto, mecanismo de avaliação individual que seja aceito por todo mundo e que avalie todo mundo. Isso não está definido no Estatuto, não está definido no Regimento. Agora, como manter o foco no Brasil e a referência no mundo? De preferência a gente não pode investir energia para reinventar a roda. A única forma de avaliação que tem dado certo no mundo inteiro, avaliação que seja aceita internamente, com mecanismos definidos e com conseqüências ou resultados conhecidos, sobretudo em termos de fomento, é a avaliação do docente individual no seu departamento. Não existem exceções no mundo com relação a esse mecanismo.

Ora, aqui temos um problema sério. E temos um problema sério quando a gente pensa Brasil. É difícil pensar na USP sem pensar no Brasil, se alguém tenta fazer esse exercício acho que está perdendo tempo. Neste país existe uma federação complicada, comparável, de certa forma, à federação que constitui a USP. É uma federação, o Brasil, que até pouco tempo atrás permitia aos Estados, por mecanismos não declarados, emitir dinheiro. Se isso daí é uma fe-



deração, no mínimo é uma federação não costurada. Que isso tem a ver com o problema da avaliação individual? Que tem a ver com uma proposta de avaliação individual discutida aqui dentro, que dê liberdade ao departamento de fixar suas metas, seus mecanismos, a forma como isso é feito, que tem a ver com a Lei de Responsabilidade Fiscal recentemente instalada no Brasil? A correlação é óbvia. De uma forma ou outra, aquilo que o departamento diz que faz para avaliar tem que ser mostrado para os outros departamentos. Aquilo que o departamento faz para avaliar, e a relação entre a forma como o departamento avalia e a sua prática, tem que ser conhecido por todos. Não pode se sustentar, numa federação conseqüente, uma ruptura entre os objetivos e a missão da Universidade e os objetivos e a missão de qual-

quer departamento. Portanto, uma avaliação individual conseqüente na Universidade de São Paulo tem que contemplar a racionalidade e sobretudo a conseqüência dessa federação de departamentos.

Tem que ter um foro discutido nas instâncias legítimas, centrais, em que essas coisas sejam colocadas, em que a comparação de critérios de avaliação entre departamentos seja discutida, e sobretudo em que em algum momento exista correlação entre o discurso da avaliação departamental individual e a sua prática. Isso é fundamental porque, se nós não queremos um sistema totalmente centralizado, nós não podemos pensar que a ditadura centralizada só se exerce no poder central. A violência individual local, num sistema autoritário, é muitas vezes maior que a violência central do mesmo sistema, se expressa de outras formas.

E portanto junto com o sistema de avaliação individual central no departamento, junto com uma comparação entre os propósitos do departamento e o propósito da Universidade, junto com o acompanhamento da conseqüência entre a vontade de avaliar por um critério explícito e a prática da avaliação individual, tem que ter um esquema recursal que proteja o docente do seu departamento, sim. Porque quando existe um sistema centralizado se pensa que o problema com a democracia se exerce só no nível central. Na verdade, isso se estende ao nível local, e a ditadura local às vezes é muito mais perniciososa que o poder central. Essa é a forma que eu vejo avaliação individual na Universidade, essa é a forma que eu considero correta, um aumento de nível da discussão política quanto à avaliação na USP. Acabou. **RA**

# MIRIAM LIMOEIRO

## " OS FORMULADORES DA REFORMA DA UNIVERSIDADE SÃO FUNCIONÁRIOS DO BANCO MUNDIAL "



**B**oa noite a todos. Agradeço à Adusp a gentileza do convite. Vou fazer todo esforço para me restringir aos quinze minutos que são estipulados.

O capital mundializado reorganiza a vida coletiva, reordena o Estado, desobrigando-o com as áreas sociais (educação, saúde, cultura, habitação, urbanização), mas acentuando mais do que nunca seus compromissos com o capital. Desarticula e reprime os sindicatos e toda e qualquer forma de organização autônoma e de re-

sistência no campo do trabalho. Sob a hegemonia do capital financeiro rentista, a atividade produtiva se deslocaliza e se realocaliza em escala planetária, a lógica mercantil é disseminada por todo o tecido social e transforma tudo em mercadoria, destruindo a formação social que conhecemos como sociedade e esterilizando o

campo da cultura naquilo que lhe é essencial e que por isso mesmo não é mercantilizável: seu potencial crítico criador e contestador. Uma reforma de tal dimensão reorganiza também o sistema educativo, especialmente a

Universidade, e procura novos meios de legitimação. A melhor maneira de manter sob controle uma situação de grande desigualdade é encontrar uma forma de justificá-la. Sabemos há muito tempo como todo o sistema escolar opera desse modo, como aparelho de reprodução social. Agora, a avaliação é trazida à cena pa-

ra cumprir essa mesma função, com alcance social ainda mais amplo: legitimar a nova ordem de gestão direta e maciça do capital sobre a Universidade. Cabe a nós, intelectuais da Universidade, a responsabilidade social e política de apreender esse processo e não nos deixarmos, ingênua ou tolamente, envolver por ele.

O caráter público da Universidade permite que ela seja aberta à reflexão, à crítica, às controvérsias teóricas, metodológicas, técnicas, favorecendo a fermentação cultural e a ampliação de horizontes culturais. Na sociedade contemporânea, a Universidade pública é o último e talvez o único lugar institucionalizado onde isso pode acontecer, enquanto ela se define de fato como um espaço público de discussão face a face, onde o livre confronto das idéias constitui argumentações consistentes, forma convicções bem fundamentadas, desperta dúvidas e a necessidade de novos debates, e como um lugar de liberdade: liberdade de pensamento, de expressão, de cátedra, de pesquisa, de associação. Um espaço assim público e livre é condição de cidadania e de desenvolvimento da inteligência, do pensamento, da crítica e da cultura. Ao mesmo tempo em que produz e comunica saberes, a Universidade reproduz a ordem social através da ideologia, da disciplina e do controle, e é lugar de

***“Não é desmoralizando os pesquisadores, criando obstáculos e cerceando a atividade de pesquisa científica, que se pode conseguir efetivamente fomentar o desenvolvimento científico. É uma sociedade que desperdiça talentos é uma sociedade fadada à mediocridade e à subalternização”***

poder. Tem sido sempre decisiva a participação de membros da academia na formulação de políticas e de ações, mesmo as mais violentas, contra a Universidade. É equivocado atribuir as ameaças à vida e à produção livres na Universidade somente a agentes externos a ela: governos, empresas, entidades políticas, porque parte muito importante desses agentes está dentro da própria comunidade universitária. Um espaço público e livre é um bem precioso: algumas vezes só nos damos conta disso quando o perdemos, quando ele se mostra pelo avesso, ao ser extinto ou conspurcado. Nós tivemos aqui essa experiência, ostensiva e explicitamente assumida, há pouco mais de trinta anos, pela ditadura militar, e cujas marcas ainda estão vivas na nossa Universidade.

A história das ciências, a sociologia e a antropologia da ciência

podem fornecer subsídios interessantes à discussão sobre a produção de ciência. Autores como Merton e Ben-Davi supõem que o número de cientistas criativos é função direta do número total de cientistas em atividade. Conseqüentemente, o sucesso científico depende do estoque de talento mobilizado, e esse depende do estoque total de cientistas. Aqui haveria portanto uma relação entre quantidade e qualidade. Já Solla Price, por exemplo, questiona que seja assim direta essa relação. Argumenta que cerca de 10% dos cientistas é responsável pela publicação de cerca de 90% dos *papers* científicos. Segundo Price, o número total de cientistas cresceu exponencialmente durante um longo período, mas no mesmo período o número de cientistas destacados cresceu a uma taxa consideravelmente menor. Conclui que se quisermos multiplicar o número de bons cientistas por um fator 5, teremos que multiplicar o total de cientistas por um fator 25. Considera que o tempo para duplicar o trabalho científico como um todo é de cerca de dez anos, enquanto que para duplicar o trabalho científico de alta qualidade se necessita em torno de vinte anos. Pode-se concluir que a produção do talento para a ciência e na ciência depende de investimento maciço na formação e na atividade científica em geral. Só se forma o talen-



to científico cultivando talento em toda a extensão da atividade educativa, e só se potencializa o talento científico fomentando o desenvolvimento científico. Não é restringindo o campo onde esse desenvolvimento pode advir, não é desmoralizando os pesquisadores, criando obstáculos e cerceando a atividade de pesquisa científica, que se pode conseguir efetivamente fomentar o desenvolvimento científico. E uma sociedade que desperdiça talentos é uma sociedade fadada à mediocridade e à subalternização.

Está em curso entre nós uma reforma da Universidade que é parte da grande reorganização da vida mundial sob a mundialização do capital. É significativo que ela esteja sendo definida a partir do Banco Mundial e não de alguma agência internacional de educação ou de cultura. Seus formuladores são pesquisadores-funcionários do Banco Mundial. Todo um aparato organizacional e financeiro vem sendo mobilizado para viabilizar políticas de educação superior compatíveis com aquela reorganização. Numerosos projetos se encontram atualmente em desenvolvimento no Banco Mundial, junto a governos, implementados pelos próprios governos ou instituições e universidades, para consolidar tais políticas. Esta reforma universitária visa à formação de um mercado da educação superior,

***“Esta avaliação institucional é peça-chave da política educacional patrocinada pelo MEC, política de mercantilização da Universidade pública. Não visa aperfeiçoar a qualidade da produção de conhecimento na Universidade. Seu objetivo maior é a submissão ao capital privado”***

redefinindo a relação entre o poder público e a Universidade e constituindo o que tem sido chamado de “Estado avaliador”. A avaliação institucional proposta no Brasil pelo governo federal é estratégica para este projeto. Ela é ao mesmo tempo seu modo de funcionamento, implantando extensiva e intensivamente a lógica do capital mercantil, e seu modo de legitimação, configurando a avaliação como meritocracia. Ao legitimar todo o processo por meio da ideologia da competência, funciona como alavanca para colocá-lo em execução e conseguir adesão a ele.

O projeto se propõe a produzir uma diferenciação radical no interior do sistema de educação superior, reorganizando-o sob forma fortemente hierarquizada. Para alguns centros de excelência se reserva a condição de universidades de pesquisa, onde se deve produ-

zir conhecimento científico. Nelas se concentrará o aporte financeiro do poder público, embora elas também devam tratar de integrar-se com o capital privado, não apenas para buscar recursos adicionais, como para atender às demandas de saber técnico-científico deste capital. Encolhido desta forma, a maior parte do atual sistema universitário público deverá ser transformada em instituições exclusivamente de ensino, sem pesquisa. A exclusão da pesquisa, bem como a separação entre ensino e pesquisa, é aí proposital e cumpre importante papel político. Serão “escolões”, destinados a oferecer ensino de massa e, quer sejam públicos ou privados, deverão seguir o padrão das instituições de ensino privadas, de caráter tipicamente mercantil: estudantes pagando taxas e anuidades escolares; professores que só dão aula, muitas aulas; cada turma com o máximo número de alunos, cada professor com o máximo número de turmas; cursos de pouca procura sendo desativados; e adotando forte preocupação com o controle e a disciplina.

Submetendo os modos de operação e de gestão das universidades, do ensino e da pesquisa à lógica mercantil, não mais se reconhece a educação como um direito de cidadania, mas como um mercado em que se transaciona a mercadoria conhecimento e a

mercadoria ensino. Sendo assim, o trabalho na Universidade deve ser regido por critérios de mercado, como rentabilidade, produtividade, avaliação de qualidade etc. A avaliação institucional que articula esta reforma traz a marca da burocracia. É burocrática, e tende a criar burocracias. As burocracias procuram legitimar-se porque cumpririam a tarefa de organizar, organização que seria racional no sentido de adequação dos meios aos fins, e que promoveria a eficiência e o aumento da produtividade. Na verdade, porém, a burocracia *se organiza* enquanto estrutura de controle. Por definição burocracia é atividade-meio, mas as organizações altamente burocratizadas tendem a transformar os meios de controle em fins, e a deixar esquecidos os fins. Burocracia significa hierarquia e poder, e o exercício burocrático enquanto controle hierarquiza e distribui desigualmente *poder*. Nas palavras de Tragtenberg: “A burocracia escolar controla o professor através da nomeação e dos mecanismos de carreira, e o aluno através do sistema de exames e notas”. Creio ser correto afirmar que a superburocracia avaliativa que vem sendo constituída e posta em funcionamento no Brasil hoje pretende controlar a Universidade através da permissão ou da interdição formal e prática de que nela se faça pesquisa e se produza conhecimento. A relação de poder presente no sistema de exames nacionais, os provões, faz lembrar o que já se chamou de “batismo burocrático do saber”.

Esta avaliação institucional é peça-chave da política educacional patrocinada atualmente no Brasil pelo MEC, política de mercantilização da universidade pública, de seu ensino e de sua pesquisa. Não visa fortalecer ou aperfeiçoar a qualidade da produção de conhecimento na Universidade brasileira. Seu norte efetivo é a legitimação ideológica da política que a institui, e seu objetivo maior é a submissão, também na Universidade, ao capital privado, que passará deste modo a deter o controle da Universidade, da produção do conhecimento que nela se faça e dos produtores deste conhecimento. Pretende criar hierarquias universitárias e mesmo hierarquias científicas a partir da burocracia, e tenta definir, a partir do poder burocrático, os rumos e os tempos da pesquisa científica que se realize na Universidade brasileira. É grande equívoco supor que nesta reorganização global as universidades de pesquisa escapem à submissão à lógica mercantil. A retração do Estado também as alcança. Carentes de recursos públicos, disponíveis, mas para outros fins, encontram-se crescentemente sujeitas ao imperativo de vender projetos à iniciativa privada — ou seja, ao capital que coloque entre suas opções de investimento a aplicação de recursos para pesquisa nestas universidades. Neste sentido, cada vez menos estes pesquisadores poderão trabalhar nos *seus* projetos, porque cada vez mais serão compelidos a colocar o seu saber a serviço dos interesses do capital privado, sem mediação

que não seja meramente burocrática. Estará então em vias de desaparecer o trabalho científico fora do controle direto do capital, e o grande cientista se verá sujeito à condição de cientista-funcionário.

Quando a mercantilização invade todo o espaço da Universidade, transformando também aí tudo em mercadoria, o que se produz é o amesquinamento do horizonte cultural e da expressão do conhecimento, com a exclusão do que de mais elevado o espírito humano produziu, na filosofia, na arte, na ciência. A inteligência, a sensibilidade, o espírito crítico, que se alimentam desses saberes e dessas práticas, bem como todos os valores não mercantis, são relegados, marginalizados, excluídos. Só se dá valor ao que cria valor e produz mercadoria. Este é o novo mundo que vira as costas para a civilização. É difícil não lembrar de Dante: “Vós que aqui entraís, abri mão de toda esperança”. De minha parte, como eu já aprendi o quanto a esperança é conservadora e conformista, como eu não acredito em destino, pensamento único ou em qualquer outra espécie de determinismo, e como é da minha índole continuar lutando, defendo que é preciso resistir. E faço uma reflexão. Se eles apelam para mecanismos de legitimação, é porque de algum modo precisam da nossa adesão. Resistamos. Recusemos a nossa adesão ideológica. E coloquemos no centro mesmo da nossa luta de resistência a defesa da liberdade e do caráter público da nossa Universidade. Muito obrigado. RA

# LARA LORENA

## “A ATUAÇÃO DA CERT ESTÁ EM DESCOMPASSO COM AS REGRAS JURÍDICAS DA PRÓPRIA USP”



**M**inha colaboração para esse debate é trazer um pouco da experiência que a Assessoria Jurídica da Adusp, da qual eu faço parte, tem vivido durante esses últimos dois anos. Depois, passo alguns detalhes mais técnicos, de interesse do tema em pauta, principalmente com relação à questão do regime de trabalho, que mais tem se afigurado problemática na Assessoria Jurídica. A gente fez um breve levantamento para trazer para vocês, para dar um pouco da perspectiva desses últimos dois anos. Em 1999, esse não é um le-

vantamento muito preciso (porque os atendimentos feitos por telefone, por exemplo, não são computados), nós realizamos 22 atendimentos exclusivamente com matéria administrativa, com isso quero dizer problemas como contrato precário, ou estágio probatório, ou regime de trabalho. Dessas 22 consultas, apenas duas foram relacionadas com problema de regime de trabalho. Já no ano de 2000,

até a semana passada, quando fizemos esse levantamento, realizamos 21 consultas sobre os mesmos temas, e 14 destas eram relacionadas com questões de regime de trabalho e alteração de regime de trabalho.

Na verdade esse aumento, essa intensificação de demandas com esse problema fez com que a Assessoria Jurídica se debruçasse sobre a questão e que nós nos detivéssemos mais sobre o problema. Nesse sentido minha posição, já firmada em parecer que a gente elaborou e foi divulgado, é de que na verdade a forma pela qual a avaliação docente vem sendo executada na USP, em especial a

atuação da CERT, vem em descompasso com as regras jurídicas da própria USP, e esse descompasso na verdade acarreta duas implicações. Uma é óbvia, a violação e o descumprimento das próprias regras normativas da USP. E a outra em outra esfera mais geral, que ultrapassa a Universidade e que chega a violar as próprias regras do ordenamento jurídico vigente no país. Dessas violações e desse descumprimento dessas regras jurídicas eu poderia dar vários exemplos, mas, nos atendo ao problema do regime de trabalho e da fiscalização que é exercida pela CERT, a verdade é que não vejo como nós falarmos numa alteração de regime de trabalho, de um regime de dedicação integral à docência, de um docente que exerce o mesmo cargo para o regime de turno parcial, RTP ou RTC, sem esbarrarmos no problema da irredutibilidade de vencimentos que é consagrada na Constituição Federal.

Fora isso, a verdade é que, se a USP não está satisfeita com o desempenho do docente, ela tem mecanismos regimentais para operar o desligamento do docente com o qual ela não está satisfeita. A solução neste caso não é a transferência do docente que ela julgue não está acompanhando o desejável segundo os critérios dela, não é a alteração do regime docente. Nesse mesmo sentido,

***“O entendimento de que o Reitor tudo pode em qualquer circunstância é uma visão equivocada das normas regimentais e das normas jurídicas vigentes.***

***Uma série de pessoas, em nome da autonomia universitária, acredita que a USP pode legislar e executar suas leis da maneira como ela entende conveniente”***

têm chegado ao nosso conhecimento alguns pareceres da Consultoria Jurídica da USP (CJ) e da Comissão de Legislação e Recursos (CLR) que têm me causado algumas preocupações. Cito como exemplo o parecer da CLR que em nome do artigo 35 do Estatuto da USP, que diz que o Reitor é o agente executivo da Universidade, entende que ele pode deliberar diferentemente dos colegiados e da própria CERT, que ele em última instância é quem decide e delibera da maneira como ele entende que a Universidade necessita. Este argumento, baseado no fato de que as decisões dos colegiados e da própria CERT não teriam efeito vinculante, me preocupa porque o poder do Reitor não é um poder arbitrário e ilimitado. Ele encontra limites formais e materiais.

Ele não é arbitrário na medida em que nós temos, em direito, o

que chamamos de princípio da motivação dos atos administrativos, em que mais do que motivar, no caso de uma discordância de decisões com colegiados ou com a CERT, ele deve motivar de uma forma contundente e cabal, para que possa tomar essa decisão em desacordo com os colegiados. Também não é ilimitado, na medida em que existe um sistema de freios e contrapesos que delimitam o exercício do poder político, como é o sistema hierárquico aqui na USP ou qualquer sistema hierárquico de poder. Na verdade acredito que esse entendimento de que o Reitor tudo pode em qualquer circunstância é uma visão equivocada das próprias normas



regimentais e equivocada quanto às normas jurídicas vigentes, de uma maneira geral. O problema que vejo aqui na USP é que uma série de pessoas, em nome da autonomia universitária, acredita que a Universidade pode legislar e executar suas leis da maneira como ela entende conveniente. Quero lembrar às pessoas que têm esse entendimento que autonomia não significa soberania, e se a USP tem por um lado essa autonomia, por outro lado ela não é independente a ponto de desrespeitar e estar em desacordo com o ordenamento vigente no país. Mais do que isso, as disposições universitárias têm de estar em acordo e se coadunar com as disposições legais do Esta-

***“É consenso entre nós e a própria CJ que a CERT é um órgão consultivo, o último parecer da CJ diz que a CERT não tem poder de dominação e sim de fiscalização. O problema é que na prática isso não vem acontecendo e a CERT tem atuado verdadeiramente como órgão deliberativo”***

do de São Paulo e em especial da Constituição Federal.

Entrando mais especificamente em alguns detalhes técnicos, queria lembrar rapidamente de alguns argumentos que a gente tem visto,

de acordo com essa atenção que temos tido em relação às questões que têm surgido.

A CERT e a CLR utilizam como fundamento para essa alteração de regime de trabalho os artigos 91 do Estatuto e 201 do Regimento Geral da USP. O artigo 201, por exemplo, vai falar que a permanência do docente em um determinado regime de trabalho não é definitiva, ele pode ser alterado a qualquer tempo, desde que com decisão prévia do Conselho do Departamento, ouvido o CTA e com anuência da CERT. Nesses casos, é nosso entendimento, falo nosso porque compartilho desse entendimento com os demais advogados, colegas da Assessoria Jurídica, de que esse artigo é o que dá amparo ao docente que tem uma carga menor de atividades de ensino, para passar do RTP e RTC para o RDIDP. E o caminho inverso, sob esse fundamento, não é viável. E não é viável na medida em que vai esbarrar, como eu já disse, na irreduzibilidade de vencimentos.

Uma outra questão seria a iniciativa de propor a alteração de regime de trabalho, de quem seria a competência para isso. Está expresso no Regimento Geral que a competência para propor o regime de trabalho é do Conselho de Departamento, e portanto a gente não vê por quê seria diferente a competência de propor a alteração de regime de trabalho, já que



isso é uma lacuna legislativa, o Regimento não fala quem deve propor a alteração do regime de trabalho. Um terceiro ponto seria o caráter opinativo e a natureza consultiva do órgão CERT. É um consenso entre nós e entre a própria CJ que a CERT é um órgão consultivo, o último parecer da CJ diz que a CERT não tem poder de dominação, e sim de fiscalização. Mas o problema é que na prática isso não vem acontecendo, têm se desnaturado as competências dos agentes em questão, e a CERT tem atuado verdadeiramente como órgão deliberativo, quando se trata do problema da alteração do regime de trabalho.

Por fim, existe uma lacuna na legislação universitária quanto ao que acontece no caso de uma divergência entre a CERT e os colegiados das unidades. Nesse caso, aqui há três entendimentos diferentes. Da nossa leitura, da As-

essoria Jurídica da Adusp, uma leitura dos dispositivos estatutários, é de que nesse caso a competência para a decisão é do Conselho do Departamento. Uma outra posição, que é da CJ, diz que na verdade havendo uma lacuna legislativa quem decide é o Reitor. Só que é interessante destacar para vocês que neste último parecer a própria CJ indica que nesses casos em que há divergência deveria haver o que ela chama de procedimento preliminar entre a CERT e o docente, para que o docente possa contrapor suas razões às da CERT, e depois desse contraditório iria para o Conselho do Departamento, que formaria uma opinião, e somente então a CERT poderia se manifestar pela alteração ou não do regime de trabalho. Independentemente das críticas que eu possa fazer sobre esse entendimento, o interessante aqui é que o próprio órgão

jurídico da USP já está apontando para a irregularidade existente atualmente nessa questão. Ela mesma já tem feito recomendações e nesse caso propostas de como esse problema pode ser resolvido, e não é da maneira como ele vem sendo executado. É uma última solução, apresentada pela CLR, é de que a CERT é um órgão da Reitoria e como tal ela somente à Reitoria deve se reportar, então desconsiderando as decisões dos colegiados envolvidos.

Queria lembrar que temos tido cada vez mais notícias sobre docentes que têm se sentido vilipendiados nos seus direitos, também em relação ao regime de trabalho, e neste caso eles têm procurado as vias judiciais contra a USP. É de nosso conhecimento que as ações, inclusive as relacionadas a problemas de regime de trabalho, têm sido bem sucedidas no Poder Judiciário. É tudo. RA



# FRANCISCO MIRAGLIA

## “O ATUAL PROCESSO DE AVALIAÇÃO PRODUZ ALIENAÇÃO E HETERONOMIA E CONCEBE O ENSINO COMO TREINAMENTO”



**Q**ueria agradecer a presença de todos, em particular dos nossos convidados. Eu trabalho numa disciplina antiga, em que a gente gosta de começar no começo. Então, quando eu estava preparando aqui a intervenção para vocês, eu disse: bem, qual é a natureza do trabalho intelectual? Porque afinal de contas isso aqui é uma instituição que organiza esse tipo de trabalho e a disseminação dele, o conhecimento. Comecei a meditar sobre isso, pensar, escrever algumas notas, daí me lembrei: mas espera aí, a gente já fez isso uma vez. Então

vou ler para vocês um trecho de um documento que foi preparado por uma comissão da Adusp e que assinaram: São Paulo, 12 de janeiro de 1984: Beatriz Fetizon, Alberto da Rocha Barros, José Jeremias Filho, José Bicudo, Marilena Chauí e eu. Foi uma encomenda da Adusp, chama-se *Nossa Visão da Universidade*, foi aprovado pela assembléia da Adusp e vou ler um trecho:

“Nossa existência individual e coletiva é tecida por experiências variadas, em nosso contato com a natureza e os demais. Na simbolização que constitui a vida cultural, a partir do trabalho, da linguagem e da relação com o tempo ou com o ausente, o passado, o porvir. Se considerarmos que o saber se diferencia da experiência imediata, individual, social, temporal e espacial, porque a interroga e busca compreendê-la, interpretando-a, pesquisando-a e refletindo sobre as suas origens, formas, sentidos e direções possíveis, então o saber pode ser considerado um trabalho, para transformar os dados imediatos e as questões postas pela experiência,

elaborando conceitos e práticas que explicitam sua inteligibilidade. Como trabalho, o saber é peculiar captura dos fatos e das idéias, para negá-las naquilo que possuem de aparência, buscando sua gênese no campo cultural mais amplo onde deitam suas raízes. Como negação do imediato dado, como descoberta, interpretação, invenção e criação, o saber enquanto pensamento e práxis possui uma característica que lhe é própria e decisiva, qual seja a capacidade para pensar-se a si mesmo, conhecer seus caminhos, limites, impasses e novas possibilidades, sendo por isso intrinsecamente auto-reflexivo e crítico. Criando campos de questões e de soluções que se comunicam entre si e com o passado, além de abrirem significações prosseguidas ou refutadas pelo futuro, o saber auto-reflexivo é avesso ao princípio da obediência à autoridade instituída, pois não cessa de refazer-se a si mesmo no contato com as experiências múltiplas que o suscitam e se articulam entre si. Interdisciplinar por vocação e não por decreto, temporal por essência e não por exigências externas de progresso, o saber é busca de liberdade, autonomia do pensamento auto-regulado, de rigor, controle metódico dos seus passos, e da emancipação, a clarificação do sentido das experiências. É direito à dúvida, sem a qual morre de inanição, mas também é direito à esperança do verdadeiro, só possível quando afastado do dogma. Como vaivém incessante dos fatos aos con-

***“Os instrumentos de avaliação são a expressão operacional de um projeto político. É portanto lícito perguntar qual projeto político pauta o atual método de avaliação. Ele nem sempre é expresso com toda clareza”***

ceitos, destes àqueles e de ambos a práticas diferenciadas, o saber se efetua em duas dimensões internamente articuladas: a da história das idéias e práticas científicas, artísticas, literárias, técnicas e filosóficas, seu movimento de auto-reflexão metódica, e da história das experiências culturais, sociais, políticas e econômicas que o suscitaram em momentos determinados. O saber é pois um trabalho histórico em três sentidos: mergulha na história cultural das experiências de onde nasce como questionamento; mergulha em sua própria história interna de autotransformação, seja movido pelos impasses ou pelas sugestões das idéias, seja movido pelo acaso criador das suas descobertas; e mergulha na história social, através das instituições onde se realiza e se transforma, transformando-as também. Não indaga apenas o que pode saber, indaga sobretudo o que há para saber. Não se satisfaz apenas em

realizar-se no interior de uma instituição, mas ainda indaga o que é esta instituição, para que e por que ela existe.”

Eu li esse trecho porque acho que isso diz, pelo menos diz para mim, qual é a natureza do trabalho, essencialmente, que a gente faz aqui. E é em relação a esse trabalho, que se estende ao ensino e à pesquisa, que a gente precisa pensar. No fundo, então, o pensar crítico sobre esse tipo de trabalho é parte integrante do próprio trabalho e assim deve ser compreendido. O local adequado para essa tarefa, e os instrumentos para tal, desenvolvem-se a partir de cada departamento, articulando estamentos cada vez mais amplos e estabelecendo uma visão abrangente do trabalho acadêmico dentro da instituição como um todo. Exige uma atmosfera democrática e de liberdade de opiniões. Este processo, o pensar crítico que estamos fazendo, instrui e gera ações para promover a integração de cada um no projeto de produção e disseminação do conhecimento, ao mesmo tempo em que estimula a individualização e o desabrochar das potencialidades individuais e coletivas. Então no mesmo movimento você articula, você estimula, você ajuda a individualização ao mesmo tempo em que produz uma articulação coletiva em função de um certo objetivo, que é aquele, no fundo, é desenvolver isto, tanto no nível da extensão, do



ensino, quanto da pesquisa. Além disso, pela sua própria natureza, e dada a historicidade que lhe é própria, insere a Universidade nos embates e na compreensão da sociedade na qual está inserida.

Muito bem. Na hora em que eu enuncio esses critérios, a gente podia falar mais sobre isso, se pensa sobre isso há muito tempo, não é muita surpresa que a gente tenha uma discordância frontal com o processo, o *dito* processo de avaliação que está em curso no interior desta Universidade, com todas as limitações que o Hernan, inclusive, chamou atenção no discurso de abertura que ele fez. É preciso primeiro dizer que pensar criticamente sobre o nosso trabalho em todos os estamentos e com todos os dados faz parte portanto da nossa obrigação, faz parte mesmo do trabalho, é preciso fazer isso, integrando paulatinamente essa compreensão, mas é preciso não confundir essa ação com instrumentos de avaliação. Os instrumentos de avaliação são a expressão operacional de um projeto político. O próprio termo avaliação diz “dar valor”, vou querer atribuir valor a isso, maior, menor etc. a um certo pedaço. É portanto lícito perguntar qual o projeto político que pauta o atual método de avaliação que está sendo colocado na praça. Ele nem sempre é expresso com toda clareza: “nós temos como objetivo o seguinte”. Isso precisava ser de certa forma mais explicitado porque há visões diferentes sobre o que está acontecendo. Algumas características visíveis desse processo que vem sendo conduzido e o resultado prático dele é que aparentemente trata-



se a estrutura departamental dos institutos como essencialmente incompetente para fazer uma avaliação, ou seja, para atribuir valor ou juízo ao conjunto da obra daquele instituto, daquele departamento, em particular a cada docente. Isso é uma coisa que já vem há muito tempo, há muito tempo ouço o discurso de que nós somos organizados em departamentos, corporativos, nós vamos defender o colega que está do lado, nós não vamos ser capazes de fazer uma discussão efetiva de forma a fazer a história progredir, ou o departamento progredir, então é preciso de um controle, uma supervisão central, e desvinculada do que está ali.

O que acontece é o seguinte: nesta concepção de trabalho intelectual que eu acabei de enunciar para vocês, isso aí promove o quê? Alienação e heteronomia, justamente o contrário do que se gostaria de fazer, na hora de você fazer esse tipo de trabalho. Depois, o en-

sino aparentemente não tem importância, ou não tem importância fundamental. Ele é concebido mais como treinamento. Exemplo: ao mudar o regime de trabalho de alguém de RDIDP para RTP, se mantém dando aula. Ganhar 300 reais por mês para dar aula está bom, não tem problema nenhum. A extensão é entendida como sendo venda de serviços em vez de prestação de serviço e disseminação de conhecimento e de saber. É vista como um processo pelo qual você capta recursos, e não como prestação de serviços para a comunidade na qual a Universidade está inserida. Em certos lugares muito tradicionais, que algumas vezes as pessoas usam como modelo, a situação é bem diversa. No King's College lá em Cambridge todo domingo tem uma pessoa da Universidade que abre o anfiteatro e senta todo mundo para assistir a alguém da Universidade fazer uma conferência para o público em ge-

ral da cidade. Tem uma história interessante, que o Bertrand Russel estava fazendo isso e escolheu um tema que era os planetas, e decerto o sistema solar. Daí quando ele terminou a conferência uma senhora se aproximou e disse: “Olha, muito bonitinha essa história que você contou aí, mas todo mundo sabe que a Terra é chata e está nas costas de uma tartaruga”. E o Russel, com o respeito devido ao plenário, disse para ela assim: “Mas minha senhora, o que está debaixo da tartaruga?” E a velhinha disse: “Você se acha muito inteligente, não é? Mas é tartaruga até lá embaixo”.

Muito bem. Vejam só, tem alguns propósitos estratégicos na linha de fazer uma espécie de uma reforma, uma reestruturação produtiva de caráter industrial. Diminuição de custos. Redistribuição e concentração de renda interna. Quer dizer, se eu aperto o cerco aumenta a quantidade de dinheiro que eventualmente eu posso alocar de um lado para outro. Tem um regime de terror: as cartas que as pessoas recebem, de avaliação etc. são extremamente malcriadas, desqualificam as pessoas. Desqualificação do trabalho. Na minha visão todo mundo que está aqui tem o direito de trabalhar em paz e ser respeitado em função do trabalho que faz. E aí quero lembrar o seguinte: o John Madison, na hora de fazer a Constituição americana, dizia o seguinte: precisamos tomar muito cuidado

***“Há propósitos estratégicos de uma espécie de reestruturação de caráter industrial. Diminuição de custos. Tem um regime de terror: as cartas de avaliação desqualificam o trabalho”***

com a história do terror. É preciso que a gente construa salvaguardas importantes, porque na hora que tem terror as pessoas estão dispostas a abrir mão de suas liberdades para se sentir seguras. Então estou usando, e vou usar, alguns exemplos que são do ideário da revolução burguesa. Madison estava lá tentando organizar a Constituição americana depois da revolução de 1877.

Isso tudo fornece uma espécie de controle político da resistência ao modelo que está sendo imposto e da democratização da Universidade. Essa democratização, em alguma medida, que nós precisamos discutir e acertar qual é, é extremamente importante para conseguir fazer o pensar crítico da Universidade e da sua direção. O interessante é que isso tudo é justificado como sendo “vamos cuidar do dinheiro público”. É preciso cuidado com o dinheiro público. Daí então eu vou fazer uma listinha aqui, para terminar: será

que essa Universidade fez o que precisava ter feito em relação à destruição do ensino fundamental e médio? Será que ela botou o seu peso em relação à questão da reforma da Previdência, em relação à cassação dos direitos que a gente ganhou na Constituição de 1988, em relação à questão da dívida pública? E a reforma administrativa? Vai virar todo mundo CLT.

E o seguinte: sonega-se no Estado de São Paulo, por mês, uma vez e meia o orçamento da Universidade de São Paulo. E não existe coisa mais absurda do que a sonegação de imposto indireto. Quer dizer, nesta história de “vamos prestar atenção ao social” tem muitas questões de ordem estratégica e vasta importância que a Universidade não se dedica a fazer e que ela tinha a obrigação, na minha opinião, de fazer a defesa do interesse público, como nessa questão da sonegação.

Vou terminar dizendo o seguinte: o John Locke tem muitos livros, mas um deles é *On Government*, ele diz o seguinte: “Um povo tolerará durante muito tempo, e calado, a opressão, o desmando, a confusão administrativa. Mas quando fica clara a direção na qual o governo constituído está andando de forma consistente, é obrigação daquela sociedade derrubar aquele governo e colocar outro no lugar, que faça o serviço para o qual governos são instituídos, que é cuidar do bem comum”. Muito obrigado. RA

# CONTRAPONOTOS

*Confira as intervenções que se seguiram à rodada inicial, desta vez com a participação da assistência*

CIRO TEIXEIRA CORREIA

***“Hernan reconhece que não está regulamentada a avaliação individual na USP. Mas ela tem sido feita, sem nenhuma intervenção da Reitoria no sentido de corrigir esse absurdo”***

**E**m primeiro lugar queria fazer um esclarecimento aqui. Acho importante o professor Hernan ter dito na qualidade de que ele veio aqui, por sua decisão pessoal e por aquilo que o credencia. Agora, acho importante também que uma comissão do Conselho de Representantes que fez os contatos com a Reitoria, da qual eu fiz parte, a Suzana e a Rachel que estão aqui, diga, e deixe claro aqui, que nós convidamos o Reitor e quando ele não pode aten-

der o pedido por problemas de agenda, e pedimos que ele indicasse outra pessoa da Reitoria, ele nos disse para convidar o professor Hernan. Feito esse esclarecimento, eu gostaria de dizer o seguinte. Coisas estranhas, ou curiosas, têm ocorrido nessa Universidade, na minha opinião, e eu gostaria de ter depois os comentários da mesa sobre elas. Vou pegar algumas coisas recentes. Houve o Fórum de Políticas Universitárias nessa Universidade alguns dias atrás, e houve a publicação num órgão oficial da Reitoria, que é o **Jornal da USP**, onde por um lado algumas falas que lá existiram sumiram da matéria a respeito do assunto, entre elas a minha, numa sessão na qual o professor Hernan estava presente. Por outro lado, nesse mesmo encarte sobre o ocorrido no Fórum foi dado um espaço de duas páginas a um arti-

go do professor Carlos Humes, da CERT, que estava no evento mas não se manifestou em nenhum momento, nem participou da mesa. Acho isso no mínimo curioso.

Outra coisa é a reunião do Conselho Universitário de ontem (5/12). Todos aqui sabem, eu imagino, que a despeito de ser professor fora do regime de experimentação, concursado desde 1997, sou um dos professores para os quais a CERT recomendou mudança do regime de trabalho. Ontem houve uma reunião do CO onde estavam em pauta dois dos recursos de colegas em situação idêntica à minha. Nesta reunião do CO, a despeito de que na maioria absoluta as falas foram contrárias à atuação da CERT, a favor do conteúdo legal e ético dos recursos, foi aprovado o parecer da CLR contra os recursos. Nesta mesma reunião, é importante dizer, o IG foi

questionado quanto à sua importância, produção, qualidade do trabalho que ali é feito, sendo que instituições similares no país, na América Latina e em várias universidades da Austrália, Estados Unidos, Ásia e Europa, que mantêm convênios com o IG, reconhecem que ele é líder nesse continente, na América do Sul, em termos de qualidade, relevância, importância das suas pesquisas.

Por último, eu queria dizer o seguinte. O professor Hernan reconhece que a avaliação tem que ser objetiva, tem que ter método prévio, tem que ter estrutura interna, tem que ter racionalidade. Diz também que não está regulamentada a avaliação individual de docentes nesta Universidade, nem no Regimento, nem no Estatuto. Me parece curioso que embora ela não esteja regulamentada ela tem sido feita, sem nenhuma intervenção da Reitoria no sentido de corrigir esse absurdo. Eu não sei se o professor Hernan quis usar de ironia, ele faz uma referência a regimes ditatoriais e diz que muitas vezes o autoritarismo central pode ser melhor do que o autoritarismo amiúde. Eventualmente seria melhor resolver o problema do autoritarismo. Acho que ele quis fazer uma referência de que é melhor ter uma CERT não regulamentada, arbitrária, fazendo um serviço autoritário central, do que se ela se multiplicasse. Acho que isso é um absurdo e que nós deveríamos, sim, mudar a racionalidade de como tem sido feita essa avaliação individual persecutória e desrespeitosa no interior dessa Universidade.

MARCOS MAGALHÃES

***“Será que é possível a avaliação adquirir legitimidade e funcionar para melhorar a instituição, ou ela precisa ter caráter punitivo?”***

**U**m grande problema que nós temos na avaliação na Universidade é a questão da legitimidade. Temos hoje uma avaliação que é ilegítima. E o grande problema disso: você fez um longo processo de seleção. Lembro sempre quando a gente vai nas festinhas familiares. Se você vai numa festinha familiar, e o sujeito fala: “Onde você trabalha?”, “Eu trabalho na Matemática”, e provavelmente para 90% das pessoas o assunto... “Tá bom, você trabalha na Matemática da USP, puxa vida, que crânio”. Vai ter talvez mais um: “Puxa, você trabalha lá na Matemática...” “- Não, veja bem, não trabalho exatamente na Matemática, trabalho dentro da Matemática, no Departamento da Estatística”. “Ah, estatística, puxa, claro, você pesquisa”. Provavelmente eu limpei mais 8%, 7% talvez da conversa. Mas vai ter um que fala: “Puxa, Estatística...” “Não, veja bem, no Departamento de Estatística eu trabalho na área de probabilidade aplicada”. E aí: “Probabilidade aplicada? Sim, aquela coisa, loteria, loto, não sei quê, quanto ganhou, quanto não ganhou. Então, que você acha, a chance da Sena...” E eu: “Sabe, eu trabalho

com processos estocásticos”. Estou aí provavelmente falando com meia pessoa na festa, ou menos do que meia. E quando eu falar, ela pode dizer: “Puxa, processo estocástico, é verdade, um dia aprendi processo estocástico, aquele negócio, série de tempo”. “Não, sabe, eu trabalho mais precisamente com uma coisa chamada teoria das filas, que estuda o processo de como as pessoas chegam, como elas se comportam...”

O que estou querendo dizer com isso é que o nível de especialização, de competência que nós acumulamos, e que temos aqui na Universidade, é muito grande e há uma grande dificuldade de você conseguir expressar e conseguir atingir quando quiser simplesmente ter um olhar macro, um olhar geral, e dizer todo mundo vai ser do mesmo jeito e tem que pensar assim e o critério é esse etc. etc. Essa é uma primeira constatação muito clara. Então, a questão da legitimidade tem que se pautar na diversidade de competências que a Universidade tem. E o grande problema que nós temos hoje é que essa avaliação não adquiriu a legitimidade do conjunto dos docentes da Universidade. Ela tem cometido equívocos que são sérios, que eventualmente são revertidos depois de um longo esforço, de um longo desgaste que muito provavelmente deixou sequelas talvez irreparáveis em alguns colegas. E é triste a gente passar quase uma gestão inteira da Reitoria, quando nós começamos um pouco antes dessa gestão e aconteceu o debate de precários



e o debate da avaliação, e havia quase que uma expectativa de toda a comunidade universitária, em especial dos docentes, de que essa questão pudesse ser enfrentada de modo mais forte, mais democrático, que pudesse efetivamente reverter esse mal-estar que nos acompanha.

Então eu queria uma opinião de toda a mesa, cada um pegou um pouco um aspecto, sobre essa questão: será que é possível uma avaliação adquirir legitimidade e funcionar naquilo que é a única coisa que pode fazer sentido para a avaliação, que é melhorar a instituição, ou ela tem que efetivamente ter um caráter punitivo, como tem sido executada ou pelo menos pintada “nos nossos corações e nas nossas mentes”?

OTAVIANO HELENE

***“Exacerbou-se o peso dado à publicação de artigos em revistas internacionais. Não há processo de avaliação: terceirizou-se a avaliação para o referee. Pôr o nome num artigo virou negócio”***

O que faltou discutir nessa história da avaliação é o seguinte: o que houve efetivamente, além de todos esses aspectos, foi uma exacerbção do peso dado para publicações de artigos em revistas internacionais. Basicamente foi isso. Não é que há um processo de avaliação. Terceirizou-se a avaliação para o re-

ferree da revista, quer dizer, não há efetivamente dentro da Universidade de São Paulo um processo de avaliação. O que há é o seguinte: vamos contar o número de artigos, o número de citações, o índice da revista etc. Então, quais foram as conseqüências disso? Primeiro: não dá para correlacionar esse aumento da pressão sobre o corpo docente com o eventual aumento da produtividade científica da Universidade, medidos por qualquer critério. O aumento da produtividade científica da Universidade, na forma de artigos publicados, livros publicados, pessoas formadas em pós-graduação, mestrado, doutoramento etc., está mais relacionado à titulação média do corpo docente, que tem variado significati-

vamente nos últimos vinte ou vinte e cinco anos, do que a qualquer pressão específica. A pressão específica não é uma hipótese necessária para justificar o que a gente observa na prática. Se teve efeito ou não eu não sei. Segundo: transformou publicação de artigo em um fim e não um meio. Quer dizer, a publicação de um artigo numa revista passou a ser um fim em si mesmo. Pode ser uma besteira, ilegível, não interessa para ninguém etc., e essa publicação deixou de ser um negócio do tipo tornar público e um meio de comunicação entre as pessoas que trabalham nas diversas áreas. Então virou basicamente um fim. Como conseqüência da exacerbação dessa história da produção científica medida na forma de artigo, o que aconteceu basicamente é um aumento do desinteresse pelas aulas. Prepara-se menos aulas, chega-se mais tarde, se der para acabar o curso antes do fim do ano etc. Isso aí é o que está acontecendo em vários lugares da Universidade. Negócios, virou negócio. Pôr o nome no artigo é literalmente negócio.

Você ouve conversas de corredor, de vez em quando a gente precisa sair de perto para evitar ouvir certas conversas. Mas virou um negócio. A escolha da revista passou a ser feita pelo índice de impacto que a revista eventualmente venha a ter ou por qualquer outro critério, e não pela adequação do artigo ou do trabalho àquela revista. Então você não pensa que público essa revista cobre, que tipo de coisa etc.

Não, o cara pega e faz o seguinte: primeiro vamos tentar naquela revista índice de impacto 7,77. Depois se não der eu tento o 7,76, vou baixando, baixando, baixando, até que no fim a revista de impacto 0,07 me aceita. As pessoas estão fazendo isso. Na hora de resolver em que revista vão publicar, em vez de perguntar onde circula, vêem o índice de impacto e vão tentando de cima para baixo. Já falei que terceirizou-se a avaliação, o *referee* da revista é o responsável pela avaliação efetiva que existe na USP. Aqui na Física, o único indicador que as pessoas olham na publicação é o índice de impacto da revista. Isso em Física chega a ser ridículo, porque o índice de impacto é o número médio de citações que aquela revista teve num período de dois anos, dividido pelo número médio de artigos publicado naquela revista nos últimos dois anos. Ou seja, é o quanto ela teve de impacto imediato, e não impacto total no tempo. No mínimo, qualquer físico experimental, na hora que queira calcular uma coisa qualquer, tem que integrar isso no tempo, multiplicar isso aí pela *meia-vida* da revista. Desculpem a expressão técnica, mas em física é tão ridículo, e como conseqüência revistas de rápida circulação, que são os *letters*, têm índice de impacto altíssimo. Claro, eles têm uma meia-vida curtíssima, está certo? Ou se citou um *letter* um, dois anos depois, ou nunca mais se cita. Enquanto que a meia-vida de outras revistas é muita longa, tem revista com meia-vida de dez,

quinze anos, então às vezes aquele artigo é citado como referencial dez, quinze, trinta anos depois. Então é simplório.

Outra coisa que esse negócio induziu foi a terceirização. Quer dizer, a gente tem um monte de colegas que viraram gerentes de pesquisa. O negócio dele é arrumar uns *pós-doc*, umas colaborações, umas viagens, preencher relatório, pedir dinheiro. É essa figura que se criou com isso aí. Enfim, não melhorou em coisa alguma no fundo a produção científica da Universidade. Toda melhoria que eventualmente a produção científica da Universidade teve, vamos usar qualquer indicador que a gente queira, que for adequado etc., está mais relacionada à titulação média do corpo docente do que eventualmente a qualquer sistema de pressão desse tipo. Então me parece que a Universidade está cometendo um erro grosseiro, e com conseqüências no futuro. Estamos vendendo para a sociedade uma idéia de que aqui é altamente produtivo, publicamos tanto quanto um cientista sueco, mas completamente fora de qualquer critério razoável de avaliação do que efetivamente seria a função da Universidade, a função de um docente etc., com graves riscos para os cursos de graduação e pós-graduação, professores que deixam de dar aula etc. e mesmo internamente os critérios de avaliação são ruins.

Quando começou a história de avaliação, sai procurando na Universidade bibliografia, porque tem bibliografia, ninguém avalia

da cabeça. Absolutamente não existia nada, de todas as grandes referências de livros de avaliação de sistema universitário eu achei um único dos citados, não me lembro onde, que já era meio antigo na época. Os do Solla Price, por exemplo, você não acha nenhum na Universidade. Se tiver, talvez esteja perdido, uma coisa que ninguém podia deixar de ler se quer fazer um sistema de avaliação.

OSVALDO COGGIOLA

***“Estive num seminário sobre avaliação no México e todos ficaram horrorizados quando relatei a existência na USP de uma avaliação individual que pode rebaixar o regime do docente”***

**S**emana passada eu tomei literalmente um *porre* de avaliação, porque estive uma semana no México, num seminário latino-americano sobre avaliação universitária. Fui lá representando a USP. Não vou relatar aqui porque uma semana de discussão é muita coisa. Insistiu-se muito em que a avaliação tem que ter princípios, se insistiu muito no princípio epistemológico da avaliação, em particular porque os mexicanos, acho eu, estão numa sociedade em vias de despolitização, diferentemente do Brasil, a última eleição refletiu um pouco isso. Houve um monte de coisa. Houve espaço para a gente falar também. Uma coisa fi-

cou absolutamente clara. Quando eu relatei que existia a possibilidade, na nossa Universidade, de uma avaliação de um docente individual que implicasse no rebaixamento do seu regime de trabalho, e portanto na queda dos seus vencimentos, todos, absolutamente todos, ficaram horrorizados, porque disseram que em nenhuma universidade latino-americana existe essa possibilidade, desde a Universidade de Concepción, no Chile, lá no Sul, até a Universidade de Monterrey, que estavam todos lá, havia de praticamente todos os países, não havia instituição semelhante em nenhuma universidade latino-americana. Um princípio que ficou absolutamente claro é o seguinte: a avaliação individual, quando existe, é subsídio para a avaliação institucional, do departamento, da unidade ou da própria Universidade, e não um princípio para punição de nenhuma espécie para quem quer que seja. E as punições têm a ver com o Regulamento da Universidade, e não com a avaliação individual do docente.

Logicamente me coube uma responsabilidade nesse seminário, eu falei, fizemos uma série de coisas, vou tentar escrever, descrever essa experiência, não vou entrar agora nos detalhes, mas no que diz respeito a esse aspecto específico isso ficou perfeitamente claro nesse seminário. Vou propor para o **Jornal da USP** justamente esse tipo de reflexão a respeito da questão, e gostaria de conhecer a opinião do conjunto da mesa a respeito.

HERNAN CHAIMOVITCH

***“É impossível utilizar número de papers para julgar indivíduos. Isso não funciona. A única avaliação razoável, em qualquer campo, é a avaliação por pares”***

**V**ou tentar ir por partes. Para o colega **Ciro**: acho extremamente perigoso julgar intenções dos outros. O que eu disse está gravado, e segundo o que me disseram está gravado até em fita. Então o que eu disse eu mantenho. Procurar intencionalidade é uma questão que a gente pode discutir depois, mas acho que a poesia do Ruben Dario tem que ser citada: quando o lobo comeu a criancinha, os motivos do lobo para o povo realmente não interessam. Então acho extremamente perigoso fazer uma declaração gravada e eu aceitar que as minhas intenções são essas ou outras, quando quem diz quais são as intenções não sou eu. A descrição que eu fiz de início da minha participação nessa mesa eu mantenho, eu entendo que possa haver outras visões, e eu continuo mantendo o que está gravado. Primeiro lugar. Segundo lugar, é um monte de coisa, mas eu vou direto para as publicações, que eu achei muito gozado. Quando falamos das publicações, nós temos um costume de colocar de certa forma ideologia na frente de qualquer dado experimental, porque quiçá falta não livro sobre

avaliação, que isso sobra, mas falta quiçá na Universidade um grupo de reflexão acadêmica sobre avaliação. Livro sobre avaliação acho que tem em todas as bibliotecas, inclusive tem um site na rede muito interessante, que eu posso fornecer para os interessados depois, que tem toneladas de material sobre avaliação. Quando falei da falta de reflexão e da falta de atenção aos dados experimentais, eu diria o seguinte: não conheço *um* trabalho publicado que faça uma análise sobre como se explica o aumento do número de publicações neste país nos últimos quinze anos. O que se vê é que de fato esse número aumenta. O que é interessante é que a relação relativa de trabalhos publicados pela USP, quando divididos pelo Brasil, não varia nada nos últimos doze anos. Isto é, apesar de que existem diferenças regionais de financiamento espantosas neste país, a contribuição relativa da Universidade de São Paulo para publicação do Brasil, medindo o ISI mesmo, não varia, e essa é uma questão que tem que ser pensada. Na verdade a única variável que correlaciona com aumento do número de publicações neste país está muito bem determinada: é número de estudantes de pós-graduação. Não é, no Brasil, a titulação de docente algum.

A titulação média de docentes neste país é da ordem seguinte: 12% a 13% dos docentes do ensino superior têm doutoramento. Na USP esse valor é muito mais alto, não tem variado significati-

vamente nos últimos anos, passou de 72% a 89%; o número de publicações aumentou pelo fator de 2,5; quer dizer que esse papo de titulação não cola. A única variável que correlaciona é número de alunos de pós-graduação, que eu saiba. Quanto às publicações internacionais, acho que isso a gente tem que debater com clareza. Pensar que qualquer avaliação racional conta *paperzinho* é estar fora de tempo. Nas melhores universidades do mundo, e acho que a USP é uma delas, se alguém apresenta mais de cinco *papers* para fazer avaliação do conteúdo, eu não sei do que estavam falando. Por um lado. Por outro lado, existe uma pseudociência que se chama cientometria. E apesar de que não está estabelecida como ciência, a cientometria já achou algumas coisas que são evidentes. É impossível utilizar número de *papers* para julgar indivíduos. Já está demonstrado que isso não funciona. Número de *papers* é possível até ser usado quando a) o número é maior do que 1.000; b) quando se julgam instituições; c) quando se comparam instituições do mesmo tipo. Agora, pensar que a publicação internacional é, como saiu em algum momento num boletim da Adusp, “exportação de conhecimento”, sugerido como, não estava bem definido, mas dizia alguma coisa tipo “por imposição do Banco Mundial tem que publicar no exterior”, eu queria ver algum banqueiro aceitando *papers* como pagamento de dívida, eu não vi, não acredito que veja.

O que estavam falando aqui é uma coisa um pouco diferente. Primeiro: algumas áreas, classicamente hoje, expõem seu conhecimento por uma certa via. Outras áreas, se o fizessem, estariam fazendo um desserviço ao propósito de expor o conhecimento. Que eu quero dizer? Quero dizer o seguinte: uma coisa que a gente tem que perguntar quando a gente publica, porque estamos falando de Universidade pública, e eu espero que a gente não esteja falando de ciência oculta, mas de conhecimento exposto, é perguntar quem lê. Muitas declarações genéricas dizendo a) ninguém lê o que é publicado no exterior, que por contrapartida às vezes vem acompanhada de b) uma conclusão lógica, todo mundo lê o que é publicado no Brasil, são injustificadas muitas vezes de um lado e do outro lado. Não é nenhuma garantia de ser lido por ninguém publicar em inglês ou em português. Você publica para um público, e alguém tem que provar de alguma forma se aquilo que se mostra serve para alguma coisa. Em qualquer sistema de avaliação racional, esse tipo de reflexão determina a avaliação. E mais: especialmente agora, quando o número de revistas no mundo está explodindo, e quando daqui a pouco o *Journal of Citation Report* não vai ser *report* de coisa nenhuma, a única avaliação razoável, essencialmente em qualquer campo do conhecimento, da criação ou cultura, é a avaliação por pares. A gente pode discutir *ad nauseam* os problemas de avaliação por pares, e existem. Agora, avaliação por pa-





res ser transformada numa terceirização por *referee* de revista internacional, eu realmente não sei do que estamos falando. Não existe nenhuma instância nessa Universidade em que se exija que o Departamento de Música publique, se existe, no “*Journal of Musical Letters*”, e não é por isso que o Departamento de Música deixa de ser considerado provavelmente um dos melhores deste país. Então temos que começar a falar as coisas pelos nomes.

E eu não estou fazendo uma defesa de coisa nenhuma, eu estou pensando como professor dessa Universidade, inclusive como pró-reitor de Pesquisa, porque na Pró-Reitoria de Pesquisa nós estamos tentando há três anos conduzir uma discussão no Conselho de Pesquisa, para que o Conselho de Pesquisa explicito o que é produção intelectual em cada unidade dessa Universidade. Tenho esperança de que na reunião de ama-

nhã do Conselho de Pesquisa a gente avance. Até agora foi extremamente difícil conduzir essa discussão, como difícil foi o fato de que há três anos esse Conselho de Pesquisa vem tentando organizar um livrinho que se chame “USP e a Pesquisa”, que não seja uma lista de supermercado de todos os trabalhos publicados por cada unidade. Temos que aprender, de alguma forma, que essa discussão chegue até o fim. Essa discussão, aliás, já foi levantada há vinte anos pela Adusp. Se a gente ler aquilo que está escrito nos anais do I Congresso da USP, de 1980, a discussão sobre relevância, avaliação, competência, ferramenta e sobretudo importância da produção intelectual para o desenvolvimento da sociedade brasileira, estava-se discutindo desde lá. Acontece que, sob as vestes de uma discussão de extremo nível acadêmico, às vezes se esconde a recusa clara a qualquer tipo de avaliação.

Às vezes. E logicamente eu não estou acusando ninguém. Entender o que significa conhecimento socialmente relevante é uma tarefa acadêmica, que essa Universidade não fez até o fim em parte nenhuma.

Vou terminar com um exemplo. Uma das vantagens de existirem sistemas de indexação de coisas publicadas é que eventualmente a indexação de coisas publicadas pode responder perguntas como a seguinte: quanto que a contribuição numa área específica da Medicina tem contribuído para as mudanças nessa área específica da saúde pública? É uma pergunta. Num trabalho publicado há pouco tempo, eu sou um dos autores, numa revista brasileira, porque foi rejeitado por uma revista lá fora porque era só de interesse local, a gente analisou três doenças. Uma doença que tem importância na mortalidade nesse país, mas que é doença de extratos mais abastados da sociedade: câncer. Uma outra doença que é característica de pessoas que chegam a uma certa idade: hipertensão. E uma terceira doença que está explodindo neste país, que é malária. Os dados mostram o seguinte: o número de trabalhos publicados em revistas internacionais pelo Estado de São Paulo sobre hipertensão e câncer é maior do que a soma dos trabalhos publicados na mesma área pelo resto do Brasil. Em malária se inverte: o Brasil publica, pouquinho, mas o Estado de São Paulo, que é poderoso, publica menos do que a soma do Brasil. Esta reflexão serve para dizer o seguinte: se nós queremos que

áreas de pesquisa que são importantes para este país, tanto nas ciências quanto nas humanidades quanto em qualquer outra coisa, cresçam por nossa vontade, temos que dizer como vamos fazer para fomentar.

Coggiola, quanto às universidades do Chile, eu acabo de passar uma semana no Chile, representando esta Universidade do sul ao norte do Chile. Eu não sei o que o reitor da Universidade de Concepción falou, mas se tem algum lugar na América Latina onde o neoliberalismo é quase paroxístico, é a relação funcional dos docentes em muitas universidades do Chile. Me preocupa uma aceitação por um público desse calibre de que no Chile está tudo bem e não se demite na Universidade por falta de sei lá o quê, porque isso simplesmente não reflete minha experiência e eu percorri em nome da USP o Chile inteiro. Certamente não respondi nem a metade, mas acho que no tempo que eu tinha respondi o que eu queria.

MIRIAM LIMOEIRO

*“As distorções são tão grandes porque fazem parte do próprio projeto. A avaliação está criando normas, atribuindo valor e dirigindo a publicação de acordo com os critérios implantados”*

**N**aturalmente não pertencço como docente a esta Universidade, e não me aventuro a me pronunciar sobre as

questões internas, embora eu tenha solicitado e tenha acompanhado, não só através do material da Adusp, como dos documentos da CERT e tal, mas prefiro utilizar isso para minha própria formulação, para amadurecer a reflexão. Então, em relação às questões colocadas pelo Ciro e pelo Magalhães, as considerações que posso fazer são de ordem mais geral. Estou absolutamente convencida de que hoje não é correto, nem academicamente nem politicamente, pensar, discutir e encaminhar as questões de avaliação localmente. Sei que a USP tem uma dificuldade muito grande de se pensar dentro de um contexto maior. Tenho suficiente vivência de USP para saber disso. Mas nesse caso é absolutamente indispensável. A minha área de formação é sociologia; quando comecei a me preocupar com as questões de avaliação, pouquinho tempo depois de o governo federal começar a encaminhar as propostas, tive a ilusão de que aquelas eram propostas não só daquele governo, na ocasião, meados de 80, como dos formuladores que apareciam, que corriam, eram eles que estavam em todos os lugares, em todos os seminários. Foi necessário participar de muitos seminários, de muito debate, começar a procurar, para descobrir que não é assim. Hoje, para pensar sobre avaliação, é necessário, é indispensável — para não cometer uma tolice que professores não têm o direito de cometer mais — entender que há uma avaliação, que tem a ver com departamento, que tem a ver com

certo tipo de julgamento dos pares, que é uma preocupação mais antiga; e uma outra questão, completamente diferente, é pensar a avaliação hoje, não é nem no Brasil, é no mundo, quando há um projeto claramente encaminhado de avaliação dentro de reestruturação das universidades, de todo o sistema educacional, e eu insisto naquilo que foi o fundo da análise que tentei trazer, que essa proposta é internacional.

A origem dela, eu fiquei pasma as primeiras vezes que eu tive contato com isso, é o Banco Mundial. Não é a Unesco. Tem uma briga, tem todo um movimento político sério, por que é o Banco Mundial que está fazendo essa gestão. Isso tem a ver com a chamada globalização, e que eu faço questão de chamar de mundialização do capital? Tem, tem sim! Esse projeto hoje é antes de mais nada legitimador de um processo muito mais amplo que está correndo a sociedade. E é tolice, a meu juízo — quando vocês me convidaram, não sendo da USP, para vir aqui, eu tenho condição, mais do que se fosse da USP, até, para chamar atenção para isso — é tolice ficar discutindo questões internas, por mais importantes que elas sejam. É necessário discutí-las, é necessário enfrentá-las: a denúncia do Ciro, as questões que a Adusp está encaminhando, a presença da Lara, não é à toa que numa mesa como esta a gente tenha a assessoria jurídica presente, é necessário discutir; o equívoco, a tolice que eu chamo atenção, é deixar de levar em conta que é necessário inserir

a USP no sistema educacional, no conjunto de universidades dentro do Brasil, e saber que há uma vastíssima bibliografia, não estou vendo o Otaviano aqui, mas há uma vastíssima bibliografia que corre mundo e que tem a ver com o fato de que é o Banco Mundial que define essas políticas, porque ele banca textos, banca seminários, banca toda uma difusão e uma publicação e um caráter acadêmico de que se reveste a discussão, para poder legitimar e dar força à sua proposta. É difícil hoje fazer uma seleção desse material bibliográfico, explode esse tipo de publicação. Devemos levar isso em conta.

No início da minha participação nesse tipo de reflexão e militância para discutir avaliação, participei de muitos seminários, continuo participando, mas no início eu acreditava — estou falando mais com a observação do Coggiola — que aqueles seminários e os resultados que saíam, numa discussão com tanta gente importante e tal, eram de alguma maneira para serem seguidos. Participei do primeiro seminário sobre avaliação que o MEC propôs, e lá todas as falas eram dirigidas para mostrar que era inaceitável a vinculação de avaliação com financiamento. Vincular dinheiro com avaliação é uma coisa que não dá para pensar, se é que o objetivo da avaliação é elevação, melhoria. Mas foi feito em seguida um segundo seminário, este restrito, para desfazer aquilo tudo, para justificar que de fato era necessário conseguir uma



produtividade maior, uma rentabilidade maior do funcionamento de todo o sistema. Então, fico muito contente que a discussão no México tenha sido como você está informando, mas tenho muita dúvida em relação a isso, e o material que eu conheço de discussão dos efeitos absolutamente devastadores no sistema educacional mexicano, especialmente a partir da implantação do sistema de avaliação, é importante e rico. Acho que a gente deve fazer circular isso aí, precisa de alguma maneira não ficar só trabalhando

com o material do Banco Mundial. Acho importantíssimo trabalhar com o material do Banco Mundial, pegar os projetos, ver o que eles financiam, como, mas também poder dispor de certas análises.

A formulação claríssima que o Otaviano fez aponta para algo que a gente também precisa prestar atenção, que são distorções claríssimas do processo de avaliação, por mais que haja diferença de universidade para universidade. Quando a gente entra no esquema, é uma armadilha, é uma

dificuldade sair, porque tem a meritocracia, ideologia da competência toda por trás, e qualquer coisa que você fale corre o risco de que você não seja tão competente assim para ser levado a sério, você pode estar defendendo interesses não muito confessáveis, interesses corporativos e tal. Mas é claríssimo que toda vez que se entra no processo há distorções, e essas distorções que o Otaviano apontou, não precisa nem falar de outras, indicam que são tantas e tão flagrantes: o tipo de publicação que se faz, de qualquer coisa, porque é preciso publicar; o tipo de produção, que já se chamou de produção salame, você fatia bem fininho para poder atender aos requisitos.

As distorções são tão grandes, tão recorrentes em todo lugar, que não é possível a gente, com um mínimo de sensatez, supor que isso não faça parte do próprio projeto. É um equívoco maior ainda supor que essa avaliação, tal como ela corre, vai aferir valor. É ela que está normatizando, criando normas, atribuindo valor e dirigindo a produção e a publicação, o tornar público da produção, de acordo com os critérios que estão sendo implantados. Isso não é uma distorção só, é algo que obriga a gente a pensar com mais cuidado o quanto esse projeto *não está voltado* para a melhoria da qualidade, para a elevação do nível da produção. Ele está querendo é outra coisa: o tal negócio que passa a fazer, que o Otaviano falou muito bem, demonstra isso.

LARA LORENA

***“Os critérios de avaliação ficam à mercê de políticas acadêmicas, de mandatos de reitorias, e a finalidade de se regulamentar normas é perenizar determinados conceitos”***

**N**ão posso me aventurar a discutir política acadêmica, mas o que eu poderia acrescentar aqui, imaginar que na fala do professor Hernan, quando ele menciona que não existe na nossa regulamentação universitária um sistema de avaliação docente, ele está se referindo a critérios de avaliação docente, no caso a falta de regulamentação desses critérios — e não que eu seja favorável a essa regulamentação, mas ela implica também que esses critérios ficam à mercê de políticas acadêmicas, de mandatos de reitorias, e a finalidade de se regulamentar determinadas normas é exatamente perenizar determinados conceitos. E também não é dizer que basta então a Reitoria baixar uma norma e promulgar e ficam estabelecidos os critérios. Estou querendo lembrar inclusive a Constituição de 1988, embora também não seja muito favorável à forma como foi feita ou aos seus promulgadores, para cada artigo e capítulo e seção foram estabelecidas comissões de especialistas e legitimados pelos próprios constituintes, para que fossem discutidas as melhores possibilidades e aquilo que convinha de acordo com o consen-

so deles. Então, apesar de ainda ter um caráter um pouco arbitrário e com ranços da ditadura, a Constituição teve essa iniciativa, embora não tenha sido muito feliz e atingido o objetivo final.

FRANCISCO MIRAGLIA

***“Em algum sentido a Universidade melhorou. Em outro sentido ficou intelectualmente raquítica, em razão do fracionamento generalizado de saberes, que facilita a divisão e o domínio”***

**É** interessante, veja só, eu tinha chamado a atenção, e aí eu concordo com a Miriam, os instrumentos de avaliação são expressão operacional de um projeto político. Então, essa história que o Otaviano mencionou como sendo um equívoco não é um equívoco, é expressão do projeto político, do que está acontecendo. Conduz a história mesmo. Lá no Instituto de Matemática e Estatística, muitos anos atrás, não sei quantos anos, eu insisti para que a gente comprasse justamente o *Citation Index*, que hoje se usa para fazer essa história de contar citação etc. Eu insisti, bom, e daí pessoalmente me arrependi, porque está sendo usado para uma coisa para a qual não foi feito projeto. Qual é a questão? A questão é a seguinte: eu vou na biblioteca, estou interessado num certo tema, e acho um artigo sobre o tema. Qual é o pro-

blema? O problema é que há uma grande variedade de cientistas trabalhando naquele tema. Então foi produzido para nós cientistas um recurso de dizer “bom, você consegue fazer pesquisa bibliográfica para frente”. Se você achou um artigo, está certo?, que fala sobre aquele tema, a referência bibliográfica só fala sobre quem veio antes, e é importante você ter um recurso para você avançar, para você descobrir mais rápido qual é a fronteira onde está a discussão na qual você está querendo entrar. Esta é a grande utilidade. E disse, olha, é importante a gente ter, já usei várias vezes, outras pessoas certamente vão usar. Bom, essa é que é a finalidade do ponto de vista da produção do conhecimento, da produção do saber etc. etc., e é um recurso que eu considero até hoje importante, conseguir fazer pesquisa bibliográfica para frente. E evidentemente é uma companhia privada que faz esse tipo de serviço lá.

Quando uma pessoa aqui da Universidade entra na sala da gente e diz “eu gostaria de ser seu orientando”, qual é a relação que está se estabelecendo? É a seguinte: você tem uma pessoa que tem uma certa experiência em fazer um certo tipo de trabalho, de reflexão etc. com uma pessoa que tem menos. E esta relação vai se desenvolver de tal forma que você vai passar experiência para essa pessoa. É a história da relação entre aprendiz e mestre artesão, que tem aí há muitos e muitos anos e que é o jeito como a gente faz as coisas, e é o jeito como as profissões liberais na

realidade se controlam. Ninguém sai da Escola Politécnica para projetar vão de cimento de duzentos metros de comprimento. Ele entra lá na companhia, aprende, vai crescendo no interior da profissão. Esse papel que está colocado aí, a história do artesanato, se coloca como? Bom, todo artesão tem uma certa produção que ele coloca na praça para avaliação etc. Agora, a tradição na qual eu fui educado é uma tradição em que pressa é inimiga da perfeição. Então você senta para pensar sobre um conjunto de questões, elabora intelectualmente aquelas questões, discute com seus pares, escreve as suas cinqüenta pagininhas, distribui mundo afora para todo mundo ler, vai voltar sugestão etc. e dois anos e meio depois, três anos, você fala aqui, apresenta no seminário na Alemanha, fala na França, discute com não sei quem, e dois anos e meio depois, três anos, “agora acho que arredondou aqui”, vamos enviar isso. Essa é a prática. Não dá para competir com 1350 páginas cada três semanas.

O *Journal of Biological Chemistry* tem, sei lá, 1200 páginas e sai a cada três semanas. Não é esse o processo de produção dentro do qual eu fui educado e, confesso para vocês, não vou me converter a isso. Como falei, não dá, trabalho numa disciplina antiga (e dentro dessa disciplina antiga uma parte ainda relativamente antiga), já passou essa euforia juvenil. A nossa questão não é “publica, não publica”, “somos contra publicação”. Não é essa a questão. É o papel de constituição do rigor, do saber, do

conhecimento, do cuidado com o trabalho, com o polimento. É uma espécie de vaidade profissional, se vocês quiserem. De cuidado com a produção. Qual é a mesa que eu estou fazendo aqui, qual a cadeira? Por outro lado, existe também uma diferença entre o aparato que você precisa para produzir, para explicitar conhecimento. Matemática precisa de pouco aparato: você precisa de muito livro, biblioteca muito boa, de capacidade de viajar, de interlocução, escrever, discutir, mas não precisa de um grande aparato como aqui na Física, ou na Química, na Bioquímica, Engenharia etc. Então tem diferenças de prazo, de ritmo. Agora, quem vai fazer esse tipo de avaliação não pode ser ignorante das dificuldades para instalar um laboratório aqui no Brasil, mesmo na cidade de São Paulo, onde em certos lugares você tem que cuidar da filtragem da água. Se não instalar um equipamento de filtragem da água você não vai conseguir fazer medida. Tem todos os problemas de importação, tem todos os problemas de circulação de dinheiro, tem todos os problemas de implantação, você leva anos para fazer um laboratório funcionar, e precisa levar isso em consideração, e essa questão precisa ser rotulada como sendo heróica, “esse cara merece todo o nosso respeito, porque sem ele não funcionava”. É o pessoal da instrumentação, como é que faz para fazer história sem ter o pessoal que faz a instrumentação de forma competente?

Todas essas diferenças precisavam ser respeitadas nessa história, de modo que a publicação é o re-

sultado de um trabalho, de um acúmulo e eu sou a favor de divulgar, de discutir etc. O problema é a calma.

Muito bem. Não sei se estava escrito no boletim essa história do Banco Mundial. Agora, o grupo de estudos de educação que a gente tem na Adusp há anos sabe e estuda e se debate contra posturas do projeto do Banco Mundial em relação à educação, como eu me lembro muito bem de aluno da Escola Politécnica brigando contra o projeto MEC-Usaid. Estava na praça e se dizia: “Não queremos o projeto MEC-Usaid”. O projeto MEC-Usaid fazia mais ou menos a mesma coisa que estão implantando agora, para falar a verdade, se eu bem me lembro. Então essa história de você ter uma agência que faz o projeto mundial de qual vai ser sua inserção no sentido do desenvolvimento tecnológico, eu acho perfeitamente razoável, compreensível, não acho que é conspiração nenhuma. Se você tem projeto de controle no nível global, você tem que ter o equipamento de planejamento e controle de gerenciamento deste projeto, é perfeitamente compreensível isso, então não vejo isso como conspiração. Vejo assim: a gente tem um adversário organizado.

A última questão que eu queria mencionar é a seguinte. O Instituto de Matemática e Estatística, no qual eu comecei a trabalhar há muitos anos, não é mais o mesmo do jeito que é hoje. A Física não é a mesma coisa de trinta anos atrás, a maior parte da Universidade não é. Em algum sentido a Universida-

de melhorou. Em algum outro sentido ela ficou mais intelectualmente raquítica. Isso não é responsabilidade do docente, do funcionário, do aluno: é responsabilidade do fracionamento generalizado, cada um foi remetido para o seu canto sem ter nem clareza sobre o que está acontecendo em geral, no próprio instituto, no próprio departamento etc. Esta situação, que nos fraciona do ponto de vista de interação de conhecimentos, de saberes etc. facilita a divisão, facilita o controle e facilita o domínio. Na hora em que você reverte essa situação, fica mais difícil conseguir passar certas propostas que o corpo da Universidade não acha adequado. Então, tem um trabalho para ser feito na direção de interdisciplinaridade, de construir compreensões generalizadas da Universidade, esse é um aspecto. E outro aspecto que precisa ser profundamente desenvolvido, e isso é responsabilidade do corpo da Universidade, e não do seu governo, é essa história de a Universidade ser não vendedora de serviços para a comunidade, mas prestadora de serviços para a comunidade, entre os quais se conta o ensino. O ensino é uma prestação de serviços importante, mas há outros que a gente pode prestar e que a gente tem, na realidade, obrigação de prestar. Em particular esclarecer questões políticas, entrar no debate sobre qual é a natureza do que está sendo proposto e para onde estão indo certas propostas, ou seja, defesa do público. A defesa do público é responsabilidade da universidade pública e dessa

universidade em particular, que infelizmente tem freqüentemente se omitido de questões extremamente importantes.

OTAVIANO HELENE

***“Entre os países tidos como em desenvolvimento no mundo, o Brasil é o quarto em produção de ciência. Coréia, Índia e China produzem mais ciência do que o Brasil”***

O aumento da produção científica na Universidade, de qualquer forma medido, não está correlacionado diretamente apenas com a titulação, é com tudo: titulação, maturidade, pós-graduandos, a figura do *pós-doc*, professor visitante, que é coisa que não existia anteriormente. Então todo esse conjunto explica o aumento da produção científica. Agora só queria abordar outro ponto que é o seguinte: o Brasil tem 1,9% da economia mundial, mas apenas 1% da publicação de artigos científicos no mundo. Então, apesar do crescimento recente, a gente está bem aquém do que deveria. Quer dizer, se você participa da produção econômica mundial na mesma proporção que você participa da produção científica, está dentro do equilíbrio, mas isso mostra que há um desequilíbrio. Ou a economia produz mais do que a base intelectual do país permite, ou a base intelectual do país está muito aquém do que poderia estar, levando em conta o que a

economia permite. Uma das coisas deve ser verdade. Há realmente um atraso enorme na produção científica do país, que precisa ser aumentada, duplicada, triplicada num prazo muito curto, porque se não a gente fica numa rabeira inaceitável. Não há, infelizmente, um crescimento da produção brasileira como se quer às vezes. Muitas vezes se cita que o Brasil tem aumentado recentemente sua produção científica, passando do 22º país no ranking mundial, em 1990, para o 18º em 1999. Um aparente crescimento. Bom, mas espera um pouquinho: passamos na frente *de quem*, e por quê? Nós passamos na frente de Dinamarca, Finlândia, Áustria, Polônia e Checoslováquia. Ou seja, passamos na frente de países que saturaram sua produção científica, países de dez, cinco, quinze milhões de habitantes. Nós somos 150 milhões. Então não é que nós tivemos algum mérito. São países que atingiram um patamar de produção científica suficiente para sua economia e para sua população, e conseqüentemente Índia, Brasil, Paquistão e não sei mais o quê vão passando na frente, mas não é por um mérito intrínseco, é porque atingiu uma saturação. Quer dizer, não precisa mais de produção científica, a economia não comporta, a sociedade não quer, em certos países. Então esse é um engano de avaliação, porque se a gente for comparar com os iguais a gente vê o seguinte: o Brasil é hoje, entre os países tidos como em desenvolvimento no mundo, o quarto, a quarta posição, depois da Coreia, Índia e China. Co-



réia, Índia e China produzem ciência, medida por artigos indexados e o diabo a quatro, mais do que o Brasil. Enquanto em 1990 a gente estava em terceiro lugar, de lá para cá fomos ultrapassados pela Índia e pela China. Em 1980 também estávamos em terceiro lugar, atrás da Índia e do México. Comparados com países *comparáveis*, a gente está muito mais devagar do que deveria. Há aparentemente no Brasil um discurso de que a produção científica aumentou etc., nós éramos o 22º, agora somos o 18º, mas isso não é nada significativo. Não há espaço para esse discurso megalomaniaco. E se a gente é hoje o 18º, estamos muito aquém do que deveríamos, porque somos a décima economia. Como é que a décima economia mundial consegue ser o 18º país a produzir ciência? É óbvio que a ciência está desprestigiada. E a avaliação que se

faz é no sentido de simplificar e ainda dificultar mais o desenvolvimento do país, simplesmente isso.

HERNAN CHAIMOVITCH

***“Não existe correlação entre desenvolvimento socialmente justo e cientista por milímetro quadrado. Ou politizamos o debate, ou teremos que discutir detalhe”***

O dia que alguém demonstrar que desenvolvimento socialmente justo é uma função direta do número de cientistas por milímetro quadrado, o mundo vai mudar. Que eu saiba não existe nenhuma correlação entre desenvolvimento socialmente justo e cientista por milímetro quadrado. Ou a gente politiza o debate, ou a

gente vai ter que discutir detalhe. A minha preocupação pessoal não é quanto que vão publicar sei lá onde daqui a cinco anos, a minha preocupação é um pouco diferente: como vamos decidir as áreas que são convenientes para o desenvolvimento social deste país, utilizando a melhor ciência possível. Porque é possível até que, para o desenvolvimento socialmente justo desse país, aumentar o parque científico não seja necessário. Eu não acredito nisso. Agora, a decisão não é uma decisão política? Vamos chegar a 300.000 *papers* porque aí o mundo vai mudar. Não vai mudar coisa nenhuma. O que se trata é discutir qual é a forma que a produção científica, crescente ou não, sei lá, vai contribuir com alguma coisa, porque se não a gente está caindo no discurso de uma relação linear produção indexada-desenvolvimento socialmente justo, que eu desconheço como dado experimental em qualquer lugar do mundo. E com isso prefiro não falar mais.

MIRIAM LIMOEIRO

***“Tenho a sensação de que há um certo otimismo fora de circuito. A situação é grave! Não dá para pensar desenvolvimento de ciência sem ver onde ele está sendo feito, por quê e para que”***

**E**u estou preocupada, pelo fato de eu me achar, mais velha que sou do que tanta gente aqui, tão pessimista. Não sei, tenho a sen-



sação de que há um certo otimismo que me parece fora de circuito. A situação é grave, não é brincadeira! Acho que a gente se complica um pouco quando entra na história do *ranking*. É *ranking* disso, é *ranking* daquilo, é essa distribuição, é aquela, somos o quarto entre os emergentes, passamos a ser o terceiro. É muito complicado isso aí. Sou socióloga, faço ciência social, sou pesquisadora, também tenho uma dificuldade enorme de trabalhar com a ciência, e o desenvolvimento científico, trabalhando num plano em que parece que ela ganha autonomia! Não dá para pensar desenvolvimento de ciência sem ver onde ele está sendo feito, por quê ele está sendo feito, para quê ele está sendo feito. E não é à toa que a ciência que é produzida aqui não é do mesmo tipo da ciência que está sendo produzida, ou que foi produzida até pouco tempo, na Suécia, na Alemanha. A pergunta que eu faço é a seguinte: nós todos nesta sala acreditamos que as grandes corporações que atualmente controlam o desenvol-

vimento *do mundo*, o quanto elas estão interessadas em que as nossas universidades, os nossos maravilhosos departamentos nas nossas maravilhosas universidades, produzam o conhecimento de que elas necessitam? Isso nos deixa dormir em paz? A mim, não. Eu sou da área de ciências sociais. Sei qual é a profunda transformação que está ocorrendo nos últimos anos na produção das ciências sociais, inclusive entre nós, com o dinheiro, com financiamento, e fico muito preocupada com a possibilidade de crescimento para a frente. Não sei, pode ser que na Física a situação seja absolutamente diferente. Acho que não é pessimismo, é até um pouco de realismo: a ciência é produzida dentro das sociedades e ela atende às demandas que essa sociedade propõe. E nós não vivemos num país que de repente a gente chama de emergente, não se dá conta de que é capitalismo dependente, que tem limitações muito sérias deste capitalismo dependente, desde sempre, e que a situação hoje é muito mais



crítica e preocupante do que era algum tempo atrás. Lamento, vocês chamaram um sociólogo para vir até aqui.

FRANCISCO MIRAGLIA

***“Tem colega nosso nas universidades federais sem reajuste de salário há seis anos, fazendo das tripas coração. Esse mesmo conjunto de pessoas é desqualificado pelo governo federal”***

**N**a minha primeira intervenção eu tinha chamado atenção para algumas questões fundamentais em que a Universidade precisa se meter: destruição do ensino fundamental, reforma da Previdência, todas essas questões sociais, Constituição, história da sonegação de impostos... Nestes números que o Otaviano mencionou, entre 1,9 e 1 significa o seguinte: estão aplicando mais dinheiro em certas atividades do que em outras. A gente fez uma discussão, essa que o Hernan puxou, algum tempo atrás, o Hélio Guerra Vieira, que é coordenador da Codage, estava nesta mesa, tinha também gente da Fipe, o coordenador da Fipe, e discutindo o quê? Financiamento da Universidade pública, da pesquisa etc. Eu na realidade não fiquei surpreso com isso, mas algumas pessoas ficaram: eu e o Hélio *tínhamos exatamente a mesma posição*, que dizia o seguinte: ou o Estado brasileiro do ponto de vista de política vai, em

função da construção da autonomia e soberania do país, investir dinheiro em educação básica, em ciência, em tecnologia, quer dizer, essa bobagem de que a gente precisa é de professor primário, não precisa de Universidade, essa besteira, ou não conte com a Pfizer, não conte com a IBM, não conte com a General Motors. A IBM tem um laboratório nos Estados Unidos, sai prêmio Nobel em Física etc., não vai fazer isso aqui.

Aliás, os investimentos substanciais em pesquisa nos países centrais são feitos pelo Estado. Há uns seis anos, o Congresso americano discutia cortar verbas de pesquisa nos Estados Unidos. Apareceu um manifesto no *Washington Post*, de página inteira, que dizia o seguinte: “O corte das verbas de pesquisa significa a destruição do *american way of life*”. Não existe maneira de você mais ameaçar um americano do que dizer que vai destruir o modo americano de vida. E dizia o seguinte: “O marca-passo, as vacinas, toda a estrutura que a gente tem de sustentação de uma sociedade razoavelmente organizada foi produzida pelos pesquisadores no interior das universidades, nos laboratórios de pesquisa, e é absolutamente fundamental que seja mantida”. E era assinado sabe por quem? Por quatorze dos principais executivos das maiores multinacionais: Esso, Shell, IBM, Xerox... todo mundo. Que dizia o seguinte: é responsabilidade do Estado fazer isso, sabe por quê? Porque eu tenho que dar satisfação para o meu acionista no final do ano, não posso ficar sustentando investimento a

perder de vista, que sei lá quando vai ter o retorno. Esse conjunto de pessoas que a mídia mencionou sabe muito bem que investimento estratégico em ciência, tecnologia, nas artes, na cultura... porque veja bem, vamos lembrar aqui do Hillary Putnam, que dizia o seguinte: “Acho que ciência é uma atividade humana extremamente séria, mas eu não gostaria de ser confundido com uma pessoa que acha que é a única atividade humana séria”. Não é a única, e talvez não seja a mais importante, é tão importante como o resto das atividades humanas que não são científicas. Muito bem, eles sabem disso.

E o Brasil, a Argentina, a Índia, a China, esses países ditos emergentes, porque chamavam-se antigamente subdesenvolvidos, já tinha uma desqualificação só na classificação, eles não estão interessados em investir dinheiro, não conte com o setor privado para fazer esse tipo de coisa. Essa é uma idéia que por exemplo tentam vender aqui de vez em quando. O máximo que o setor privado vai financiar é adaptação tecnológica. No máximo. Pesquisa pura, básica, lá mesmo no fundo, não vai fazer. Agora, por fim: o governo Fernando Henrique Cardoso, governo Mário Covas, Congresso Nacional, Universidade de São Paulo, Unicamp, Unesp, o aparato institucional universitário brasileiro, fez essa briga? Faz essa briga? Não faz. Ou seja, concordo que a gente tem que politizar e discutir a política global etc., eu concordo, e a gente tenta nas nossas possibilidades fazer esse debate. Agora, a instituição não

faz. Pelo contrário, ela freqüentemente reitera processos de concentração de renda, os organismos financiadores promovem processos de concentração de renda, quanto mais você for capaz de fazer porque você foi financiado, mais financiamento você vai ter para continuar fazendo o que está fazendo. É uma espécie de reforço negativo para quem é emergente. Então, este dado que o Hernan mencionou, que na realidade a proporção entre o que a USP produz e o que o resto do país produz não cresceu, é a mesma, diz o seguinte: tem gente aí nas universidades federais (porque não dá para contar as universidades particulares, eventualmente uma PUC, que no final foi destruída, porque acabou o financiamento do BNDES, foi todo mundo embora), tem colega nosso nas universidades federais sem reajuste de salário há seis anos, fazendo das tripas coração. Esse mesmo conjunto de pessoas é desqualificado pelo governo federal. Esse negócio de “funcionário, não trabalha, precisa fiscalizar”. E esse tipo de desqualificação nós temos aqui também dentro dessa Universidade. A gente vai precisar se organizar para parar com isso. Para conseguir trabalhar em paz, para produzir coisa de boa qualidade, com o rigor, cuidar do ensino e cuidar da nossa própria reprodução.

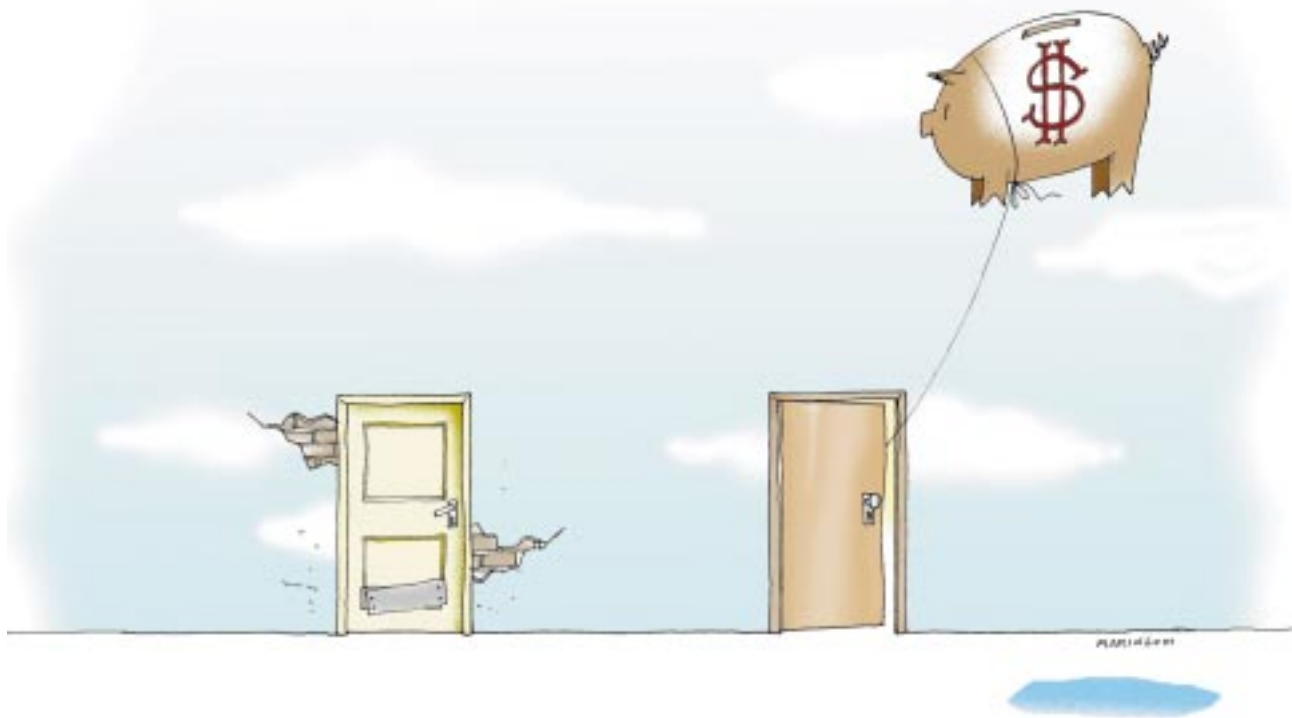
Porque veja o seguinte: esta Universidade está envelhecendo, se a gente somar a idade de todo mundo que está no catálogo e dividir pelo número de professores dá 50 anos de idade, ou 48, 49. Estamos ficando velhos, essa é a ques-

ção, e precisa de renovação, e precisa de vagas, e precisa de quadros, e precisa de professor, e precisa de *ensino*. Ensino que transmita os padrões de produção do conhecimento e de compreensão da sociedade que a gente considera adequados para o exercício da cidadania, para a construção da ciência, para a construção do saber, para a construção da sua competência profissional, da sua inserção na sociedade. Veja, Hernan, eu não sei o que vai acontecer no Departamento de Música; agora, a experiência que as pessoas têm tido com a CERT essencialmente é a seguinte: “Nós queremos publicações internacionais”. E daí você diz assim, “Bom, tenho aqui o Boletim da Sociedade Brasileira de Matemática”. O Boletim da Sociedade Brasileira de Matemática é uma revista procurada. Frequentemente a Sociedade Brasileira de Matemática faz trocas extremamente interessantes com revistas prestigiosas. Aí você vai descobrir que o Boletim da Sociedade Brasileira de Matemática não serve. Ou seja, não é internacional que se quer, é *estrangeiro*. Porque o Boletim da Sociedade Brasileira de Matemática é internacional. Tem revista brasileira de geologia, de física, de filosofia, que é internacional. Então, não é internacional: é *estrangeiro*. Você falou com absoluta clareza que não concorda com esse ponto de vista, se eu entendi direito; agora, de algum jeito esse é o ponto de vista vigente aqui, agora, para uma parcela muito grande das pessoas que convive aqui, com toda a desqualificação que isso contém.

Então, veja bem: o governo da Universidade tem responsabilidade sobre essa estrutura. Agora, o governo da Universidade é correia de transmissão da política do FMI? Não acho. O governo da Universidade é simplesmente um *joguete* na mão da política de Fernando Henrique Cardoso? Não, não acho. Agora, se ao corpo da Universidade fosse permitido com mais democracia, com mais transparência, reagir, conseguiria reagir a esse caldo cultural mercadológico etc. que tem no interior da sociedade, que é hegemônico, e que portanto determina... não é que todo mundo aqui é ideólogo do capitalismo, é que na dúvida você anda onde?, você anda na trilha que o pensamento hegemônico colocou como sendo a natural. Então de repente essa história de economia de mercado, globalização, fica parecendo que é tempestade: é o seguinte, a órbita de Netuno é essa, não dá para discutir a órbita de Netuno. Mentira! Mentira! É uma invenção de um certo conjunto de pessoas, com uma proposta de condução, e que não tem nada de “forças da natureza”. Ela pode ser revertida, há outras idéias e outras propostas na praça. E aqui dentro dessa Universidade também vive essa história, “forças da natureza”. Não é forças da natureza, é uma concepção específica de condução e de gerência do trabalho acadêmico, à qual um certo conjunto da Universidade é contrário, acha que destrói, na realidade, a natureza do trabalho que está sendo construído e a relação da Universidade com a sociedade. **RA**

# FUNDAÇÕES DEMAIS, TRANSPARÊNCIA DE MENOS

Alice Castanheira, Antônio Biondi e Pedro Estevam da Rocha Pomar  
Equipe da Revista Adusp



*O complexo fundacional privado existente hoje na USP vem privatizando crescentemente a universidade. Embora sejam, por definição, entidades sem fins lucrativos e não recolham impostos, algumas dessas fundações exploram a marca “USP” e geram orçamentos milionários que permitem remuneração extraordinária para os docentes participantes*

**A** proliferação das fundações de direito privado no interior da USP assume tal proporção atualmente que se pode afirmar, sem risco de erro, que a universidade está parcialmente privatizada. De acordo com nosso levantamento, atuam hoje na USP 28 fundações privadas, 18 delas ligadas ao campus da Capital. Algumas dessas fundações têm centenas de funcionários e movimentam somas mais altas do que as destinadas, no orçamento da USP, às unidades que lhes deram origem. Embora sejam, por definição, instituições sem fins lucrativos, elas propiciam remuneração adicional para determinados grupos de docentes e até, em certos casos, fundo previdenciário próprio.

São empreendimentos que usam a “grife” USP, a estrutura física e professores formados pela universidade (na maioria das vezes contratados em regime de dedicação integral) para a prestação de consultorias privadas e cursos remunerados, ou seja, para fins particulares. A essas regalias acrescenta-se o fato de que não pagam impostos, ou pagam quase nada.

Os conflitos de interesse provocados pela atividade dessas fundações, ao desvirtuarem o caráter público das unidades da USP a que estão ligadas, e as críticas surgidas obrigaram a Reitoria a pensar em medidas preventivas de problemas como os ocorridos em Bauru, em 2000, onde a Justiça Federal atendeu o pedido de um promotor e suspendeu os cursos



*A direita, prédio onde funciona a Fundecto, na Faculdade de Odontologia*

pagos realizados pela Fundação Bauruense de Odontologia (Fundeco), conveniada com a Faculdade de Odontologia da USP.

A Comissão de Legislação e Recursos (CLR) encomendou um estudo à professora Odete Medauar, da Faculdade de Direito da USP, especialista em Direito Administrativo. O dossiê sobre as diversas fundações e sua relação com a universidade já está em poder da CLR. Favorável a um maior controle das fundações, Medauar apresenta no documento propostas para disciplinar os vínculos existentes entre elas e a universidade. “A previsão é de que as propostas sejam avaliadas pelos integrantes da CLR e, se aprovadas, submetidas ao Conselho Universitário”, conta a professora.

Nem se pense que a Reitoria pretenda ir além disso. As fundações atuais cresceram à sombra de sucessivas gestões da Reitoria. Uma dessas entidades, a Funda-

ção de Apoio à USP (FUSP), que movimentou todo ano valores superiores a R\$ 20 milhões, nasceu no próprio gabinete do reitor Roberto Leal Lobo, em 1992.

O reitor Jacques Marcovitch, que assumiu o cargo em 1997, foi durante sete anos, de 1987 a 1994, presidente da poderosa Fundação Instituto de Administração (FIA), saindo desse cargo diretamente para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão e, depois, para a Reitoria. Marcovitch mantém até hoje seu elo com a FIA, pois permanece como um dos coordenadores de projetos da fundação. O reitor também integra o Conselho Consultivo da Fundação Faculdade de Medicina (FFM).

Um indicador da inexistência de fiscalização do poder público sobre as fundações privadas é que não se sabe ao certo quantas elas são na USP. “Não temos como precisar quantas fundações ligadas à USP existem atualmente”, afir-



Três fundações privadas atuam na FEA: FIA, Fipe e Fipecafi

ma a professora Odete Medauar. No Estado de São Paulo estão em atividade 750 fundações, das quais 396 só na Capital. Entre as que atuam na USP, só uma, a Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), tem personalidade jurídica de direito público.

Uma das grandes vantagens das fundações, relativamente às empresas comuns, reside na isenção de impostos. As fundações, de acordo com o artigo 150, inciso VI, letra “c” da Constituição Federal, estarão isentas dos impostos cobrados pela União, Estados e Municípios, desde que sejam declaradas entidades de utilidade pública.

As fundações precisam apenas

***Isenção fiscal acentua  
vocação empresarial  
das fundações privadas  
atuantes na USP***

requerer ao Ministério Público Estadual (MPE) a declaração de utilidade pública. Uma vez declaradas como “de utilidade pública”, as entidades podem pleitear à União, aos Estados e Municípios a isenção de impostos, que quase sempre elas conseguem. Adicionalmente, a declaração funciona como um atestado de idoneidade, reforçando a credibilidade da fun-

dação perante a sociedade.

Os defensores das fundações privadas, ou fundações de apoio, atribuem-lhes a missão de colaborar com a universidade. Nos documentos para consumo interno, porém, evidencia-se a real finalidade de várias dessas entidades: disputar espaços no mercado e captar recursos extras para os docentes que as constituem.

A vocação empresarial da FIA, por exemplo, ligada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) e uma das maiores em arrecadação de recursos, volume de projetos e cursos, fica patente no texto *Plano de Trabalho 2000*, em que são explanadas as linhas de sua estratégia

atual: “Análise do mercado em termos de viabilidade e da posição competitiva da FIA no nicho ou segmento a ser explorado, além de uma adequada avaliação orçamentária, são algumas das recomendações a serem observadas”.

“A trajetória de sucesso da FIA traz o desafio de aprimorar a gestão de sua imagem institucional”, acrescenta o documento. “Nesse sentido, no decorrer deste ano devem estar concluídos os estudos para a renovação da logomarca da Fundação, acompanhada da elaboração de todo material de divulgação institucional”.

Tais ações “criam a oportunidade para se dar início a uma política de comunicação e *marketing* institucional mais orientada para o mercado”. O comitê de coordenadores da entidade seria incumbido de formular um “Plano de *Marketing* para a Fundação”.

Mais adiante, o texto *Plano de Trabalho 2000*, ao tratar da “definição de uma nova política para a taxa de *overhead*” (parcela do valor dos contratos reservada ao caixa da fundação), não poderia ser mais claro, no que tange à natureza da FIA: “Torna-se importante a elaboração de estudos voltados à definição de uma nova política para a taxa de *overhead*, que fortaleça não só o equilíbrio interno entre coordenadores e tipos de projetos, bem como o externo, em termos de um posicionamento adequado frente a instituições concorrentes e parceiras”.

“Posição competitiva”, “política de comunicação mais orientada para o mercado”, plano de *marke-*

COMPARAÇÃO DOTAÇÃO  
FEA x RECEITAS FUNDACIONAIS  
(em milhões de reais)

	FEA	Fipe	FIA
1998	20,5	27,4	(*)
1999	19,7	(*)	49,7
2000	20,2	(*)	35,9*

(\*) Dados não disponíveis.

\* Previsão.

Fontes: USP (COP), Fipe, FIA (Proposta Orçamentária 2000).

*ting*, “instituições concorrentes”. A linguagem empresarial expressa os objetivos mercantis. Certamente, instituições sem fins lucrativos não precisam competir no mercado.

Salta à vista que as fundações privadas geram remuneração diferenciada para os grupos que delas participam, criando ainda uma série de distorções, na medida em que interesses de mercado passam a pautar esses docentes, seja no tocante à pesquisa, seja quanto à dedicação à docência. Mesmo uma entidade de pequeno porte pode revelar-se empreendimento lucrativo.

A Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Odontologia (Fundecto), por exemplo, sediada em imóvel da Faculdade de Odontologia, em São Paulo, previa arrecadar quase R\$ 3 milhões em 2000 com cursos

de especialização e aperfeiçoamento. Desse valor, R\$ 1,5 milhão seriam destinados ao item “pagamento de serviços de docentes”.

Sua congênere de Bauru, a Funbeo, movimentou R\$ 2,4 milhões em 1998, valores pagos por alunos. A entidade ficou com 15% desse total, e a Faculdade recebeu 10% a título de aluguel do prédio. Os restantes 75%, ou R\$ 1,8 milhão, foram destinados a empresas pertencentes a 50 docentes.

Cifras semelhantes são movimentadas pela Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace), que atua em Ribeirão Preto, nas instalações da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-RP). A Fundace conta atualmente com

**Remuneração  
diferenciada e  
distorções na pesquisa  
são os efeitos imediatos**



Professor Otaviano Helene: "subvenção"

cinco turmas no curso *Master of Business Administration (MBA)*, cada uma com 40 alunos em média. A R\$ 14.260 a inscrição, ela levantará R\$ 2,85 milhões somente com essas turmas.

A FIA, por sua vez, estimou, em sua previsão orçamentária para 2000, de R\$ 35,9 milhões, que a "taxa de docentes" chegaria a R\$ 400 mil. Se calcularmos que essa taxa, repassada à Reitoria como uma espécie de pedágio sobre as receitas auferidas pelos docentes por serviços externos à USP, é

***Promotor reconhece  
controle deficiente, mas  
vê honestidade***

"para ficar", mas entendem que elas poderiam contribuir para a USP com maiores fatias de seus ganhos e submetendo-se a controles mais rigorosos. Esta é, por exemplo, a opinião do ex-reitor José Goldemberg.

A lei federal 8.958 regula as relações entre as universidades e as fundações de apoio vinculadas a elas, as quais têm de ser fiscaliza-

de 5%, chegaremos à conclusão de que o bolo da remuneração chegaria a R\$ 8 milhões. Como há 55 coordenadores em atividade na FIA, cada um faria jus, em média, a R\$ 145 mil no ano. Já a verba que seria repassada pela fundação à Faculdade, a título de apoio, seria pouco superior a R\$ 1 milhão.

As perturbações provocadas pela atividade das fundações privadas e a sua desenvoltura vêm incomodando até mesmo setores conservadores, que consideram que as fundações vieram

das pela promotoria pública (MPE). Toda fundação é obrigada a enviar anualmente ao MPE o respectivo balanço, com ou sem aprovação dos órgãos internos responsáveis pelo controle. Em caráter excepcional, pode ocorrer intervenção nas entidades fundacionais, nas formas administrativa ou judicial. No entanto, a fundação não pode falir, restando a possibilidade de extinção por insolvência civil.

A Curadoria das Fundações, do MPE, conta com dois promotores e quatro funcionários para dar conta do registro e fiscalização das 396 fundações da Capital, incluindo as que estão ligadas à USP. "Acredito que as fundações, em sua grande maioria, são dirigidas por pessoas honestas", afirma Edson José Rafael, um dos promotores que respondem por essa Curadoria. O promotor admite que a vigilância tem sido exercida à distância. "Com essa estrutura não dá para fazer muita coisa".

Quanto às fundações ligadas à universidade, o promotor é categórico: "A fundação tem de ser montada fora do alcance da universidade, para que não haja desvio de finalidade e, conseqüentemente, benefícios para um grupo de pessoas". O processo de criação da fundação deve ser transparente, com função social e, eventualmente, com intuito de apoiar a universidade. "É preciso evitar que a fundação vire cabide de emprego para um grupo de professores privilegiados. Por isso, é necessário tomar cuidado com essa relação", ressalta Rafael.

As fundações são pouco transparentes. Várias delas têm *sites* na Internet, mas somente a FFM divulga na rede as suas contas. Para o professor José Marcelino de Rezende Pinto, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, as fundações privadas permitem todo tipo de suspeita porque não são instituídas com transparência. Por isso, ele defende que a prestação orçamentária dessas entidades seja pública.

No seu entender, as fundações privadas fazem parte de uma política de remuneração diferenciada incentivada pela própria Reitoria: “Como o salário está achatado, o professor vê na fundação o mecanismo mais fácil de complementar a sua remuneração”. Os professores ligados a essas fundações estariam deixando de lado as funções da universidade: ensino, pesquisa e prestação de serviço. “Dizer que a fundação não tem fins lucrativos é uma piada”, afirma.

Já o professor Otaviano Helele, do Instituto de Física, considera que o problema das fundações privadas na USP está relacionado aos acordos que precedem sua criação. “As fundações sempre existiram. Isso não está errado. O que não pode acontecer é o fato de a fundação ser entidade privada e impor obrigação ao setor público. Também não pode usar a mão-de-obra pública”.

Helene classifica como promíscua a relação existente entre os interesses das fundações, dos departamentos, unidades e professores envolvidos. “Elas acabam usando o nome da USP para conseguir con-

tratos”, explica. Por outro lado, observa, a universidade encontrou uma forma de subvencionar e incentivar as fundações, gerando-se um enfraquecimento da luta pela qualidade dos salários e das condições de trabalho no cenário acadêmico: “A fundação recebe dinheiro dos contratos com a administração pública e com empresas privadas e ainda recebe gratuitamente da universidade boa parte da mão-de-obra qualificada. É uma forma de subvenção”.

O professor Benedito Honório Machado, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, vai além: “A política da Reitoria está sintomatizada com a visão defendida pelo governo federal, no sentido de desonerar o Estado de todos os gastos com ensino”. Totalmente contrário às fundações privadas, ele defende o fim da flexibiliza-



Professor Benedito Machado: “movimento na contramão”

ção do RDIDP: “Os regimes de docência e pesquisa têm de ser exclusivos”.

Como conseguir-se isso se, em alguns casos, os professores chegam a ganhar até seis vezes mais nas fundações do que na universidade? “É preciso criar um movimento na contramão do que o governo e a USP vêm fazendo”, sustenta Machado. “Por isso, não pode haver restrições na discussão do assunto com alunos, professores e a comunidade acadêmica”.

Contrário à idéia de que a ati-

**“Estamos socializando recursos privados”, diz presidente da Fipe**





Prédio da Escola Politécnica onde funciona a FCAV

### QUANTO CUSTA CURSAR UM MBA (em R\$)

	Menor valor	Maior valor
Fipe	10.500,00	14.750,00
Fundace (Ribeirão Preto)	14.260,00	14.260,00
FIA	18.975,00	28.000,00
Fipecafi	(*)	(*)

(\*) Não divulga o dado.

Fonte: sites na Internet.

vidade fundacional representa uma forma de privatização da universidade, o professor Simão Davi Silber, presidente da Fundação Instituto de Pesquisas (Fipe), rebate as críticas com uma imagem engenhosa: “Estamos socializando o recurso privado e levando para a USP. Privatização seria se estivéssemos pegando o dinheiro público e levando para o privado”. Para acabar de vez com as dúvidas que pairam sobre o orçamento da fundação, ele conta que

a Fipe vai publicar, a partir deste ano, o seu relatório de atividades (apesar disso, Silber negou-se a fornecer o valor da receita da instituição em 1999).

Criada em 1973, a Fipe notabilizou-se, em particular, pelos índices que calcula, como o Índice de Preços ao Consumidor (IPC-Fipe) e indicadores setoriais. A Fipe é uma das maiores fundações privadas da USP em volume de recursos arrecadados. Em 1998, obteve receita de R\$ 27,4 milhões e supe-

ravit bruto de R\$ 6 milhões.

Embora seu forte sejam as pesquisas, a Fipe também se dedica ao rentável mercado de cursos do tipo MBA. O curso MBA “Fundos de Investimento”, por exemplo, custará ao aluno R\$ 14.750 (ou R\$ 14.150 se pagar à vista). A matrícula, que está incluída nesse valor, custa R\$ 2.150.

Segundo Silber, a Fipe foi concebida para funcionar com flexibilidade administrativa para apoiar as atividades acadêmicas do Departamento de Economia da FEA e, ao mesmo tempo, realizar contratos de pesquisa. O financiamento que recebe pelas pesquisas contribui, garante ele, para o desenvolvimento de outras pesquisas e na formação de recursos humanos. “A Fipe paga para a USP um porcentual sobre o volume de trabalho que realiza. Esse dinheiro é revertido em bolsas de estudo, em prêmios para quem faz publicações acadêmicas e até para melhoria do prédio do Departamento”.

“Não dá para dissociar a fundação do Departamento. Os pesquisadores são os próprios professores. O problema é que de uma hora para outra as fundações viraram alvo de críticas de tudo que acontece na universidade. É uma visão errônea e falsa do problema. Trata-se de questão ideológica”, diz Silber.

O professor Guilherme Ary Plonski, presidente do Conselho Curador da Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV), contesta a opinião, sustentada pelos críticos das fundações, de que os docentes

que nelas atuam têm baixa produtividade na pesquisa. “Não tenho conhecimento de nenhum estudo científico neste sentido e, por isso, não vale discutir o assunto”.

A FCAV foi instituída em 1967, ligada ao Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica. “As fundações são entidades de apoio à universidade, que ajudam a USP a cumprir o seu papel, que consta no estatuto: ensino, pesquisa e extensão”, defende Plonsky, que também é coordenador de projetos na FIA.

A maioria das fundações privadas ligadas à USP existentes no interior de São Paulo é vinculada ao campus de Ribeirão Preto, onde atuam cinco delas. Há duas em São Carlos, duas em Bauru e uma em Piracicaba. A forte influência exercida pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Faepa) sobre o HC já foi alvo de manifestações do MPE, em razão do sistema de “duas portas” ali adotado, que estabeleceu atendimento diferenciado para os usuários de convênios médicos. Mas a maior surpresa para as fundações viria de Bauru.

No primeiro semestre de 2000, o Ministério Público Federal entrou com ação civil pública contra a Faculdade de Odontologia da USP de Bauru e a fundação privada Funbeo. O procurador Pedro Machado considerou que professores contratados pela USP em RDIDP estariam ministrando cursos paralelos organizados pela Funbeo, negligenciando seus com-

promissos funcionais com a universidade. Ele denunciou, ainda, que alguns desses cursos eram ministrados dentro da própria USP, utilizando infra-estrutura mantida com dinheiro público.

Tempos depois, a Justiça Federal decidiu suspender, por medida liminar, os cursos de especialização realizados pela Funbeo. Em seu despacho, o juiz Heraldo Garcia Vitta, de Bauru, assinala que o convênio existente entre a fundação e a Faculdade desrespeitava

***No interior, Ribeirão Preto concentra o maior número de fundações***

normas do Conselho Federal de Odontologia. Alguns cursos não eram reconhecidos pelo órgão e outros não tinham autorização do MEC. Além disso, o juiz aceitou os argumentos do Ministério Público de que os cursos já eram ministrados em convênio mesmo antes da constituição oficial da Funbeo, em 1991.

Percebe-se que os aspectos que levaram o procurador federal a denunciar a Funbeo são muito semelhantes aos encontrados em outras fundações. Na verdade, os convênios entre as faculdades e as respectivas fundações (os acordos a que se referiu o professor Helene) fornecem a base legal para as atividades fundacionais, na medida em que estas desenvolvem-se,

em tese, dentro das linhas determinadas pelas próprias unidades. Na prática, os convênios liberam os docentes em RDIDP para suas atividades privadas.

Há uma superposição entre a faculdade e a fundação, e entre pesquisa e prestação de serviços, como se torna evidente no caso da FIA, ao lembrar que “as principais áreas para a realização de projetos externos por parte do corpo de coordenadores” subordinam-se às “linhas de pesquisa definidas para a instituição para o biênio 2000/2002, aprovadas pela Congregação da Faculdade”. Que fique bem claro: as linhas de pesquisa da FIA foram definidas pela Congregação da FEA.

Tais linhas “visam cumprir os requisitos do convênio da Fundação com a FEA, que habilita os docentes em regime RDIDP a desenvolverem atividades como coordenadores de projetos da Fundação” (*Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária 2000*, FIA, p. 6). Em outras palavras, os docentes da FEA em RDIDP vinculados à FIA gozam de um regime especial, legitimado pela faculdade.

A independência dos colegiados das unidades em relação às fundações a elas vinculadas é bastante discutível. No caso da FEA, basta comparar sua dotação orçamentária com os balanços das fundações. Enquanto a FEA recebeu, em 1998, R\$ 20,5 milhões, no mesmo ano a Fipe arrecadava R\$ 27,4 milhões. Em 1999 a FEA recebeu R\$ 19,7 milhões, ao passo que a FIA, por exemplo, arrecadava quase R\$ 50 milhões. RA

## Mapa das fundações privadas

### Capital

#### Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP)

Ligada à Reitoria. Fundada em 1992, possui 28 funcionários e orçamento anual em torno de R\$ 25 milhões.

#### Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi)

Ligada ao Departamento de Contabilidade da FEA. Em 1999, ao completar 25 anos de existência, inaugurou sede própria.

#### Fundação Instituto de Administração (FIA)

Criada em 1980, ligada ao Departamento de Administração da FEA.

#### Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe)

Ligada ao Departamento de Economia da FEA. Fundada em 1973, tem hoje mais de 100 funcionários.

#### Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia (FTDE)

Ligada à Escola Politécnica, foi criada em 1972 com o objetivo de facilitar a construção do primeiro computador brasileiro.

#### Fundação Carlos Alberto Vanzolini (FCAV)

Criada em 1967 por um grupo de professores do Departamento de Engenharia de Produção da Escola Politécnica.

#### Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica (FCTH)

Fundada em 1986, vinculada ao Centro de Tecnologia de Hidráulica e Recursos Hídricos (CTH) da Escola Politécnica.

#### Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa)

Criada em 13 de junho de 1989, ligada ao Instituto Oceanográfico.

#### Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Odontologia (FDCTO)

Criada em 1983, funciona em um prédio da própria Faculdade de Odontologia, em São Paulo.

#### Fundação Faculdade de Medicina (FFM)

Instituída pela Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Medicina da USP em setembro de 1986, mantém convênios com a FMUSP e seu Hospital das Clínicas (HC).

#### Fundação Eurclides de Jesus Zerbini

Ligada à Faculdade de Medicina da USP, controla o Instituto do Coração (Incor).

#### Fundação Otorrinolaringologia da Faculdade de Medicina (FO-FM)

Criada em agosto de 1995 por iniciativa de docentes.

#### Fundação para Pesquisa Ambiental (Fupam)

Criada em 1977 por professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

#### Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (Fafe)

Ligada à Faculdade de Educação.

#### Fundação de Medicina Veterinária (Funvet)

Vinculada à Faculdade de Medicina Veterinária.

#### Fundação para o Desenvolvimento das Artes e da Comunicação (Fundac)

Criada por iniciativa do então diretor da Escola de Comunicação e Artes (ECA), professor Tupã Gomes.

#### Fundação Arcadas

A mais recente, criada há um ano por iniciativa de ex-alunos e professores da Faculdade de Direito.

#### Fundação Instituto de Pesquisas Farmacêuticas (Fipefarma)

Ligada à Faculdade de Farmácia da USP.

### São Carlos

#### Fundação para o Incremento da Pesquisa e

#### Aperfeiçoamento Industrial de São Carlos (Fipai)

#### Fundação de Apoio à Física e Química de São Carlos (FAFO)

### Piracicaba

#### Fundação de Estudos Agrários Luis de Queiroz (FEALQ)

Vinculada à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq).

### Bauru

#### Fundação Bauruense de Estudos Odontológicos (Funbeo)

Ligada à Faculdade de Odontologia de Bauru.

#### Fundação para Estudo e Tratamento das

#### Deformidades Crânio-Faciais (Funcraf)

Ligada ao Hospital de Anomalias da Faculdade de Medicina de Bauru.

### Ribeirão Preto

#### Fundação Instituto de Enfermagem de Ribeirão Preto (Fierp)

Instituída em 1995. Vinculada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.

#### Fundação de Apoio, Ensino, Pesquisa e Assistência ao Hospital das

#### Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (Faepa)

#### Fundação de Odontologia de Ribeirão Preto (Funorp)

Conveniada com a Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto.

#### Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração,

#### Contabilidade e Economia de Ribeirão Preto (Fundace)

Criada em 1995, atua na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP).

#### Fundação de Pesquisa Científica de Ribeirão Preto (Funpec)

# FUSP E FUVEST NASCERAM LIGADAS À REITORIA

Alice Castanheira

Jornalista

*Composição  
dos órgãos  
dirigentes  
é controlada  
pelo reitor*



A USP tem fundações diferenciadas das demais, nas quais desponta o grande poder e influência dos reitores: a FUSP e a Fuvest. A primeira é uma fundação privada. A segunda perdeu essa condição há três anos, por orientação do Tribunal de Contas do Estado (TCE), tornando-se uma fundação pública.

Em dezembro de 1991, durante reunião do Conselho Universitário, surgiu a idéia de se criar uma entidade que pudesse “oferecer meios necessários à adequada mobiliza-

ção de recursos humanos e materiais para o atendimento das finalidades estatutárias da USP”. Seis meses depois, mais precisamente em 10 de junho de 1992, criava-se a Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo (FUSP), em cerimônia realizada no gabinete da Reitoria por escritura pública registrada no 3º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Capital.

A FUSP administra anualmente cerca de R\$ 25 milhões de recursos aplicados em projetos desenvolvidos pelas unidades. Os demonstrativos relativos ao exercício de 2000 ainda não estão prontos. Em 1999,

a entidade encerrou o ano com superávit líquido de R\$ 860.679,58 contra R\$ 910.570,10 registrado no ano anterior.

De acordo com seus estatuto e regimento, o Conselho Curador da FUSP é constituído por nove membros, sendo o reitor o seu presidente nato. A diretoria resume-se a quatro cargos. Os membros da diretoria e Conselho Curador não são remunerados. Os funcionários são 28.

A fundação administra projetos de cursos, pesquisa e desenvolvimento realizados nas diversas unidades da USP através de convênios

e contratos firmados com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, além de empresas e instituições privadas.

Segundo a entidade, os equipamentos adquiridos no âmbito desses convênios e contratos de prestação de serviços são transferidos às unidades da USP mediante doação autorizada pelo Conselho Curador e pelo Ministério Público Estadual. Atualmente, o patrimônio da FUSP inclui dois imóveis na avenida Afrânio Peixoto, números 14 e 30 (onde funciona a sua administração) e bens móveis, como equipamentos de computação.

Também a Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) foi criada por um reitor, Orlando Marques de Paiva, em 1976. O TCE entendeu que, por destinar-se exclusivamente à preparação e aplicação de vestibulares, a Fuvest deveria tornar-se uma fundação pública, o que ocorreu a partir de 1997.

A principal mudança foi a adequação às exigências da Lei 8.666 (Lei das Licitações). “Tivemos que adequar todo o procedimento ao novo regulamento. Antes de efetuarmos qualquer serviço ou contratação, é preciso fazer tomada de preços e licitação”, explica o professor Roberto Celso Fabrício Costa, diretor da Fuvest, docente do Instituto de Matemática da USP há 36 anos.

A Fuvest é constituída de um Conselho Curador de oito membros, todos indicados pelo reitor da USP e com mandato de quatro anos. Esse órgão elege a diretoria executiva (diretor, vice-diretor e diretor-financeiro, todos com man-



Professor Fabrício Costa

***Fuvest recebeu  
R\$ 7,25 milhões  
pelo vestibular 2001***

dato de seis anos). Os diretores recebem *pro-labore*, além dos vencimentos da universidade. A Fuvest tem 13 funcionários contratados.

A receita anual da fundação, explica Costa, é o resultado do número de alunos inscritos no vestibular multiplicado pelo valor da taxa de inscrição. Em 2000, na inscrição para o vestibular de 2001, a Fuvest cobrou taxa de R\$ 50 e recebeu 145 mil inscritos, o que representa uma receita de R\$ 7,25 milhões. “Esse dinheiro é recebido em setembro e aplicado no banco. Ao longo do ano, a entidade vai gerenciando a receita de acordo com as previsões de gastos, que acontecem em três momentos: período de inscrição, primeira e segunda fase do exame”.

Como o valor da taxa de inscrição está congelado há três anos, a Fuvest não está conseguindo equilibrar a relação receita/despesa e hoje acumula um prejuízo de R\$ 1 milhão, informa Costa. “A Fuvest

não recebe um tostão da USP. Pelo contrário, a entidade repassa 5% da sua receita anual, que vai para um fundo de pesquisa da universidade”. Em 2001, o repasse foi de R\$ 362 mil. A Fuvest, afirma seu diretor, nunca teve as contas rejeitadas pelo TCE: “Tivemos contas aprovadas com ressalvas, que foram corrigidas posteriormente”.

Mesmo acumulando prejuízo, a Fuvest goza hoje de uma situação privilegiada. Há dois anos, a entidade investiu R\$ 4 milhões na construção da sede própria, que funciona ao lado da entrada principal do campus da Cidade Universitária. Até 1998, a fundação utilizava as instalações do antigo prédio da Reitoria. A Fuvest não paga Imposto de Renda e Cofins. Neste ano, pagou R\$ 4 mil de IPTU. Quando presta serviços eventuais, recolhe ISS.

Costa prefere não entrar na polêmica sobre a necessidade ou não da existência de fundações na USP. “A palavra fundação compreende um leque muito grande de objetivos e intenções”. No entanto, para ele, o crescimento desordenado das fundações seria uma conseqüência dos baixos salários e de cortes sucessivos nos orçamentos da universidade.

“Há casos em que o professor vai para a fundação para fugir da burocracia do serviço público. Em outros, o que está em jogo é o interesse próprio e isso só acontece porque não há controle”. Para ele, a única maneira de resolver a polêmica que envolve os “caixas” das fundações seria tornar públicos os balanços anuais das entidades. “Se tiver alguma coisa errada, o pessoal descobre. Não há o que temer”. RA

# UMA EMPRESA CHAMADA FIA

Alice Castanheira, Antônio Biondi e Pedro Estevam da Rocha Pomar  
Equipe da Revista Adusp



*Gordos contratos com o setor público garantem a opulência da fundação, que tem sede própria, 206 funcionários e previdência privada altamente capitalizada. Nos últimos anos, os cursos “USP-MBA” ministrados na Faculdade de Economia tornaram-se outra lucrativa fonte de receitas*

A Fundação Instituto de Administração (FIA), entidade criada em 1980 e conveniada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), é tida como uma das vedetes entre as instituições que se destacam por prestar serviços privados com a chancela do “selo USP”. Na década de 90, a FIA lidou com orçamentos milionários, sustentados basicamente por seus contratos com empresas e órgãos públicos, que chegaram a responder por 89% de suas receitas. Um dos sinais mais ostensivos dessa opulência é o prédio da FEA, beneficiado por reformas custeadas por repasses da FIA, Fipe e Fipecafi e conhecido como “Taj Mahal”.

Falar em orçamentos milionários não é força de expressão. Sua proposta orçamentária para 2000, que refletiu “uma atitude de cautela” da direção da entidade, foi de R\$ 35,9 milhões (*Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária*, FIA 2000, p. 8). Essa perspectiva conservadora pode ter relação com o balanço de 1999, pois a receita realizada revelou-se inferior aos valores orçados: a FIA arrecadou R\$ 49,7 milhões, menos do que os R\$ 55,8 milhões previstos. Mesmo assim, houve superávit de R\$ 3,2 milhões no exercício de 1999 (*Realização Orçamentária, Receitas 1999: Valores Orçados e Valores Realizados*, FIA 2000, p. 1).

De onde vem todo esse dinheiro? Até 1997, a maior parte provinha de atividades de consultoria, especialmente as prestadas a empresas e órgãos públicos, como

Tabela 1 - ORIGEM DAS RECEITAS DA FIA POR TIPO DE CONTRATANTE

SETOR	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Público	81%	80%	89%	80%	70%	44%
Privado	19%	20%	11%	20%	30%	56%

Fonte: FIA

Tabela 2 - EVOLUÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA FIA

	1995	1996	1997	1998	1999
Funcionários	232	306	417	346	206

Fonte: FIA

Banco do Brasil, Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), Prefeitura de São Paulo, Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema-SP), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros.

Naquele ano, por exemplo, a FIA firmou contrato com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), “para prestação de serviços de consultoria, visando o desenvolvimento institucional, especificamente centrado na automação de processos e nas atividades dela decorrentes”, no valor de R\$ 4,7 milhões (*Parecer da Triade Auditores & Consultores*, FIA 2000, p. 8).

De 1997 em diante, deu-se uma dupla inversão. Em primeiro lugar, o “ajuste fiscal” e as privatizações parecem ter-se refletido nas novas contratações, de modo que a participação relativa do poder público passou a declinar. Por outro lado, também cresceu o peso relativo do

treinamento entre os projetos contratados, caindo o número de consultorias prestadas.

A participação do setor público na receita da FIA, que era de 81% em 1994 e manteve-se no patamar dos 80% ou mais até 1997, baixou para 70% em 1998 e foi drasticamente reduzida para 44% no ano seguinte. Portanto, as receitas oriundas do setor privado saíram do patamar de 20% ou menos, em que se encontravam no período 1994-1997, para 30% em 1998 e 56% em 1999, conforme mostra a **tabela 1** (*Relatório de Atividades*, FIA 2000, p. 7).

De todo modo, na proposta orçamentária da fundação para 2000 ainda constavam expressivos valores como saldo a receber de contratos firmados com o setor público em 1998 e 1999. O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) tinha saldo devedor à

## ALGUNS CONTRATOS REALIZADOS PELA FIA COM O SETOR PÚBLICO EM 1998

Contratante e nº do contrato	Título resumido	Valor (em R\$)*
<b>PREFEITURA DE SÃO PAULO</b>		
Processamento de Dados do Município (2099)	Consultoria administrativa	750.000,00
Prefeitura de São Paulo (2062)	Análise e reformulação dos procedimentos administrativos	1.173.739,12
<b>GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>		
Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2090)	Gestão e racionalização de atividades de licenciamento ambiental	1.916.161,16
Sabesp (2202)	Desenvolvimento e implantação de estratégias de marketing	57.545,19
FDE- Secretaria Estadual da Educação (2240)	Sistema de informações e apoio à revisão de processos de trabalho	113.648,00
CDHU (2254)	Delineamento e execução de curso de capacitação gerencial	67.285,00
<b>GOVERNO FEDERAL</b>		
Ibama (2039)	Serviços de informática	567.336,42
Pnud/Sudam (2245)	Implantação do banco de projetos interativo	59.164,00
<b>EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS</b>		
Correios - ECT (2082)	Programa de desenvolvimento de executivos em marketing	223.899,34
Serpro (2145)	Desenvolvimento institucional	119.582,00
Petrobrás (2266)	Avaliação empresarial das gerências administrativas regionais	62.122,00

\* Saldo a receber. Não dispomos do valor integral dos contratos.

Fonte: Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária 2000, FIA.

FIA de R\$ 119 mil; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), de R\$ 567 mil; a Processamento de Dados do Município S/A (Prodam), de R\$ 750 mil; a Prefeitura de São Paulo, de R\$ 1,173 milhão.

A Sema-SP devia saldar R\$ 1,916 milhão de contrato firmado em 1998 (para “desenvolvimento organizacional, gestão e racionalização das atividades de licenciamento ambiental”), e outros R\$ 194 mil de contrato assinado em 1999 (para “revisão organizacional da Sema”). O Banco do Brasil tinha nada menos do que sete contratos em andamento, firmados em 1999, relativos a cursos de especialização e formação de executivos e

***Os melhores clientes  
da FIA ainda estão  
no setor público,  
entre eles o MEC***

que totalizavam saldo a pagar de R\$ 523 mil.

Um novo contrato com o FNDE, leia-se Ministério da Educação, desta vez para “assessoria técnica ao PNBE 99”, foi firmado em 1999, restando como saldo a receber pela FIA, em 2000, a quantia de R\$ 570 mil. Outros dois contratos com o MEC (“pesquisa de auditoria nos dados de matrícula no ensino fundamental declarados pelo

Censo Escolar” e “consultoria para controle de qualidade do Censo Escolar”) somavam R\$ 43 mil de saldo. Na relação de saldos a receber em 1999, o valor mais alto oriundo do poder público, contudo, era o da Secretaria Municipal da Educação de São Paulo: R\$ 1,1 milhão.

Apesar da redução do volume global, verifica-se, quando se analisa os projetos contratados até 29 de fevereiro de 2000, que os melhores contratos da FIA continuaram a ser aqueles firmados com o poder público. O mais generoso deles foi assinado pela Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, que pagará R\$ 1,94 milhão pelo “desenvolvimento, teste e implementação de um processo de aferição do grau



## PRINCIPAIS CONTRATOS REALIZADOS PELA FIA COM O SETOR PÚBLICO EM 1999

Contratante e nº do contrato	Título resumido	Valor (em R\$)*
<b>PREFEITURA DE SÃO PAULO</b>		
SME (2381)	Desenvolvimento de novo modelo de gestão logística	1.100.000,00
<b>GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>		
Secretaria de Transportes Metropolitanos (2380)	Pesquisa de atitudes da população com relação aos serviços modais	147.640,00
Secretaria Estadual do Meio Ambiente (2388)	Revisão organizacional (gabinete, Fundação Florestal e institutos)	194.700,00
SERT - Emprego e Relações do Trabalho (2389)	Capacitação gerencial para empresários e tomadores do Proger	303.600,00
<b>GOVERNO FEDERAL</b>		
FNDE/MEC (2328)	Assessoria técnica ao PNBE 99	570.146,97
MEC (2360)	Pesquisa de auditoria nos dados de matrícula do ensino fundamental	23.292,00
MEC (2361)	Consultoria para controle de qualidade do Censo Escolar	27.331,96
<b>EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS</b>		
Banco do Brasil (2294)	Curso de especialização em recursos humanos	102.000,00
Banco do Brasil (2305)	Tracking de comunicação	3.600,00
Banco do Brasil (2320)	Curso de especialização em agribusiness	99.500,00
Banco do Brasil (2326)	Curso de formação de executivos (Marília)	40.000,00
Banco do Brasil (2353)	Curso de formação de executivos (Porto Velho)	44.000,00
Banco do Brasil (2366)	Curso de formação de executivos (Manaus)	102.000,00
Banco do Brasil (2367)	Curso de formação de executivos (Natal)	132.000,00
Petrobrás (2376)	Avaliação empresarial das gerências administrativas regionais	291.191,25
Petrobrás (2382)	Consultoria e treinamento em marketing	129.306,00
<b>OUTROS</b>		
Secretaria da Fazenda de Mato Grosso (2354)	Consultoria e implantação do modelo de gestão de pessoas	268.000,90
Banco de Desenvol. do Estado da Bahia (2356)	Desenvolvimento e implantação de modelos para área de risco de crédito	114.125,00
Prefeitura de Limeira (2385)	Realização de concurso público	392.874,00

\*Saldo a receber. Não dispomos do valor integral dos contratos.

Fonte: Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária 2000, FIA.

de satisfação dos consumidores do serviço telefônico comutado e do serviço móvel celular". No período janeiro-fevereiro de 2000, o contrato mais rentável com o setor privado, assinado com a IBM, tem o valor de R\$ 924 mil — muito inferior, portanto, ao firmado com a Anatel.

Também nas propostas que estavam sendo negociadas no início de 2000 esse dado se repetia. Os

projetos que envolviam maiores valores eram aqueles que a FIA pretendia assinar com a Cetesb ("revisão de fluxos e desenvolvimento de recursos humanos"), no valor de R\$ 1,5 milhão, a Sabesp ("continuidade do processo de redesenho da organização"), no montante de R\$ 1,07 milhão, a ECT ("pesquisa sobre avaliação da qualidade do atendimento"), R\$ 418 mil, a Secretaria

de Estado da Administração Penitenciária de São Paulo ("implantação de um sistema de acompanhamento e controle de penas alternativas"), R\$ 397 mil.

Entre os projetos contratados no ano 2000 por empresas privadas encontram-se uma pesquisa de mercado para a Xerox (R\$ 179 mil) e cursos para o Bradesco (R\$ 135 mil), Unibanco (R\$ 38,5 mil) e

## PRINCIPAIS CONTRATOS REALIZADOS PELA FIA EM JANEIRO E FEVEREIRO DE 2000\*

Contratante e nº do contrato	Título resumido	Valor (em R\$)
Visanet (2398)	Curso de especialização em estratégias gerenciais (MBA)	350.000,00
IBM (2402)	Treinamento	924.144,00
Petrobrás (2403)	Curso de pós-graduação em <i>management</i> à distância	325.647,00
Seduc-MG (2404)	Consultoria para planos de educação média e profissional	305.199,98
Anatel (2410)	Processo de aferição do grau de satisfação dos consumidores	1.944.960,00

\*Relaciona apenas os cinco maiores contratos, de um total de 22, que somam R\$ 4.913.537,98.

Monsanto (R\$ 40 mil). Entidades de classe do empresariado também figuram entre os clientes da FIA. É o caso do Sindusfarm (“A indústria farmacêutica brasileira e a globalização”, R\$ 120 mil) e da Fundecitrus (“Mapeamento dos agentes ligados ao sistema agroindustrial citrícola”, R\$ 29 mil).

Nos últimos anos, ao mesmo tempo em que cresceu a participação do setor privado no faturamento da fundação, a tendência parece ser também a de aumentar o valor obtido com os treinamentos oferecidos. Nessa frente, a mina de ouro é o Programa de Educação Continuada em Administração para Executivos, que oferece cursos de pós-graduação *lato sensu*, do tipo *MBA*, em uma dezena de modalidades, para pessoas físicas ou jurídicas.

Há os *MBA* abertos e os fechados, contratados por uma determinada empresa ou pessoa jurídica. Os mais caros chegam a custar, para o aluno ou a pessoa jurídica que paga a inscrição, 28 mil reais, o equivalente a US\$ 14 mil. O *USP-MBA* Executivo Internacional, que inclui duas semanas de permanência no exterior, requer um pagamento adi-

### ***Clientes privados e cursos aumentam participação nas receitas da fundação***

cional de “US\$ 8 mil em reais ao câmbio do dia do pagamento ou US\$ 1500 no ato da matrícula + cinco parcelas de US\$ 1300”.

Um exemplo de curso fechado é o *MBA* Derivativos e Informações Econômico-Financeiras, realizado pela FIA a pedido da Associação Nacional dos Jornais (ANJ) e da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). A turma tem 40 alunos. O curso, de carga horária de 500 horas, custará aproximadamente R\$ 20 mil por aluno. Ao final do curso, a FIA terá arrecadado cerca de R\$ 800 mil (em torno de US\$ 400 mil). A FIA esperava receber em 2000, apenas com as novas turmas de *MBA*, R\$ 3,5 milhões.

Como cursos desse tipo são encontrados também fora da USP, não há dúvida de que o grande chamariz é a universidade, ou seja, a marca USP. Por isso os cursos cha-

mam-se *USP-MBA* e contam com salas próprias no prédio da FEA-1, onde “uma pequena reforma permitiu a construção de mais duas salas de aula, devidamente equipadas com os recursos de audiovisual presentes nas demais salas, e de um amplo espaço de convivência, utilizado para o serviço de *coffee-break* oferecido nos intervalos dos cursos” (*Plano de Trabalho e Proposta Orçamentária 2000*, FIA).

Em 1999, os cursos da FIA ocuparam 24 salas, dez delas na FEA e as restantes em outros locais, externos ao campus da USP. Mas, até 1996, a quase totalidade das salas utilizadas pela fundação pertencia à faculdade. A expansão dos cursos levou à aquisição de um imóvel para centralizar as atividades, nas imediações da USP. A compra, por R\$ 3,5 milhões, foi autorizada pelo Conselho Curador, por unanimidade (*Ata*, FIA, 13/3/97, p. 3). Outras unidades da FIA funcionam em imóveis alugados.

A FIA tinha 206 funcionários em 1999, o número mais baixo desde 1995 (232), como se pode ver na página 79, **tabela 2**. As despesas com pessoal, incluídos os docentes

Tabela 3 - CRESCIMENTO DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA DA FIA

INDICADOR	1996	1997	1998	1999
Rentabilidade	8%	23%	12,5%	48,9%
Saldo acumulado*	4,37	6,76	8,34	13,27

\* em milhões de R\$

que coordenam os projetos, consomem a maior parte do orçamento da FIA. Tomando-se como base a previsão orçamentária para 2000, de R\$ 35,3 milhões, as despesas com pessoal técnico seriam de R\$ 20,12 milhões, enquanto as despesas com pessoal administrativo somariam R\$ 5,29 milhões e os encargos R\$ 3,8 milhões. Os dados disponíveis não discriminam os valores recebidos pelos coordenadores dos projetos (*Proposta Orçamentária 2000*, FIA, p. 15).

A elevada lucratividade do empreendimento FIA é atestada pelo valor acumulado do seu fundo de previdência, chamado Fundo Multipatrocinado. Em apenas três anos, o Fundo mais que triplicou seu valor, passando de R\$ 4,3 milhões em 1996 para R\$ 13,2 milhões em 1999 (**tabela 3**). O Fundo tinha como aplicadores, em 1999, 53 coordenadores (docentes) e 168 funcionários da FIA.

Sua excelente situação resultou da excepcional rentabilidade obtida

***Previdência privada  
de R\$ 13 milhões  
e favores fiscais***

em 1999. Depois de crescer 8% em 1996, 23% em 1997 e 12,5% em 1998, o Fundo disparou 48,9% no ano seguinte (*Plano de Trabalho 2000*, FIA, p. 27). A razão provável desse salto na rentabilidade é a desvalorização do real, ocorrida em janeiro de 1999 e que beneficiou os investimentos em dólar.

Como outras fundações privadas, a FIA vem-se beneficiando de favores fiscais e decisões da justiça baseadas na condição que ostenta, de pessoa jurídica especial. Os dados constam do *Parecer da Tríplice Auditores & Consultores*, FIA 2000, p. 9-10:

1) Em março de 1999, a FIA obteve da Secretaria da Receita Federal o deferimento do pedido de parcelamento de dívida relativa à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) no valor total de R\$ 4,99 milhões. O "leão" foi indulgente com a FIA, parcelando a dívida em 68 parcelas mensais.



2) A fundação recebeu um novo presente do governo federal quando da publicação, em junho de 1999, da Medida Provisória 1858-6. Esta MP isentou do pagamento da Cofins, em relação a fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, as fundações de direito privado e outras instituições. Com isso, a FIA deixou de recolher a Cofins depois de junho daquele ano, economizando quase R\$ 1,7 milhão *somente no exercício de 1999*. Além disso, pretende recuperar ou compensar os pagamentos feitos entre fevereiro e junho (490 mil reais, em números redondos, em valores de dezembro de 1999).

3) Em fevereiro de 1999, a Justiça Federal concedeu liminar em ação de repetição de indébito movida pela FIA, que pretendia a restituição, pelo INSS, de valores pagos entre setembro de 1991 e ago-

to de 1994 a título de contribuição previdenciária de autônomos. A liminar autoriza a fundação a compensar os valores recolhidos (R\$ 2 milhões, em números redondos, em valores de dezembro de 1999) “com as contribuições previdenciárias vincendas incidentes sobre a folha de salários”.

Apesar da exuberância financeira da FIA, seus dirigentes declaram que ela favorece a dedicação dos docentes às suas atividades acadêmicas. “As fundações estimulam uma permanência maior dos docentes em tempo parcial e completo nas instalações do Departamento, facilitando o contato com os alunos e maior dedicação à elaboração de publicações”, defende o professor Eduardo Vasconcellos, presidente da FIA. A existência da fundação possibilitaria que parte dos recursos oriundos de terceiros seja aplicada nos departamentos e nas faculdades.

“As fundações asseguram que uma parcela maior seja aplicada na própria unidade e na universidade”, afirma Vasconcellos. Prova disso, continua, seriam as instalações hoje existentes na FEA, bancadas por recursos das fundações dos seus três departamentos (Administração, Economia e Contabilidade).

A FIA, explica seu presidente, não tem nenhuma dotação orçamentária fixa oriunda de qualquer fonte pública de recursos. Isso por-



Professor Eduardo Vasconcellos, presidente da FIA

que a entidade é estruturada por projetos, de forma que sua receita varia em função da existência ou não de um determinado projeto.

Os representantes das fundações também argumentam que seu controle é garantido pelos respectivos conselhos curadores, os quais fiscalizariam as atividades das diretorias e dos docentes engajados nos projetos (no caso da FIA, os chamados coordenadores). O Conselho Curador da FIA é escolhido pelos docentes do Departamento de Administração, juntamente com seus atuais membros. Cabe ao Conselho, por sua vez, indicar os diretores da fundação, após uma consulta ao corpo de coordenadores. O Conselho é formado hoje por 18 membros, na maioria docentes do Departamento de Administração, mas também empresários e executivos de destaque. A atual presidência do Conselho, po-

**“Fundações estimulam permanência do docente no Departamento”**

rém, está nas mãos de um dos coordenadores, o professor Lindolfo Galvão de Albuquerque.

Há fortes sinais de que tal

sistema de controle é inoperante. Segundo o professor Laércio Giuzzi, coordenador que está acionando judicialmente a fundação, os grupos de poder que se formam na FIA acabam dando as cartas na gestão da FEA. “Os acordos internos determinam quem vai ser o chefe do Departamento de Administração, os representantes nos conselhos e os coordenadores do MBA. O poder é exagerado” (veja a matéria seguinte).

O depoimento do professor Giuzzi sugere, ainda, que diversos contratos são conseguidos por meio de *lobby* junto às esferas de governo e, às vezes, com pagamento de propinas. Isso explicaria os altos valores de muitos desses contratos. **RA**

# “UMA ESTRUTURA QUE SE DEFORMOU”

Elizabeth Lorenzotti

Jornalista

*Professor aposentado em litígio com a FIA denuncia a atuação de lobistas junto ao setor público*

**L**aércio Durval Giuzi, professor aposentado da FEA, especialista na área de Recursos Humanos, participou durante quase vinte anos das atividades da FIA, praticamente desde o início de seu funcionamento. Hoje, afastado, atribui a interrupção de sua carreira acadêmica às críticas que fez a alguns aspectos da gestão da instituição que ele considera inaceitáveis, como a prática de *lobby*.

As revelações de Giuzi não são fruto de vingança pessoal, insiste o professor: elas apenas expressam a sua preocupação com a imagem da universidade. “Quando você está trabalhando, pela fundação, para uma empresa-cliente — e eu trabalhei em várias e grandes — as pessoas procuram pelo professor da USP. Não dizem FEA, ou Poli, muito menos FIA. Então, é a imagem da USP que está em jogo.”

Na sua opinião, os grupos de



Professor Laércio Giuzi: revelações incômodas

poder existentes na FIA controlam a FEA, e a estrutura da fundação determina a vida da faculdade. “Entre os fundadores da FIA, alguns morreram, outros se aposentaram. Mas sua dinastia continua imperando. É uma estrutura que se deformou. Tornou-se, na minha concepção, mais importante que a estrutura oficial da FEA”, afirma.

“Não varia muito a constituição da diretoria, do Conselho Curador da fundação. São cinco diretores, um é trocado a cada dois anos. Ele permanece no poder durante oito anos, no mínimo. Quando sai, na maioria das vezes torna-se coordenador do programa de *MBA*, ga-

nhando salário alto, ou vai participar de projetos da instituição, sendo regularmente pago”.

Giuzi afirma que suas desavenças na FIA devem-se às incoerências entre o que os próprios estatutos da instituição determinam e a proteção dada àqueles que têm mais poder e conhecem pessoas-chave nos vários es-

calões governamentais e nas empresas das quais o governo é o maior acionista.

Em 1985, quando o Banco do Brasil sentiu necessidade de fazer uma pesquisa motivacional junto a funcionários, enviou membros da consultoria técnica da sua presidência para contatar empresas que tivessem experiência para fazer este trabalho. Uma das organizações procuradas foi a FIA, representada na reunião pelo professor Giuzi e por outro professor da área de *marketing*, que o convidou, pois, além de não conhecer o assunto, os estatutos impunham a participação de um especialista em RH.

Giuzi rejeitou o enfoque inicialmente proposto pelo banco, e apresentou um projeto de pesquisa motivacional que, por sua aplicabilidade e originalidade, resultou na escolha da FIA. Percebendo o potencial de venda desse produto, o professor de *marketing* propôs uma sociedade em que ele seria o vendedor, enquanto Giuzi criaria e executaria os possíveis novos projetos na área de recurso humanos.

Outros clientes foram obtidos por meio do trabalho conjunto: Banespa, Petrobras, BNDES. A sociedade funcionou bem até 1992. A FIA tinha pleno conhecimento da situação, pois de acordo com os estatutos os contratos e o controle financeiro e de qualidade dos projetos estavam sob sua responsabilidade.

Desde o primeiro trabalho, o sócio de Giuzi solicitou a contratação de um colaborador, Alexis Stepanenko, que residia em Brasília e passava por dificuldades financeiras. Stepanenko teve participação de natureza apenas “decorativa” nos estudos, diz o professor. No entanto, além da remuneração que recebia, todas as despesas com sua hospedagem em São Paulo eram bancadas por Giuzi e seu sócio, com as verbas do projeto.

A sociedade foi desfeita unilateralmente por seu sócio, no momento em que Giuzi surpreendeu-se com a necessidade de “gratificar” um funcionário da Petrobras (“*overprice* de 20%, para comprar um apartamento no Flamengo”). O sócio alegou que teve a honestidade questionada por Giuzi.

O período em que o rompimen-

to ocorreu coincidiu com a ascensão do então vice-presidente Itamar Franco à Presidência. Stepanenko passou a ocupar cargos de grande importância, tais como vice-presidente do BNDES, até chegar a ministro de duas pastas naquele mesmo mandato.

Concomitantemente, o ex-sócio de Giuzi aliou-se a outros professores da área de *marketing* e conseguiu novos contratos, principalmente no Banco do Brasil, BNDES e Petrobras, clientes conquistados quando a sociedade estava em vigor. Giuzi sentiu-se esbulhado e resolveu reclamar seus di-

**“FIA não usa e não  
apóia atividade  
de lobistas”,  
diz seu presidente**

reitos na justiça, pois fôra o idealizador do produto e investira nele sete anos de sua carreira.

A direção da FIA criou uma comissão para apreciar e julgar as suas reivindicações, que deu em nada. Isso teria evidenciado, para Giuzi, que a proteção dada aos que trazem projetos para a fundação, independentemente da forma como agem, é superior às normas escritas da FIA.

Antes dos cursos *MBA*, os clientes eram governamentais. “Por coincidência, somos a faculdade que mais deu ministros, secretários de Estado, funcionários de primeiro escalão”, ironiza.

“Isso faz supor que esses proje-

tos são facilitados. Você sempre tem de ter uma pessoa amiga, que eu nem chamaria de lobista, hoje algo até aceito como normal. Seria um nome um pouco mais pejorativo, mas não vou classificar porque não encontro uma palavra apropriada”.

O que se nota, afirma, é que o nível de vida desses professores é muito mais alto que o da maioria dos professores da USP.

Ele vê como positiva a linha de conduta definida pelos estatutos da fundação de atender ao ensino e à pesquisa. “A FIA oferece a chance de o professor elaborar mais teses de acordo com a realidade e não extremamente teóricas”, afirma. Qualidades, diz Giuzi, que estão sendo postas a perder pela deformação da estrutura da fundação.

Procurado pela reportagem, o ex-ministro Alexei Stepanenko não foi localizado. Já o presidente da FIA, professor Eduardo Vasconcellos, contestou enfaticamente as afirmações do professor Giuzi: “A FIA não tem nenhuma política e nem apóia qualquer atividade de lobista para desenvolver os seus projetos. Na maior parte dos projetos, 95%, a FIA é procurada pelas pessoas interessadas. Numa parcela muito pequena, o próprio coordenador procura uma empresa, diz o que ele pode fazer. O uso de lobistas é algo totalmente fora da nossa atividade.”

Quanto à sociedade mantida por Giuzi, Vasconcellos informou que a FIA “não tem política de administrar atividades de colaboração entre os docentes”. RA